

Organizadores:

Carlos Piovezani • Luzmara Curcino • Thiago Barbosa Soares

DISCURSOS EM REDE:

PRÁTICAS, SUJEITOS E SENTIDOS



Organizadores:

Carlos Piovezani • Luzmara Curcino • Thiago Barbosa Soares

DISCURSOS EM REDE:

PRÁTICAS, SUJEITOS E SENTIDOS



Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PRO-EX).

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGE-DEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PRO-GRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sânzio Pimenta

Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Ary Henrique Morais de Oliveira

Conselho Editorial

Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Eder Ahmad Charaf Eddine
Marcela Antunes Paschoal Popolin
Marcio dos Santos Teixeira Pinho

Ciências Humanas, Letras e Artes

Barbara Tavares dos Santos
George Leonardo Seabra Coelho
Marcos Alexandre de Melo Santiago
Rosemeri Birck
Thiago Barbosa Soares
Willian Douglas Guilherme

Ciências Sociais Aplicadas

Roseli Bodnar
Vinicius Pinheiro Marques

Engenharias, Ciências Exatas e da Terra

Fernando Soares de Carvalho
Marcos André de Oliveira
Maria Cristina Bueno Coelho

Interdisciplinar

Ana Roseli Paes dos Santos
Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Wilson Rogério dos Santos

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas

Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte

Bloco IV, Reitoria

Palmas/TO | 77001-090

Preparação: Joilene Lima

Capa e projeto gráfico: Joilene Lima

Diagramação: Raissa Bambirra

Revisão: O conteúdo dos textos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade dos respectivos autores.

Organizadores: Thiago Barbosa Soares, Luzmara Curcino, Carlos Piovezani.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

S676d Soares, Thiago Barbosa

Discursos em rede: Práticas, Sujeitos e Sentidos. / Thiago Barbosa Soares, Luzmara Curcino, Carlos Piovezani. – Palmas, TO: EdUFT, 2024. 190p.

Portal de Livros da Editora vinculada à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq/UFT), a Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT).

Acesso em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora>. ISBN: 978-65-5390-073-8.

1. Discursos. 2. Rede. 3. Práticas. 4. Sujeitos. 5. Sentidos I. Curcino, Luzmara. III.

Piovezani, Carlos. IV. Título.

CDD 410

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... **9**

UM QUÊ DE EXAGERO E COMPULSÃO: REPRESENTAÇÕES
MIDIÁTICAS DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF COMO LEITORA..... **17**

Luzmara Curcino
Andrei Cezar da Silva

DISCURSOS DO CAPACITISMO: SILÊNCIOS E AFETOS DE SUJEITOS
COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM FALAS SOBRE A LEITURA..... **34**

Edson Santos de Lima
Carlos Piovezani

O LIVRO DIDÁTICO DIGITAL NO PNLD (2013): DISCURSOS NA
MÍDIA..... **56**

Danilo Vizibeli
Luzmara Curcino

A SENSIBILIDADE HUMANA AOS ANIMAIS NO DISCURSO JURÍDICO:
UMA ANÁLISE DO CÓDIGO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL DE
SÃO CARLOS..... **73**

Manoel Alves
Carlos Piovezani

EFEITOS DE SENTIDO DAS FAKE NEWS VEICULADAS NO PLEITO
ELEITORAL BRASILEIRO DE 2018..... **93**

Andréia Muniz Lisboa
Thiago Barbosa Soares

MÍDIA, DISCURSO E PODER: A ESPETACULARIZAÇÃO DA LEGÍTIMA
DEFESA COM ARMAS NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO..... **110**

Elizangela Araújo dos Santos Fernandes
Thiago Barbosa Soares

O QUE SE DIZ E COMO SE FALA PARA CALAR A VOZ DOS TRABALHADORES?.....**127**

Evandro Paschoalino
Daniel Perico Graciano
Carlos Piovezani 127

ESTÉTICA DA VOZ DE SUCESSO: MEMÓRIA E INTERVOCALIDADE NOS DIZERES DE VEJA.....**146**

Damião Francisco Boucher
Thiago Barbosa Soares

O VERBO 'MILITAR' NO DICIONÁRIO **AULETE DIGITAL**: UMA ANÁLISE.....**163**

Paula Ramos Ghiraldelli
Thiago Barbosa Soares

DISCURSIVA DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE INSTRUMENTALIZAÇÃO LINGUÍSTICA**163**

SOBRE OS AUTORES.....**182**

DISCURSOS EM REDE: Práticas, Sujeitos e Sentidos

Apresentação

O enunciado é um nó em uma rede. A célebre formulação de Michel Foucault reconfigura e complexifica a já bastante difundida ideia de que todo dizer se assenta em um já dito. Desde então, um importante procedimento para a descrição e a interpretação dos discursos passou a ser a identificação de formas e limites do que pode ser dito, de sua conservação, de sua memória, de sua reativação e de sua apropriação¹. Ainda em sua concepção de enunciado, Foucault sustenta que sua composição compreende o referencial, o sujeito, o domínio associado e a materialidade. Esta última corresponde menos a aspectos empíricos dos suportes materiais e mais a objetos culturais pelos quais se veiculam os dizeres e a espaços sociais por onde circulam as coisas ditas, cujo controle é feito por instituições sociais.

Sua lição está bastante presente na clássica análise que Michel Pêcheux dedicou ao enunciado *"On a gagné"*. A partir daí, quando analistas do discurso têm de se dedicar a objetos que foram produzidos ou circularam predominantemente na imprensa, na mídia e, mais recentemente, nas redes sociais, não podem contornar essa fundamental dimensão da discursividade: a circulação.

Considerando esses e outros princípios da Análise do Discurso (AD), os capítulos compilados nesta obra apresentam resultados de pesquisas desenvolvidas em dois programas de pós-graduação de universidades brasileiras, a saber, Universidade Federal do Tocantins e Universidade Federal de São Carlos. As reflexões presentes nesses estudos têm como base pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso francesa. Além desse seu ponto em comum, todos eles tratam do papel fundamental que a circulação dos discursos cumpre na produção dos sentidos.

Os desdobramentos da AD e a abrangência de seus trabalhos nos permitem abordar práticas discursivas bastante diversas e sujeitos do discurso inscritos em variados campos institucionais. Com base na abertura dessa possibilidade, reunimos aqui um conjunto de textos

¹ FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: Michel Foucault: Ditos & Escritos VI, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 10.

dedicados a vários temas: discursos sobre a leitura, a visibilidade na mídia dos livros didáticos digitais, a sensibilidade humana à causa animal, a circulação de fake news em contexto eleitoral, a promoção da ideologia armamentista e de discursos do preconceito contra a fala popular na imprensa paulista, a construção de uma estética da voz de sucesso midiático, os discursos do capacitismo no *youtube* e a interface entre ferramentas tecnológicas e instrumentalização linguística.

No primeiro capítulo, *Um quê de exagero e compulsão: representações midiáticas da presidenta Dilma Rousseff como leitora*, os autores dedicam-se à análise de textos da mídia que tratam da política nacional, com uma especificidade temática: a abordagem de práticas de leitura de personalidades de destaque na política brasileira. Mais do que caracterizar o perfil leitor desses representantes políticos, Curcino e Silva partem do pressuposto de que o argumento sobre essas personalidades equivale, em geral, ao que se diz acerca dos grupos no país cujo perfil sociológico e cultural se assemelha ao desses políticos. Para demonstrar essa tese, os pesquisadores se ocupam da análise de textos da mídia que, ao se referirem à presidenta Dilma Rousseff, a caracterizam como leitora. Na análise constatou-se que seu perfil leitor, tal como traçado nos textos da mídia, é sensivelmente marcado por um viés sexista quando da referência aos gostos e hábitos de leitura da presidenta. Em prejuízo aos benefícios simbólicos que lhe poderiam ter sido outorgados em função de suas práticas de leitura, regulares, espontâneas, de gêneros e autores de prestígio, Dilma Rousseff é representada como leitora, mas no feminino.

Ainda tratando do tema da leitura, no segundo capítulo, *Discursos do capacitismo: silêncios e afetos de sujeitos com deficiência visual em falas sobre a leitura*, Lima e Piovezani analisam os enunciados de sujeitos com deficiência visual veiculados na plataforma digital Youtube, que materializam discursos sobre as práticas de leitura. Os autores analisam o vídeo O menino que escrevia com os pés do canal Histórias de Cego. Em sua descrição e interpretação, os autores identificam a produção de um silenciamento das dificuldades do sujeito com deficiência visual e de uma reafirmação do consenso segundo o qual devemos ter orgulho de ler, de nos sentirmos e de nos declararmos leitores.

No terceiro capítulo, *O livro didático digital no PNLD (2013): discursos*

na *mídia*, Vizibeli e Curcino abordam a forma como a mídia noticiou o lançamento do edital 2013 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no qual pela primeira vez se incluiu o livro didático digital (LDd). Considerando a importância desse econômica e educacional desse programa responsável pelo estabelecimento de parâmetros para a produção e aquisição governamental de livros didáticos de distribuição gratuita a toda rede de ensino básico no Brasil, a inclusão do LDd não passou despercebida pela mídia. A partir de uma amostra dos textos da mídia que cobriram esse acontecimento, os autores analisam o que se noticiou no Portal Brasil de Notícias e no site da Agência Brasil EBC – Empresa Brasil de Comunicação, sobre o tema. Nesses textos explora de forma particularmente eufórica a inclusão da novidade nesse edital do maior programa de compra de livros da América Latina, com ênfase na portabilidade desse objeto e dos benefícios para a saúde dos alunos, assim como em suas potencialidades interativas, ausentes desse gênero didático e editorial familiar à escola pública e ao ensino.

No capítulo seguinte, *A sensibilidade humana aos animais no discurso jurídico: uma análise do Código Municipal de Proteção Animal de São Carlos*, Alves e Piovezani analisam enunciados desse documento oficial, com o objetivo de descrever e interpretar especificidades de discursos do legislativo sobre os animais e de identificar diferenças de constância e intensidade em afirmações e negações de que os bichos são dotados de qualidades como sensações, emoções, consciência e linguagem. Os autores formulam a hipótese de que as sensações e emoções, como dor e aflição, são mais constantes e intensas do que as habilidades cognitivas e linguísticas quando se trata de ali qualificar os animais para lhes outorgar direitos. Para verificar essa hipótese, analisam o material mediante o estabelecimento de relações entre os enunciados do texto e entre eles e outros já-ditos do interdiscurso, focalizando os recursos linguísticos utilizados em sua formulação. Na análise, Piovezani e Alves demonstram que há predomínio de atribuições sensitivas e emotivas aos animais, em detrimento de um reconhecimento de suas capacidades de cognição e linguagem.

No quinto capítulo, *Efeitos de sentido das fake news veiculadas no pleito eleitoral brasileiro de 2018*, Lisboa e Soares se propõem a compreender os efeitos de sentido materializados em uma Fake News retirada da agência de checagem de notícias APF (2018) que circulou

nas vias midiáticas durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018. Ao fazer uso das noções de formação discursiva e memória discursiva, a partir dos trabalhos derivados da análise do discurso de filiação pècheuxtiana, os autores mostram, por meio do gesto analítico, a formação discursiva do político corrupto, atualizando a memória discursiva do acontecimento histórico dos processos do Mensalão e da Operação Lava Jato, que culminou na prisão do ex-presidente Lula. Conforme a análise dos autores há uma rede discursiva que retoma os já ditos “Lula ladrão” e “Bandido bom é bandido morto”, cujos sentidos apontam um discurso moralista atravessado pelo discurso de ódio que fabrica a retórica do cidadão de bem versus cidadão do mal.

Santos e Soares, em *Mídia, discurso e poder: a espetacularização da legítima defesa com armas no jornal o Estado de São Paulo*, apresentam um estudo cuja proposta consiste em investigar o funcionamento do discurso midiático sobre a legítima defesa. Os autores descrevem e interpretam como os modos de discursivização sobre o armamento civil constituem, estruturam e reproduzem sentidos na produção midiática do jornal O Estado de São Paulo. O *corpus* é constituído de uma a matéria jornalística, veiculada no ambiente virtual em 2018, que trata do crescimento do registro de armas no Brasil após o decreto de Bolsonaro que facilita o porte de armas. Os autores interpretam como os diferentes sentidos são instaurados para ganhar adesão, reduzir resistências, de modo a repercutir interesses e intervir nas decisões e nas relações da sociedade.

Discursos sobre práticas da fala pública que circularam na imprensa paulista nas primeiras décadas do século XX é o tema de estudo do capítulo de autoria de Paschoalino, Graciano e Piovezani, cujo título é *O que se diz e como se fala para calar a voz dos trabalhadores? Discursos da imprensa paulista sobre a fala pública popular*. Nele, os pesquisadores analisam a materialização desses discursos em enunciados dos jornais paulistas o *Correio Paulistano* e *A Plebe*, nas edições publicadas entre junho e julho de 1917. Os autores identificam o que foi dito por enunciadores desses jornais sobre os desempenhos oratórios populares e como foram formulados os enunciados a seu respeito. Paschoalino, Graciano e Piovezani buscam responder às seguintes questões: i) o que falam os textos dos jornais sobre as performances oratórias dos membros da classe operária?, ii) se há ou não distinção entre as coisas ditas a respeito das falas públicas

dos operários e o que se diz sobre as intervenções das lideranças sindicais e dos intelectuais dos movimentos trabalhistas?, iii) como são formulados esses enunciados que tematizam os desempenhos oratórios de trabalhadores e de seus representantes? e, iv) quais são as memórias retomadas, reformuladas e/ou apagadas na constituição de tais enunciados, quando se trata de formulações oriundas de veículos da imprensa paulista?

No oitavo capítulo, *Estética da voz de sucesso: memória e intervocalidade nos dizeres de Veja*, Boucher e Soares recorrem a conceitos sobre a estética da voz de sucesso, para analisar como é posto em manutenção a estética da recepção do sucesso, a partir da matéria da revista *Veja*, *Quem é Aurora, a cantora norueguesa citada pela Fuvest*, publicada no ano de 2019. Para fim analítico, os autores mostram o funcionamento das memórias da voz de sucesso no entrelaçamento dessas com o a tessitura discursiva sobre a voz/sujeito em ascensão. Os autores utilizam a noção de interdiscurso, como também a de interdiscursividade, na perspectiva da intervocalidade, pela noção do pré-construído de sucesso. Como resultado, identificam os funcionamentos discursivos midiáticos que viabilizam a afirmação de que a manutenção da estética da recepção, em boa medida, provém de pré-construídos de sucesso, engendrados nas redes de dizeres sobre a fama.

Por fim, em *O verbo 'militar' no dicionário Aulete digital: uma análise discursiva de ferramentas tecnológicas de instrumentalização linguística*, Ghiraldelli e Soares fazem uma análise discursiva das descrições do verbo 'militar', presentes em duas versões do dicionário Caldas Aulete (1980 e 2007). Os autores indicam quais são os processos ideológicos atuantes nas condições de produção desses dois objetos. Nessa empreitada, observam que, em ambos os casos, os exemplos dispostos pelo interdiscurso revelam uma formação ideológica pró-militar e conservadora e se inserem em uma formação discursiva institucional marcada pela neutralidade intencional, concisão e didatismo das explicações, classificando o dicionário como o detentor dos dizeres em sua forma oficial. Por outro lado, há também a mudança de ambientação dos exemplos, o que implica na alteração da concepção de língua e norma: no significado de 1980, essas noções atrelam-se à ideia de língua originária; no de 2007, a norma linguística vincula-se à consolidação de valores institucionais e democráticos/ republicanos.

Diante das discussões aqui apresentadas, esperamos que os capítulos desta obra possam ilustrar a produtividade dos estudos do discurso atualmente praticados no Brasil, considerando sua diversidade de temas e de objetos, e que individual ou coletivamente lidos possam fomentar muitas questões a respeito do funcionamento da discursividade e a propósito de vários problemas da sociedade brasileira. Tendo em vista que a linguagem, como postula Pêcheux (2011) em seus estudos sobre o discurso, não é transparente, são necessários diversos gestos de interpretação para depreender a produção de seus sentidos, considerando a constituição histórica, a formulação linguística e a circulação social de seus enunciados. Em cada um dos capítulos que constituem esta obra, as análises dos *discursos em rede* consideraram esses três planos fundamentais do discurso, com o propósito de contribuir para a desconstrução da evidência de sentidos e consensos que tanto prejudicam as tentativas de fazer do Brasil um país menos injusto e desigual.

**PARTE
I**

Luzmara Curcino
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Andrei Cezar da Silva
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

UM QUÊ DE EXAGERO E COMPULSÃO: REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF COMO LEITORA²

Discursos sobre a leitura, mídia e política

O modo como concebemos nossa relação com o mundo e com os outros é, em grande parte, embasado em representações coletivas que compartilhamos socioculturalmente. Essas representações não são nem ideais, nem imateriais, como alguns poderiam crer.

As representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores de que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram (CHARTIER, 2011, p. 27).

As representações se encarnam, portanto, em nossas práticas, em nossos corpos e nos distintos objetos que produzimos, nas formas como deles nos apropriamos, no que dizemos a respeito deles ou dos usos que outros fazem deles. Elas participam da produção, mas também das formas de uso e avaliação desses objetos culturais, assim como dos julgamentos que lançamos sobre os sujeitos que deles se valem. Assim, as representações fornecem os parâmetros de avaliação e de qualificação ou desqualificação dos objetos, das práticas e dos sujeitos.

² Este artigo apresenta resultados do projeto de Iniciação Científica intitulado "Dilma leitora: uma análise de discursos sobre a leitura no âmbito da política", desenvolvido na UFSCar em 2017-2018, e vinculado ao projeto de pesquisa "Divisões sociais dos leitores no Brasil: uma análise dos discursos da mídia sobre as práticas de leitura de políticos brasileiros", coordenado por Luzmara Curcino, com apoio do CNPq (PDS - 104991/2016-0).

Assim como ocorre com todos os objetos, práticas e sujeitos, não é diferente em relação ao livro, à leitura e aos leitores. As razões por que lemos ou por que lemos o que lemos, ou ainda por que lemos tal como lemos e, em especial, o modo como nos avaliamos uns aos outros em relação à leitura estão intrinsecamente ligadas aos discursos sobre essa prática, sobre seus objetos e sobre aqueles que a realizam e que deles se apropriam, de certas formas e não de outras. Essas representações circulam como consensos entre nós e

[...] esses consensos se constroem coletivamente a partir da difusão prioritária e frequente de certas maneiras institucionalizadas, autorizadas e valorizadas de exercer essa prática, de falar dela e de falar de nós e dos outros como leitores. Ou seja, por meio de discursos (CURCINO & DOURADO, 2019, p. 650).

A esses discursos somos expostos desde cedo³. Dessa exposição regular, são constituídas nossas formas de identificação, crenças, valores, julgamentos e, por extensão, nossas ações. É, também, em função dessa regularidade que naturalizamos aquilo com que convivemos, de modo a, inclusive, aderirmos e reproduzirmos socioculturalmente o que normalmente ouvimos e vimos em nosso entorno, de modo a aceitarmos sua afirmada 'realidade', 'verdade' e sua condição de 'sempre foi assim'⁴.

Os discursos sobre a leitura, como é próprio do funcionamento de todo e qualquer discurso, não fogem a essa regra. Eles são produzidos, reiterados e circulam sob a forma de enunciados de diferentes origens, tipos, linguagens.

Eles se encontram sob diversas formas, sejam na sua formulação verbal ou imagética em textos, sejam inscritos nos objetos de leitura⁵, sejam incorporados em nossos gestos mais banais em relação a essa

3 Como afirmou Márcia Abreu (2006, p. 19), precocemente somos expostos aos discursos dominantes sobre a leitura, em especial na escola, onde, segundo a autora aprendemos a ler, mas também e, sobretudo, aprendemos o que dizer sobre a leitura e como avaliar-se e avaliar aos outros como leitores, norteados em geral por um discurso idealizado que não equivale nem contempla em grande medida as práticas efêtas dos sujeitos.

4 Acerca da naturalização e da reprodução dos julgamentos sociais, cf. Pierre Bourdieu & Jean-Claude Passeron (2011) e Didier Eribon (2023).

5 Referimo-nos àqueles que dão materialidade a esses textos e àqueles que são empregados para a leitura dos mesmos tais como mesas, estantes, cadeiras, ou para sua representação tais como quadros, fotografias, etc.

prática e que realizamos como sujeitos de uma sociedade letrada.

Há discursos sobre a leitura que emergem mais regularmente e que são mais frequentemente reiterados, resistindo, assim, à passagem do tempo. Sua permanência, sua duração e seu valor de verdade têm a ver com as instituições que os assumem, os legitimam e os fazem circular entre nós⁶.

Tendo em vista essas considerações acerca da duração e circulação entre nós hoje de discursos sobre a leitura, que conformam nosso imaginário atual sobre essa prática, e considerando, ainda, que um dos meios de acesso privilegiado a esses discursos são os textos produzidos por essas instituições com grande poder de fazer ver, fazer ser, fazer pensar, fazer crer, fazer dizer, enfim, esse dispositivo de fazer⁷, neste artigo visamos apresentar a análise que realizamos de uma amostra de textos da mídia dedicados à política nacional cuja especificidade diz respeito ao fato de que trataram, prioritária ou alusivamente, das práticas de leitura de uma personalidade de destaque na política brasileira, a ex-presidenta Dilma Rousseff.

Entre tantos temas de que são objeto os políticos em cargos-chave no Brasil, a mídia nacional, com alguma regularidade, inclui entre os temas os hábitos, modos e gostos de leitura dessas personalidades⁸. Para além do interesse pontual na caracterização do perfil leitor deste ou daquele representante político, tal como a ex-presidenta, nosso interesse recai sobre o que há de generalizante nesses julgamentos e extensivo a conjuntos da sociedade que compartilhem traços do perfil sociológico e cultural dessas autoridades públicas. Tal como Curcino esclarece:

[...] o modo como são aludidas, apresentadas e qualificadas as práticas leitoras de políticos de renome, [...] em textos da mídia nacional, em veículos de ampla circula-

6 A esse respeito, cf. Michel Foucault (1996), sobre os procedimentos de coerção, de seleção, de validação do dizer, próprios da "ordem do discurso".

7 Sobre a condição de 'dispositivo' de poder, em conformidade com a definição foucaultiana desse termo, cf. Carlos Piovezani & Luzmara Curcino (2014), e suas considerações sobre o dispositivo da fala pública e o dispositivo da leitura, tal como constituídos nos textos da mídia de massa, institucional, dos monopólios de informação.

8 Entre os resultados do projeto "Divisões sociais dos leitores no Brasil: uma análise dos discursos da mídia sobre as práticas de leitura de políticos brasileiros", dedicado à análise das formas de representação de personalidades políticas como leitoras ou não-leitoras, por parte da mídia brasileira, entre as décadas de 1989 a 2015, cf. Curcino (2018; 2019; 2020).

ção, de diversos gêneros e com diferentes objetivos principais, representam [...] metonimicamente as divisões simbólicas entre leitores e não-leitores no Brasil” (CURCINO, 2019, p. 118).

Dilma Rousseff é representada como leitora, e em conformidade com imagem de prestígio que essa condição pode outorgar àquele que lê. No entanto, por razões que fogem à evocação objetiva desses atributos letrados em textos da mídia, as alusões a sua condição leitora, tal como constata Curcino (2020), são eivadas de sexismo. Ela é representada não simplesmente como quem lê, como quem é leitor, mas antes como uma mulher que lê, como um tipo de leitor determinado, específico, à parte.

Imbuídos do objetivo coletivo das pesquisas realizadas no Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar)⁹, de analisar em textos distintos os discursos sobre a leitura que circulam, atualmente, neste artigo, nos dedicamos à análise de enunciados que representam Dilma Rousseff como leitora em textos da mídia, de modo a apreendermos os discursos sobre a leitura que são convocados nesse contexto bem específico, e que atualizam as formas consensuais que compartilhamos como sociedade de se qualificar ou de se desqualificar os sujeitos em sua relação com a leitura.

Fórmulas para se enunciar acerca da leitura e dos leitores

Quando nos referimos à leitura ou a alguém como sendo ou não leitor, não é de qualquer modo que o fazemos. Isso ocorre, conforme uma série de princípios da Análise do discurso, porque antes de enunciarmos sobre este ou outros temas, há desde sempre uma série de ‘representações’ preexistentes que incidem tanto sobre o que dizemos quanto sobre o modo como nos expressamos, ou nos termos de Michel Pêcheux (2009), quando enunciamos atualizamos alguns ‘jogos de imagem’ e nos balizamos por eles, de maneira tal que esse grau de monitoramento do que enunciamos oscila em função da imagem que fazemos daqueles a quem nos dirigimos, daqueles de quem falamos, daquilo de que falamos. Essa calibragem do que

⁹ Informações sobre o grupo de pesquisas LIRE, disponíveis no Repositório Institucional dos Grupos de Pesquisa no CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogru-po/6622476256810003>

dizer e de como dizer está sempre presente, ainda que não tenhamos consciência de que sempre acionamos esses 'jogos de imagem' quando nos pronunciamos. Há sempre uma 'ordem do discurso', tal como a define Michel Foucault (1996), que nos antecede como indivíduos, que define, entre outros aspectos, as diferentes durações históricas do que enunciamos e seu valor de verdade, e que institui os sujeitos autorizados a enunciarem a respeito dos temas.

Para nos afirmarmos leitores, para outorgarmos ou negarmos esse título a alguém, não o fazemos sem nos submetermos, portanto, ao crivo dessas 'representações', dessas 'imagens', enfim, do funcionamento dessa 'ordem dos discursos'. São essas instâncias que tornam inteligível nosso dizer, que garantem sua validade e relevância, que antecipam sua recepção. Essas regras anônimas agem, sempre e sem que nos demos conta frequentemente delas, tanto na regulação do que enunciamos quanto na sua interpretação, tanto no que dizemos quanto no que fazemos. Afinal, nossas práticas não se desvinculam dos discursos que as constituem. Elas são norteadas por eles, avaliadas e realizadas em conformidade com esses discursos.

É também pelo discurso que se define, estabiliza e naturaliza a diferenciação dos sujeitos em sociedade¹⁰. Em uma sociedade como a nossa, que durante muito tempo, e ainda hoje, nega o direito pleno à leitura à maioria de sua população, ser leitor torna-se um parâmetro legítimo dessa triagem dos sujeitos com vistas a sua hierarquização. Assim, alguns poucos se beneficiam de reconhecimento quando correspondem ou parecem corresponder a traços específicos que são definidos como próprios da condição de leitor, próprios de um perfil idealizado do que é ser leitor. Outros tantos são estigmatizados quando suas práticas destoam daquelas validadas e compartilhadas culturalmente quando o assunto é leitura.

A forma como somos 'representados' e nos 'representamos' uns aos outros não é, de modo algum, neutra. Por isso, não podemos ser indiferentes ao funcionamento dessas maneiras de nomear, classificar e (des)qualificar mobilizadas em sociedade, tal como afirma Roger Chartier (2010) ao definir a 'força' dessas imagens que compartilhamos culturalmente. Para ele, as 'representações' têm uma "energia própria

¹⁰ A lógica da 'distinção' é uma constante na organização de sociedades desiguais como a nossa que apelam, entre outras formas de manutenção desse funcionamento, a atributos culturais como a leitura, conforme aborda Pierre Bourdieu (2007).

que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é" (CHARTIER, 2010, p. 52).

Assim, o que ouvimos e dizemos sobre a leitura, o que cremos ser essa prática e as formas adequadas de sua efetivação, aqueles que vemos como leitores, as escolhas que pressupomos serem as mais apropriadas quanto ao que ler, tudo isso, responde a essas regras e protocolos difundidos muitas vezes por meio de fórmulas bastante conhecidas, reiteradas, simplificadas e de difícil questionamento¹¹ que frequentam o que em geral todos dizem e fazem em relação à leitura, mesmo em circunstâncias e contextos muito peculiares, pouco previsíveis e até estranhos de emergência do tema da leitura, como o contexto que aqui descrevemos.

Um exemplo interessante dessa ubiquidade do tema da leitura, assim como da homogeneidade e regularidade do que sobre ela se enuncia, é apresentado em Curcino (2018, 2021). Tal como a autora demonstra, mesmo quando o assunto se restringe às banalidades ou vicissitudes da rotina política, é possível flagrarmos alusões rápidas, menções gratuitas a aspectos do perfil leitor dos atores desse campo. Essas alusões, se observadas mais criteriosamente, se mostram em nada gratuitas, uma vez que a leitura é mobilizada nesses textos como forma de justificar os benefícios ou sanções simbólicas direcionadas a esses atores específicos do campo político.

Este é o caso de Dilma Rousseff. Como uma personalidade de grande envergadura da política nacional, ela foi tema de muitos textos da mídia. Em alguns deles, e com vistas à afirmação de traços de seu perfil capazes de explicar sua atuação política, foram mobilizadas algumas alusões ao que ela lia e ao modo como ela procedia essa leitura. É como se seu modo de ler e suas escolhas do que ler fornecessem uma informação precisa e muito articulada a suas decisões como chefe do Estado brasileiro. Por essa razão, se mobilizavam as suas leituras como argumento/fundamento para as críticas que em diversos textos da mídia se fez à sua gestão à frente da presidência, tal como constata Curcino (2020), especialmente, em suas análises das referências letradas e de leitura relacionadas a sua

¹¹ Britto & Barzotto (1998) e Britto (1999) elencam uma série desses "mitos" sobre a leitura, que circulam sob a forma de "adágios", de frases feitas muito conhecidas e reconhecíveis de todos nós, que fornecem em grande medida o enunciável em campanhas de promoção da leitura, em propagandas de empresas ou de projetos governamentais, como demonstrado por Varella & Curcino (2014).

rotina presidencial, a suas funções rotineiras na tarefa de deliberar, de despachar, de definir políticas públicas.

Uma coisa não se pode negar: ela foi representada, na maior parte desses textos, como leitora. No entanto, essas alusões a ela como leitora eram frequentadas de nuances em grande medida disfóricas, negativas ou pelo menos ambíguas. Segundo Curcino (2020):

[...] uma parte significativa dessas críticas veio eivada de um indisfarçável viés sexista. Esse olhar enviesado se manifestou de diferentes formas. [...] Dilma foi representada como leitora, no feminino. [...] Embora mais discretas do que outras invectivas sexistas que lhe foram dirigidas ao longo de sua trajetória política na presidência, as representações de Dilma como leitora são marcadas por uma feminilização depreciada (CURCINO, 2020, s/p, tradução nossa).

É o caráter relativamente nuançado e ambíguo dessas representações que descreveremos, a seguir, em um dos vários textos da mídia brasileira em que se fez referência ao perfil leitor de Dilma Rousseff. Diferentemente de ser um texto crítico e contrário às ações da ex-presidenta, trata-se, à primeira vista, de um texto simpático, no qual se convoca a leitura para caracterizar a personalidade de Dilma Rousseff, e no qual a dimensão de gênero participa da caracterização de sua condição leitora.

“Dilмотeca básica” e as representações enviesadas dos gostos e gestos de leitura de Dilma Rousseff”

Quando eleita, Dilma Rousseff foi apresentada em diferentes textos da mídia brasileira. Entre os traços de seu perfil que foram mencionados nesses textos, seu gosto pela leitura não passou despercebido. Ela foi representada como quem lia muito, tudo e sempre.

Ela também foi representada como uma leitora com conhecimento de causa por suas escolhas do que ler. Em um artigo dedicado exclusivamente a reportar traços de seu perfil leitor, sobressaem as referências de obras e escritores literários canônicos, tanto estrangeiros quanto brasileiros.

Figura 1. Dilmoteca básica, Folha de São Paulo



Figura 1. Dilmoteca básica, Folha de São Paulo

Dilmoteca Básica

Eleita **não tem autor favorito**, gosta de Proust e faz **'estoque' de livros**

[...] a conversa era para compor seu perfil biográfico. Naquele instante, esporte e cultura popular dominavam a entrevista. Foi quando ela citou **suas referências literárias**. [...] Descreveu o trecho do romance “Em Busca do Tempo Perdido”, publicado no início do século passado [...].

De todas as diferenças entre a presidente eleita, Dilma Rousseff, e o seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, uma das mais marcantes é a **sólida formação literária** da próxima ocupante do Palácio do Planalto.

Não há um autor favorito na **prateleira de Dilma**. “Depende da fase”, diz. “Em matéria de poesia, eu gosto do João Cabral de Melo Neto, muito”. Aí cita Cecília Meireles, Fernando Pessoa e completa: “Agora, eu consigo além disso gostar do Bashô. Sabe quem é Bashô?”.

Com prazer, ela mesma responde: “Foi um monge japonês que inventou o haicai”. **A lista de citações não para**. “Gosto apaixonadamente de uma mulher chamada Emily Dickinson, ‘a senhora de Amherst’. Não tenho ‘um’ gosto. Depende. Gostei do Proust para mais de metro. Agora, também adorei, aos 13 anos, quando meu pai me deu o Jorge Amado?”.

O que de Jorge Amado? “Foi ‘Capitães da Areia’, ‘São Jor-

ge dos Ilhéus', todos os outros. **Amei de paixão o Machado de Assis**, mas também o Monteiro Lobato [...]”.

(RODRIGUES, Folha de São Paulo, **grifos dos autores**, 2010¹²)

O texto desse e de outros artigos do jornalista acerca do perfil cultural de Dilma Rousseff foram baseados em uma entrevista que havia concedido pouco antes da publicação dessa matéria. Diferentemente de outros textos do gênero, o jornalista concede bastante espaço para o “discurso direto”, com citações frequentes e extensas do que teria enunciado a então recém-eleita presidenta do Brasil.

Ao falar de si como leitora, Dilma recorre a enunciados prototípicos das formas de enunciar próprias dos bons leitores, dos “verdadeiros leitores”, segundo as convenções discursivas que regulam o dizível sobre essa condição: “Em matéria de poesia, eu gosto do João Cabral de Melo Neto, muito”; “Eu consigo além disso gostar do Bashô”; “Gosto apaixonadamente de uma mulher chamada Emily Dickinson”; “Gostei do Proust para mais de metro.”; “Também adorei, aos 13 anos, quando meu pai me deu o Jorge Amado”; “Amei de paixão o Machado de Assis e o Monteiro Lobato”.

Ela, naquilo que nos é reportado pelo jornalista em discurso direto, se vale de modalizadores intensificadores na declaração de seus gostos de leitura. Como é previsto no discurso consensual sobre a leitura ao bom leitor enunciar, é preciso afirmar seu “gosto” como leitor e é preciso afirmar esse gosto em termos hiperbólicos (“gosto apaixonadamente”, “gostei para mais de metro”, “adorei” “amei de paixão”).

O enunciador responsável pelo texto, em função das seleções que opera, da organização que estabelece, da citação direta e do comentário dessas citações visa a certos efeitos de sentido.

O excesso de citações diretas lhe garante o efeito de maior objetividade, de sua hipotética isenção e neutralidade em relação ao que foi enunciado. Para todos os efeitos, não é ele o responsável pelo que foi dito, apenas seu mediador.

12 RODRIGUES, Fernando. *Dilmo-teca básica. Folha de São Paulo. Seção Poder. 26 de dezembro de 2010, p. A8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18516&anchor=5570994&origem=busca&_mather=745f6b5179fee5de&pd=6eaa40f18be4750592718436242406ce> Acesso: setembro de 2019.*

No entanto, ao selecionar o que citar, ao comentar e dispor em sequências tudo o que foi obtido na entrevista, o jornalista indicia sua partilha de pontos de vista sobre a leitura e sobre a entrevistada. Dois desses indícios são bem marcantes quanto ao tom relativamente crítico em relação ao que a entrevistada revelou de si como leitora. Um deles é a criação do neologismo “Dilmoteca”, o outro, a caricatura usada para ilustrar o texto. Ambos sinalizam seu tom relativamente crítico ao excesso das referências literárias lembradas por Dilma. Ambos exploram ironicamente essa passagem da entrevista realizada com a presidenta eleita, elegendo reportar na matéria do jornal essas menções frequentes, variadas, em tom orgulhoso, que ela faz a seu gosto pela leitura, por escritores e obras.

A criação de um neologismo a partir da junção do nome próprio Dilma e da palavra biblioteca, explorada tanto no título quanto repetida no corpo da matéria jornalística, atesta a sua importância argumentativa. O termo “Dilmoteca” não apenas alude à condição leitora de Dilma, ele também exerce um papel qualificador e quantificador cujo efeito de sentido oscila entre a referencialidade (Dilma é leitora e lê muito) e a insinuação disfórica de suas declarações como leitora (Dilma lê demais ou diz ler demais). Dilma não é apenas representada como quem tem familiaridade com esse espaço da biblioteca ou como quem tem livros em uma biblioteca particular. Seu nome e ela própria personificam uma biblioteca.

Explora-se tanto nas perguntas da entrevista, quanto nos comentários de suas respostas, a representação de um perfil psicológico passional e acumulador. A repetição de estruturas negativas: “Não tem autor favorito, gosta de Proust e faz ‘estoque’ de livros”; “Não há um autor favorito na prateleira de Dilma.”; “A lista de citações não para”. O uso reiterado da negativa (“não tem”; “não há”; “não para”), enfatiza uma ausência: a de um autor favorito. O pressuposto autorizado por esses enunciados que apelam às expressões de negação poderia ser o de que ela lê muito e sempre. Diferentemente disso, na articulação com os demais enunciados, inclusive o imagético, parece projetar-se outro efeito, aquele de seu caráter excessivo, na variedade e na quantidade do que afirma ler, mas também na intensidade com que afirma seu amor pelos livros e pela leitura.

Afirmar não ter autor preferido não corresponde a uma afirmação condenável quando o tema é leitura. Ler sempre, ler muito,

ler autores consagrados de diferentes estilos, épocas, que produziram diferentes gêneros, é antes uma característica positiva e constitutiva dos traços do perfil do leitor idealizado. Isso é expresso, em geral, por formas assertivas e simbolicamente eufóricas em expressões como “é um leitor eclético, com gosto variado”. Apesar disso, a escolha pela estrutura negativa “Ela não tem autor favorito” orienta, argumentativamente, para o efeito de sentido menos eufórico, ou seja, aquele indicativo de uma falta.

“Ter autor preferido” é uma das formas mais legítimas de se afirmar leitor. Referir-se a um autor preferido, a uma obra marcante, a um livro de cabeceira são formas equivalentes, do ponto de vista semântico, de se exprimir como quem lê, frequentemente, muitos autores, de forma criteriosa e como quem dispõe de capacidade de escolha, como quem sabe selecionar o que é recomendável ler e como declarar com segurança e propriedade esse gesto de leitura.

Ter livros, adquirir livros, constituir biblioteca pessoal, tanto física quanto aquela que se memoriza, são traços do perfil leitor idealizado e, por isso, em sua circulação social, são atributos avaliados positivamente. No artigo em questão, o enunciador se vale de algumas metáforas e imagens que imputam a esse lugar onde se dá o encontro com livros, onde se realiza a leitura, o atributo nesse caso com pouco valor positivo agregado de “estoque”, e a referência metafórica à “prateleira”, como objeto de acolhida do acúmulo. Dilma não só tem uma biblioteca onde acumularia livros. Ela é uma biblioteca, e uma biblioteca, nesse sentido, mais enfraquecido em seu valor eufórico. A escolha desses termos metafóricos, “estoque” e “estante”, evocam o excesso, o acúmulo, o apego à quantidade, mais do que o indício de uma personalidade eclética.

Seu comentário de que “a lista de citações [de livros] não para”, é reiterado não apenas pela citação em discurso direto de diferentes alusões de Dilma a títulos e autores, mas, também, por reportar em detalhe as preocupações da entrevista que soam, em certa medida, fúteis e passionais quando o assunto é leitura e livros.

Começa um diálogo sobre como dá trabalho manter uma biblioteca arrumada. No início deste ano, Dilma cogitava comprar uma casa para guardar seu acervo. “Eu compro muito livro, sempre mais do que consigo ler. Então vai que naquele momento eu não tenha condição de

comprar? Vai que aconteça alguma coisa e eu não tenha condição de ficar comprando livro? Então, eu estoco". Ainda como ministra de Lula, participou de uma viagem à China. "Enchi a paciência do embaixador para me dizer qual era o romance chinês equivalente aos romances nossos. Qual é o Charles Dickens deles. Qual era o Balzac, o Flaubert, o Shakespeare". Trouxe para o Brasil um romance chinês, traduzido para o inglês. Leu com dificuldades. Três volumes. "Mas o diabo não era isso. Eram os nomes das personagens". Como assim? "Temos baixíssima familiaridade com nomes chineses", explica. Para chegar até o final e conseguir não se perder no meio da trama, uma estratégia: "Você anota todos os nomes [próprios] num papel para não se perder totalmente" (RODRIGUES, Folha de São Paulo, grifos dos autores, 2010¹³).

Sua relação com a leitura é apresentada na chave do excesso fútil, do exagero. O tom hiperbólico que a entrevistada adota para se representar como leitora, assim como o cuidado do jornalista em intensificar esse tom hiperbólico, como se ele fornecesse um traço de personalidade hipoteticamente oculto e que o jornalista com sua astúcia apresenta, não se converte aqui em um benefício simbólico. Ao escolher reproduzir trechos do que teria dito a entrevistada, enfatizando suas declarações sobre a leitura, que por si só são declarações enfáticas, vemos ser construída a representação do exercício de uma prática frívola de um sujeito burguês: "Dilma cogitava comprar uma casa para guardar seu acervo"; "eu compro muito livro, sempre mais do que consigo ler"; "eu estoco"; "enchi a paciência do embaixador para me dizer qual era o romance chinês equivalente aos romances nossos"; "trouxe para o Brasil um romance chinês traduzido para o inglês".

A exploração desse efeito de alguém com preocupações frívolas, orgulhosa o suficiente para ostentar seus desejos de elite letrada, ainda mais se considerado o fato de que ela acaba de se eleger em um país cujo cenário socioeconômico da maioria da população brasileira impede à maioria o acesso a esse luxo, e o quanto entra em conflito essa imagem da mulher burguesa consumidora compulsiva de livros com aquela da representante da esquerda na política nacional, sucessora de um presidente proveniente de camadas populares e

13 RODRIGUES, Fernando. **Dilmoteca básica**. Folha de São Paulo. Seção Poder. 26 de dezembro de 2010, p. A8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18516&anchor=5570994&origem=busca&_mather=745f6b5179fee5de&pd=6eaa40f18be4750592718436242406ce> Acesso: setembro de 2019.

engajada na garantia dos direitos básicos aos cidadãos empobrecidos desse país.

Não bastasse esse efeito, soma-se ao que se enuncia a respeito dela, e que pode ser lido em chave disfórica a afirmação de sua dificuldade de ler (“Leu com dificuldades”), dessa vez em declaração assumida pela voz do enunciador por meio do recurso do discurso indireto livre. Também, para aqueles dispostos a não reconhecer nos gestos de leitura da presidenta, então eleita, práticas legítimas do bom leitor, a menção a sua estratégia de leitura (“Você anota todos os nomes [próprios] num papel para não se perder totalmente”), pode indiciar alguma debilidade na leitura de textos exigentes.

Conforme constata Curcino (2020), na análise de um conjunto significativo de textos da mídia nacional, Dilma é representada em diferentes circunstâncias e de diferentes formas como leitora, mas, como leitora no feminino, e isso não sem um viés sexista.

Essas representações como leitora atualizam uma série de estereótipos do feminino, ao se fazer remissão ao modo como ela exerce essa prática de forma excessiva, imprópria e frívola. O modo como ela lê, o que ela escolhe ler, os objetivos com que o faz são sistematicamente ligadas a uma caricatura da leitura no feminino (CURCINO, 2020, s/p, tradução nossa).

Considerações finais

Embora ela leia com frequência, afirme seu gosto pela leitura, escolha gêneros e autores de prestígio, ela pouco se beneficia, simbolicamente, desses atributos reconhecidos como próprios do bom leitor.

Sua representação como leitora, nessa matéria, assim como em várias outras, também é evocada como mero álibi para promover a desqualificação cultural de Lula¹⁴. Seu gosto requintado, com toques de certa excentricidade, demonstrado pela lista de títulos e autores, a alusão ao seu ecletismo literário que contempla um gênero de menor circulação, hoje em dia, como a poesia, são afirmados por ela e são reiterados no texto da reportagem como “qualidades”. No entanto, elas parecem perder força na forma como são enunciadas nessa

¹⁴ Isso é o que constata Curcino (2020) ao analisar uma série de textos da mídia que aludiram ao perfil leitor de Dilma Rousseff, especialmente aqueles produzidos no início de seu primeiro mandato na presidência.

matéria. Embora sejam condizentes com os discursos sobre a leitura que todo leitor mobiliza ao falar de si, a ênfase e a repetição do que é dito, os detalhes em destaque, o encadeamento da descrição, tudo isso contribui para indicar uma forma ostentatória, soberba e elitista de se apresentar, ainda mais em um país em que poucos gozam do direito de ser leitor.

Analisar discursos sobre a leitura, as formas como eles constituem representações ideais do que é ser leitor, as maneiras como são atualizados em textos bastante distintos, como estes da mídia que elegem a leitura como traço a ser ressaltado na construção do perfil de políticos de grande envergadura, é uma forma de compreender o funcionamento desses discursos, de apreender seus contornos, de confrontar as formas amesquinhas de se referir à leitura, a serviço de certos posicionamentos muito cristalizados, proferidos até mesmo por enunciadores progressistas, que reproduzem, não apenas, os discursos dominantes e a serviço da dominação, como ao falar da leitura, mas também ao convocar os preconceitos de gênero sutilmente relacionados à história dessa prática.

Referências:

ABREU, M. Diferença e Desigualdade: Preconceitos em Leitura. *In: MARINHO, M (org.). Ler e Navegar: espaços e percursos da leitura.* Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2001a. p. 139-157.

ABREU, M. Quem lia no Brasil colonial. *In: Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24, 2001b, Campo Grande.* Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4ABREU.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ABREU, M. Diferentes formas de ler. *In: Anais XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.* 2001c, Campo Grande. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>. Acesso em: 16 abr. 2022.

ABREU, M. *Cultura letrada, literatura e leitura.* São Paulo: Editora UNESP, 2006a.

ABREU, M. Apatia, ignorância e desinteresse. Uma história da leitura no Brasil? Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 83-98, jan./jun. 2006b.

BOURDIEU, P. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. A Reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRITTO, L. P. L.; BARZOTTO, V. H. Promoção X Mitificação da Leitura. Em Dia: Leitura & Crítica. Campinas: Associação de Leitura do Brasil & Boletim ALB, Rio de Janeiro, n. 3, agosto de 1998.

BRITTO, L. P. L. Máximas Impertinentes. In: PRADO, J.; CONDINI, P. (org.). A formação do leitor: pontos de vista. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, R. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: ROCHA, J.C.C. (org.). A força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011. (p. 21- 53).

CURCINO, L. Imprensa e discursos sobre a leitura: representações dos presidentes FHC, Lula e Dilma como leitores. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. n. 16 esp., set. 2018, Ilhéus: UESC. p.223-243. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2223>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CURCINO, L. Discursos sobre a leitura: do elogio ao insulto na construção do perfil leitor de políticos. In: HOSSNE, A. S.; NAKAGOME, P. T. (orgs.). *Leitores e leituras na contemporaneidade*. Araraquara: Letraria, 2019. (p. 112-128). Disponível em: <https://www.letraria.net/leitores-leituras/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CURCINO, L. La femme qui lit: stéréotypes sexistes dans les représentations de Dilma Rousseff en tant que lectrice dans les médias au Brésil. *Textes et contextes* [Online]. n. 15, vol. 2, dez 2020. Universidade de Bourgogne – França. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/textesetcontextes/index.php?id=2935>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CURCINO, L. 'Lives' e Livros: Versículos e verdade na eleição presidencial brasileira. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. *Discurso e (pós)verdade*. São Paulo: Parábola, 2021. (p. 105-134).

CURCINO, L.; VARELLA, S. Discursos sobre a leitura: uma análise de vídeo-campanhas em prol dessa prática. *Revista Desenredo*. v. 10, 2014,

p.337-354. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/4157/3091>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CURCINO, L.; DOURADO, M. O que se ensina quando se ensina a ler: discursos sobre a leitura e sua incidência sobre as práticas de ensino e de formação dos sujeitos em nossa sociedade [Entrevista concedida]. *REP's - Revista Eventos Pedagógicos*. Vol. 10, n. 26, Sinop, 2019. (p. 648-663). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343236685_O_que_se_ensina_quando_se_ensina_a_ler_discursos_sobre_a_leitura_e_sua_incidencia_sobre_as_praticas_de_ensino_e_de_formacao_dos_sujeitos_em_nossa_sociedade#fullTextFileContent. Acesso em: 20 nov. 2022.

ERIBON, D. *A sociedade como veredito*. Tradução Luzmara Curcino. Belo Horizonte/Veneza: Editora Âyiné, 2022.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso* – Aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L. Fazer, Pensar, dizer, olhar: dispositivos de fala pública e de leitura da mídia. In: FERNANDES JÚNIOR, A.; SOUSA, K. M. (org.) *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.

POSSENTI, S. A leitura errada existe. In: BARZOTTO, V. H. (org.) *Estado de Leitura*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1999. p. 169-178.

POSSENTI, S. A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. *Discurso & Sociedad*, 12, 2018, 581-593.

SOARES, M. B. Ler, verbo transitivo. *Blog Leia Brasil*. 18/05/2007. Disponível em: <http://www.leiabrasil.org.br/leiaecomente/valeoescrito/magda.htm>. Acesso em: 16 nov. 2022.

**PARTE
II**

Edson Santos de Lima
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar / CNPq)

**DISCURSOS DO CAPACITISMO: SILÊNCIOS E AFETOS DE SUJEITOS
COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM FALAS SOBRE A LEITURA**

Introdução

Na sociedade brasileira contemporânea, os sujeitos com deficiência, de modo geral, podem usufruir de direitos de que estavam alijados em outros tempos. Isso não significa que esses sujeitos estejam hoje imunes a discursos e práticas de exclusão. Ao lado de uma separação sumária entre sujeitos com e sem deficiência, há vários outros fatores que estabelecem distinções entre os que apresentam diferentes deficiências e que dispõem de diversas condições econômicas, sociais e culturais. Às oposições entre sujeitos com ou sem deficiência e às diferentes deficiências dos primeiros se somam essas desigualdades derivadas da economia, da sociedade e da cultura, que modelam as experiências, os afetos e as singularidades desses sujeitos. Entre os mais desguarnecidos, aumentam as exposições a discursos e práticas da exclusão. Essas, por sua vez, tendem cada vez mais a ser endossadas por uma ideologia capacitista¹⁵. Uma propriedade fundamental dessa ideologia consiste no fato de que no que pensam, no que fazem e no que dizem seus adeptos “a ênfase recai no que falta, na limitação, no ‘defeito’, gerando sentimentos como desprezo, indiferença, chacota, piedade ou pena” (BRASIL, 2000, p. 5).

¹⁵ O termo *capacitismo* surgiu nos Estados Unidos na década de 1980 e ainda não tem ampla circulação no Brasil contemporâneo. O “*capacitismo é a opressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência*” (MARCO, 2020, p. 18).

Para prosperar, a ideologia capacitista contou com o estabelecimento e a difusão de padrões de normalização cujos registros remontam ao menos até a Antiguidade.

Esses padrões têm uma longa duração histórica e suas presenças e atuações continuam funcionando em nossos dias. A identificação ou a contraidentificação com essa ideologia, em graus variados, corresponde à produção de diferentes relações sociais, nas quais são mobilizadas atitudes de exclusão ou inclusão, de segregação ou integração, de afeição ou repulsa.

Em que pesem nossos relativos avanços no processo civilizatório e nossa adesão a ideologias igualitárias, nossos pensamentos, ações e discursos são em larga medida fundamentados na divisão entre os “normais” e os “diferentes”, que já considerados monstruosos, deformados e deficientes, antes de atingirem essa condição, digamos, mais neutra e menos preconceituosa da “diferença”. Nessa divisão, que será atualizada na era moderna pela oposição entre o “normal” e o “patológico”¹⁶, a distribuição das qualidades e dos defeitos é profundamente desigual, sempre em detrimento dos diferentes. Com base nessa divisão, os padrões de normalidade incidem no que pensamos, fazemos e dizemos, sejamos nós “normais” ou “diferentes”. Contudo, essa incidência pesa de modo negativo bem mais e decisivamente nas vidas dos “diferentes”.

No plano dos discursos, se todas as sociedades contam com procedimentos de controle da discursividade, que concorrem para regular, organizar e redistribuir o que se diz (FOUCAULT, 1996), também há controle, regulação, organização e redistribuição do que dizemos sobre a deficiência. Esses discursos se materializam em enunciados produzidos em diversos campos da sociedade, em condições cotidianas e em esferas bastante institucionalizadas. Vejamos um exemplo destas últimas e alguns aspectos de seu funcionamento. Trata-se da Lei Brasileira de Inclusão – Lei Nº 13.146/2015, em que a pessoa com deficiência é classificada da seguinte forma:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participa-

16 A partir dessa oposição entre o normal e o patológico, se processa uma visão normalizadora sobre o corpo disfuncional (CANGUILHEM, 2009).

ção plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Nesse enunciado do campo jurídico, a deficiência contemplada num discurso inclusivo, que, para lhes assegurar direitos, reitera elementos que apontam para a condição desfavorável dos sujeitos que estão nessa condição. Em contrapartida, há outros discursos que tratam da deficiência, contornando ou simplesmente silenciando a própria deficiência, na medida em que seus enunciados não falam de suas necessidades e de suas dificuldades.

Em termos gerais, assistimos a um crescimento de intervenções dos porta-vozes da inclusão, mas isso não significa exatamente eliminação ou mesmo redução intensa e extensa dos preconceitos. De fato, por vezes, nas falas desses porta-vozes pode haver maior ou menos presença de narrativas hegemônicas, que concebem a deficiência¹⁷ ao largo dos discursos progressistas e anticapacitistas. Entre outras circunstâncias, quando alguns deles intervêm publicamente no universo digital, identificamos sua filiação a certa ideologia mercadológica.

Considerando esses fatores e aspectos, no presente capítulo, nossa atenção será dispensada a algumas práticas discursivas de sujeitos com deficiência visual¹⁸, quando falam da leitura e de si como leitores. Essas falas se constituem com base em hierarquias e são investidas de consensos sobre o que é ser leitor e sobre os privilégios dessa posição. Em que pesem as dificuldades suplementares com que se deparam os sujeitos com deficiência visual nas práticas de leitura, esses consensos são tão consistentes que parecem contornar a separação entre pessoas videntes ou não, pois praticamente de modo indistinto todas elas compartilham de representações sobre a leitura, que a associam a ascensão social e econômica e a prestígio cultural: “tanto quando lemos quanto quando avaliamos os gestos de leitura dos demais leitores, acionamos uma série de representações, sociais e históricas, sobre ‘o que é ler’, sobre ‘o que é ser leitor’, sobre ‘o que é

17 Com essa proposta entendemos que “a deficiência e o capacitismo como categorias de análise ampliam o potencial analítico e político de superar hierarquias de opressão sustentadas pela lógica capitalista neoliberal que incide na corponormatividade” (MELLO, 2021, s/p).

18 No presente trabalho devido a disponibilidade de espaço e a representatividade do corpus será analisado um enunciado audiovisual.

ler um texto de prestígio e não outro” (CURCINO, 2016, p. 231).

Esses discursos sobre a leitura costumam materializar ideias e produzir efeitos relativos a promoções sociais, econômicas e culturais, reforçando desigualdades por meio de padrões investidos de prestígios, que se difundem por várias vias e atingem diversas classes, grupos e sujeitos de nossas sociedades.

Ao examinar certos elementos do discurso da inclusão, buscaremos identificar algumas das características de seu funcionamento e alguns de seus efeitos, mas também alguns de seus silêncios e de suas derivas em enunciados de um de seus porta-vozes. No exame desse discurso da inclusão, focalizaremos particularmente, conforme dissemos, determinadas representações da leitura presentes na fala de um sujeito com deficiência visual veiculada pelo Youtube. Para fazê-lo, nosso estudo se fundamenta em postulados, noções e procedimentos metodológicos da Análise do discurso, derivada de Michel Pêcheux e seu grupo, e em aportes provenientes do pensamento de Michel Foucault dedicados à ordem do discurso. O material a ser submetido à análise é o vídeo intitulado *O menino que escrevia com os pés*, que foi transmitido pelo canal Histórias de Cego¹⁹ na referida plataforma. Com vistas a alcançar os objetivos que estipulamos aqui, optamos por subdividir a sequência deste capítulo nas seguintes partes: inicialmente, apresentaremos um breve percurso histórico do corpo, da fala e da voz de sujeitos com deficiência; em seguida, faremos uma rápida exposição sobre discursos e práticas da leitura em Braille; depois dessa exposição, realizaremos uma análise de nosso dado; e, finalmente, apresentaremos nossas considerações finais.

O corpo, a fala e a voz de sujeitos com deficiência: breve percurso por uma longa história de discriminações e de resistências

A sociedade brasileira contemporânea vive seu contexto mais inclusivo e igualitário e, ainda assim, conserva e reproduz essas exclusões e discriminações. Por essa razão, podemos imaginar o quanto os sujeitos com deficiência estiveram ainda mais alijados

¹⁹ O vídeo está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=e2CY-Q5NwOOY&t=302s>. Ele foi publicado no YouTube por Marcos Lima em 24 abril de 2019, tem duração de 17 minutos e 1 segundo e contava com 41 comentários e 2.110 visualizações até os primeiros dias de março deste ano.

do campo da fala pública e da participação política em contextos históricos e sociais ainda mais injustos e desiguais.

Examinemos, rapidamente, por meio de um sobrevoo por diferentes tempos e lugares como se deram, como se conservaram e como se transformaram historicamente essas exclusões e discriminações.

No longo período usualmente designado como Antiguidade pela historiografia moderna, é possível observar fortes tendências de discriminação dos sujeitos cujos corpos tinham alguma característica concebida como disforme. É bem conhecida, por exemplo, a predileção de cidades-estados gregas como a espartana por um porte físico forte, saudável, assim como a antipatia ou mesmo aversão aos corpos deficientes, avaliados sob a ótica da deformidade, da irregularidade. Roma também foi berço de discursos e práticas de discriminação de sujeitos com deficiências físicas, permitindo até mesmo, através do seu aparato jurídico-legal, que os patriarcas e cidadãos romanos decidissem sobre a manutenção ou não da existência de filhos nascidos com alguma anormalidade corporal: as leis das dozes tábuas exemplificam esse *modus operandi*.

A circulação hegemônica de dizeres a respeito de um ideal de beleza tornou legítimos, indicados e mesmo necessários os atos de abandono ou morte dos infantes com deficiência, manifestando um silenciamento cultural e físico da voz e da vida desses sujeitos ditos defeituosos. Não obstante identifiquemos intensos e constantes refluxos sobre o sujeito “deficiente” nessa era histórica, sabemos, contudo, que muitos deles eram tratados com piedade nas cidades romanas, onde recebiam esmolas e cuidados, e que alguns dentre eles galgaram posições importantes, como é o caso do censor Ápio Cláudio, responsável pela Via Ápia e acometido pela perda de sua visão (SILVA, 1987).

Na Idade Média, também é possível identificar práticas de segregação e discriminação do corpo considerado defeituoso, embora o abandono e a morte de sujeitos portadores dessa condição tenham sido gradativamente amainados em virtude da ascensão do catolicismo e do seu discurso de amor ao próximo. Em face da permanência de discursos e práticas excludentes em parte da população medieval, os sujeitos com deficiência passam a receber assistência de asilos e conventos, estada e comida.

Essa relativa melhora no tratamento desses sujeitos não os eximiu, porém, de experienciarem torturas e de terem seus corpos transformados em objeto de espetacularização e divertimento: as condições de existência propiciadas a esses povos em asilos e conventos não eram adequadas; a igreja, ainda que relativamente piedosa, não deixou de enxergar na deficiência uma manifestação de forças malignas sujeitas aos procedimentos inquisitoriais; além de palácios, cortes e praças terem sido palco da exposição dos anormais como uma atividade lúdica. Em resposta à concepção de normalidade disseminada no mundo antigo, pautada na harmonização matemática, geométrica, na perfeição levada a cabo pela natureza física, material, o medievo, dominado pela ótica religiosa cristã, combinava as lições de compaixão deixadas por Cristo com a concepção da deficiência como uma irregularidade da natureza materializada por Deus. O sujeito deficiente, antes praticamente impedido de falar e destituído de sua própria vida, passa a ocupar espaços relativos à loucura, à anomalia, à piedade e até mesmo ao ridículo.

Na modernidade, período marcado, entre outras coisas, pela ascensão da burguesia, do ideário iluminista e dos direitos humanos, estes últimos relativamente aplicados ao conjunto da humanidade, a deficiência passa a ser compreendida, pouco a pouco, não mais como um produto desviante da natureza divina, mas como uma irregularidade do próprio organismo humano. O corpo dito deficiente vai sendo, portanto, gradativamente medicalizado, tornando-se um objeto concernente às ciências da saúde, estas últimas campos de saber humano em plena ascensão na Europa moderna.

Os sujeitos com deficiência passam a receber, no curso dessa época histórica, os primeiros procedimentos assistenciais de recuperação e adaptação de seus problemas físicos, cuidados que assinalam um contraponto em relação às práticas de punição e de ridicularização existentes no medievo e ainda presentes, em graus distintos, nos séculos que o sucedem. Com o fortalecimento das práticas de patologização e tratamento do corpo anormal, a modernidade assistiu a um recrudescimento gradual de políticas públicas voltadas à internação e asilização de sujeitos deficientes, bem como à proibição da espetacularização dos seus corpos. O corpo deficiente deixa de ser visto como monstruoso, para ser visto como anormal. Em uma passagem elucidadora, Jean-Jacques Courtine nos

mostra as transformações da deficiência no ocaso da Idade Moderna e na aurora de nossa contemporaneidade:

Censurado pela polícia dos espetáculos ou socorrido pela compaixão pública, o corpo monstruoso se liberta, pois, pouco a pouco, do universo das diversões populares. A percepção da deformidade humana, longamente identificada à figura do monstro, tende a fragmentar-se: o corpo enfermo se dissocia progressivamente do corpo monstruoso, e torna-se objeto de preocupações médicas vinculadas à sua reeducação (COURTINE, 2013, p. 13).

Se o corpo com deficiência não é mais objeto de espetacularização e divertimento para os povos das cidades, sua medicalização tampouco extinguiu práticas de segregação e de exclusão social. O processo de patologização, de pacientização e de hospitalização do corpo deficiente alçou os sujeitos com essa condição a um grau distinto de dignidade, mas também conservou discriminações, estigmas e dificuldades à produção e circulação dos seus discursos.

O domínio da fala pública, ainda que tenha conhecido uma relativa abertura aos sujeitos desprovidos de elementos de padrões predominantes de beleza, de desenvoltura e de outras características consideradas ideais no período moderno, manifestando certa diversidade, permaneceu fechado para aqueles marcados pela deformidade física. O eminente especialista em história da retórica, Marc Fumaroli, ao analisar compêndios desse campo dos estudos da linguagem publicados no século XVII, diz que:

Assim como qualquer um não pode se beneficiar do suplemento de alma trazido pela pedagogia oratória, não é qualquer corpo que pode esperar aceder ao esplendor do corpo eloquente. A feiura, a desgraça física, a marca mais visível no corpo dos vícios da alma, excluem esses fracassos da natureza da elite oratória. Não podemos, sem dúvida, exigir de todos uma beleza perfeita, viril e sedutora ao mesmo tempo. Mas a partir da diversidade dos corpos aceitáveis, a arte pode criar corpos eloquentes (FUMAROLI, 2015, p. 100).

As restrições impostas aos sujeitos com deficiência, coibidos de ocupar posições de prestígio e de falar publicamente a respeito de sua condição e de assuntos comuns à sociedade da época, não impediu que outros, considerados seres regulares, falassem sobre

eles e por eles durante a modernidade. Somente esses porta-vozes poderiam fazê-lo, porque “a diversidade”, de que fala Fumaroli, não compreende os sujeitos cujos corpos e cujas vozes tenham alguma deficiência, uma vez que somente aqueles que têm “corpos aceitáveis” podem se tornar com o preparo das técnicas retóricas “corpos eloquentes”.

No século seguinte ao da produção dos compêndios de retórica analisados por Fumaroli, intelectuais notáveis como Denis Diderot produziram discursos em prol dos sujeitos com deficiência. Em “Carta sobre os cegos endereçada àqueles que enxergam”, o escritor francês discute a maneira pela qual um cego pode adquirir conhecimento através dos outros órgãos e sentidos, de modo a poder integrar discussões sobre questões filosóficas, políticas, linguísticas etc.

A contemporaneidade é marcada por uma crescente preocupação institucional pelas pessoas com deficiência, assim como pela expansão de discursos e práticas de cuidado e de inclusão desses sujeitos na sociedade. Domínios de saber como a medicina, a ciência, o direito e a pedagogia intensificaram a promoção de políticas favoráveis aos corpos portadores de alguma deformidade. As duas grandes guerras que assolaram o mundo na primeira metade do século passado não produziram apenas mortos, mas milhares de mutilados, tornando frequente a condição disforme.

Nesse contexto, foram realizados avanços científico-tecnológicos e humanitários para suprir a demanda de sujeitos mutilados, muito mais presentes na sociedade do que em qualquer outro período. Além da dimensão assistencial, princípios educativos e inclusivos foram difundidos. Não obstante possamos identificar um recrudescimento de ações partidárias dos sujeitos com deficiência, a nossa era também conheceu terríveis refluxos a esse respeito. Ideologias totalitárias contemporâneas, como a nazista, pregavam a abominação aos corpos disformes, e sujeitos portadores dessa condição também se viram obrigados a embarcar em viagens sem volta aos campos de concentração criados e fomentados pelas políticas excludentes do Terceiro Reich.

Podemos encontrar de modo privilegiado discursos progressistas de reconhecimento de sujeitos com deficiência nos campos da política, da legislação e da educação. Para ilustrar a materialização desses discursos em alguns importantes textos,

optamos por mencionar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, redigida em 1948 pela Organização das Nações Unidas, que igualou e dignificou os seres humanos em geral, incluindo os deficientes. Em nível internacional, destacamos também a Declaração Mundial de Educação Para todos e a Declaração de Salamanca, assinadas em 1990 e em 1994, respectivamente; a Convenção de Guatemala e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, organizadas e transcorridas, por sua vez, nos anos de 1999 e de 2009, respectivamente. Em 1981, as Nações Unidas anunciam o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, que constituiu um grande marco para a causa das pessoas com deficiência. Esses exemplos demonstram que, pouco a pouco, os deficientes galgaram algum espaço na sociedade contemporânea, adquirindo reconhecimento, políticas de cuidado e de inclusão, além de uma relativa concessão para que falassem a respeito de sua própria condição e de outras questões da sociedade. Nos dias de hoje, essas falas se manifestam, sobretudo, em plataformas digitais como o YouTube, suportes para a circulação de discursos característicos do nosso breve século e que vem assumindo uma imensa relevância social, substituindo outras mídias como o rádio e a televisão.

O sobrevoos que realizamos pela história da deficiência, percorrendo as principais eras históricas, nos permite identificar algumas características importantes acerca dessa condição na longa duração. Nos dois primeiros períodos, que compreendem mais de dois mil anos de nossa história, os sujeitos com deficiência, apesar de alguns discursos e práticas relativamente sensíveis à sua condição, sofreram constantes e intensas discriminações, segregações, estigmas e silenciamentos: mortas, malditas, isoladas dos espaços de convivência social ou reduzidas ao ridículo, essas pessoas enfrentaram graves restrições ao exercício da palavra e da escuta social. Na modernidade, levados à clausura hospitalar e objetificados como corpos adoentados sob o olhar médico, os deficientes, ainda cerceados em sua fala, conquistaram algum reconhecimento e simpatia por parte de outros, considerados saudáveis. Apenas tardiamente, no curso da era contemporânea, esses sujeitos puderam falar e ser ouvidos efetivamente, ocupando espaços que lhes foram interditados durante o longo período esboçado brevemente aqui.

Assim, a contemporaneidade é marcada pela conjunção entre uma lenta, mas crescente onda de lutas, conquistas, reconhecimentos,

concessões e direitos aos deficientes por outras pessoas, e pela emergência tardia, e ainda insuficiente, de espaços para a expressão pela própria voz dos sujeitos dotados de alguma deficiência. É sintomático da exclusão histórica dessas vozes, conforme mencionamos no início, que uma obra como *História da Fala Pública* (COURTINE; PIOVEZANI, 2015), que cobre uma considerável variedade de fenômenos sobre esse tema em espaços e tempos distintos, da Antiguidade grega ao Brasil contemporâneo, contenha apenas uma breve menção sobre os sujeitos deficientes, para justamente manifestar a sua exclusão desse campo da atividade humana.

A opção por tomar a fala de sujeitos com deficiência, histórica e socialmente discriminados, cujas vozes foram silenciadas e impedidas de circular no espaço público, como objeto de estudo contribui para a promoção desses mesmos sujeitos na sociedade. Essa promoção incide diretamente sobre as falas desses sujeitos e a sua escuta social: é premente ouvir o que eles têm a dizer, não apenas sobre sua condição, mas sobre o mundo em geral. Além disso, o desenvolvimento de pesquisas a propósito desse tema e de seus objetos não somente contribui para sanar parcialmente o caráter exíguo de estudos sobre a fala de deficientes nos estudos da Análise do discurso e da História das ideias linguísticas, mas também concorre para um preenchimento dessa lacuna no interior dos campos da retórica e da fala pública.

Em seus primeiros trabalhos, a AD se debruçou sobre discursos institucionalmente mais fechados, como os da política, e, mais recentemente, o campo se abriu à análise de outras discursividades, como as produzidas no cotidiano das sociedades. Ultimamente, tanto na França como no Brasil, seus trabalhos têm se dedicado a discursos marginais, produzidos por sujeitos igualmente marginalizados em nossa sociedade. É algo nessa direção que buscamos fazer aqui. Para tanto, passaremos, a seguir, a uma breve exposição sobre algumas relações entre representações de práticas de leitura e certos elementos e aspectos da leitura em Braille em discursos da inclusão da deficiência.

Na ordem da inclusão: a leitura em Braille

Dentre os grupos de pessoas marginalizadas na sociedade, os deficientes sofrem particularmente com as atitudes capacitistas,

as discriminações, as segregações e as exclusões, feitas com base em julgamentos preconceituosos sobre suas condições físicas e suas capacidades de expressão. Nesse último caso, seus corpos e seus gestos, suas falas e suas vozes são objeto desses menosprezos. Como vimos, essas práticas foram amenizadas ao longo do tempo e em distintos espaços, mediante transformações políticas e lutas sociais, que promoveram uma inflexão na contemporaneidade, especialmente a partir das primeiras décadas do século XX e de novos avanços no século XXI.

A emergência da noção de deficiência é recente e está relacionada a três diferentes produções discursivas: o modelo médico surgido no Reino Unido na década de 1960, que apresenta uma abordagem reabilitacional do corpo lesionado; o modelo social surgido nos anos de 1980, que se opõe ao paradigma médico, acusando-o de considerar a deficiência sob o prisma de um tipo ideal de sujeito produtivo, segundo o modelo econômico capitalista e o ordenamento político insuficientemente representativo (DINIZ, 2012, p. 24); o modelo biopsicossocial surgido no início do século XXI, por iniciativa da Organização Mundial da Saúde, que propõe uma revisão no paradigma curativo, complementando-o ao abordar a subjetividade e o cuidado dos indivíduos a partir de princípios humanos essenciais. Essa sucessão de modelos deve ser conhecida e estar presente em nossa análise das representações da leitura na fala de sujeitos com deficiência visual.

Foi na França que ocorreram as primeiras experiências na educação de cegos. Valentin Hauy fundou o Instituto Nacional de Meninos Cegos de Paris no final do século XVIII. Mas o método Braille, usado até hoje, apenas foi criado quando um dos alunos do Instituto, Louis Braille, conheceu e revisou o estudo apresentado pelo comandante do exército francês Charles Barbier de La Serre. O sistema Braille começou a ser difundido mundialmente em 1855, com a Exposição Internacional promovida em Paris. Em 1854, o Braille já estava oficialmente presente no Brasil, por meio da iniciativa de José Alvares de Azevedo, que havia estudado no Instituto de Paris. Azevedo disseminou o método em solo brasileiro e fundou, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos – hoje, Instituto Benjamin Constant. Inicialmente, suas práticas educacionais seguiam a tendência segregativa de sua época: seu ensino “baseava-se no

tripé música, trabalho e ciência, de modo a incentivar que os alunos mantivessem sua vida dentro do Instituto, ao invés de estimulá-los a garantir uma vida de forma independente (ESTIMADO; SOFIATO, 2019, p. 11).

Os cegos eram instruídos em trabalhos técnicos e práticos no Instituto e para uma vida no interior do Instituto. Já em nossos dias, princípios dos direitos humanos e avanços científicos e sociais fundamentais práticas de integração das pessoas com deficiência. Por volta dos anos 1950, a Educação Especial começa a dar seus primeiros passos no Brasil e promove cada vez mais a integração dos alunos com deficiência nas escolas especiais e instituições de ensino sem fins lucrativos, preparando-os para o mercado de trabalho. Contudo, em suas ideias e ações, havia uma separação entre alunos “especiais” e “não especiais”. Isso só iria se modificar alguns anos mais tarde. A inclusão na perspectiva da Educação Inclusiva surge com confluências entre os saberes médico e pedagógico e postula a integração entre os alunos com e sem deficiência nos mesmos espaços. Sua proposta se torna norma jurídica com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – Lei nº 9.394/1996, que ampliou e consolidou o ensino acessível no Brasil.

Desse modo, falar de acessibilidade²⁰ para alunos cegos é referir-se a um conjunto de ferramentas sensoriais, motoras e tecnológicas assistivas necessárias para que eles sejam efetivamente integrados à sociedade e possam exercer nela sua plena cidadania. Para tanto, os processos de letramento são essenciais. O domínio da leitura e da escrita em Braille concorre para promover essa integração e esse exercício, de forma a tornar esses alunos cada vez mais autônomos e partícipes de seus meios sociais. Se para uma criança vidente a aquisição desses processos já demanda tempo, ultrapassagem de obstáculos, apoio de profissionais especialistas e estímulo familiar, ao sujeito cego isso é ainda mais desafiador. Quando lhes faltam tais recursos, as disparidades tendem a aumentar fortemente. No plano das representações da leitura, tende a haver certa divisão entre os sujeitos

20 À produção de um livro acessível necessita-se de configurações que priorizem o formato, a diagramação, a presença de textura em alto relevo, tonalidades de cores para o caso de baixa visão, gravação em áudio, descrição de imagens em audiodescrição e papel de impressão na impressora Braille, leitores de tela e etc. Cf. Pinto; Pelosi (2020) que apresentam um processo de criação de obra literária acessível em multiformatos de acordo com o Desenho Universal.

cegos que tiveram oportunidades de instrução formal e de acesso ao Braille, pois eles costumam falar da leitura de forma eufórica, como integrantes de uma comunidade de leitores, enquanto os que não tiveram essas oportunidades ou as tiveram de maneira insuficiente se referem a ela segundo consensos que a valorizam, mas sem sentir (plenamente) e sem produzir os efeitos dessa pertença comunitária. Ou seja, em que pese essa diferença capital, para todos, quase do mesmo modo, “a leitura é uma prática de prestígio”, de forma que “não se deve assumir a não leitura, a não ser justificando-se quanto a isso” (CURCINO, 2021b, p. 121). Todos os videntes ou não são instados a se filiarem a discursos hegemônicos sobre a leitura e a materializar em seus enunciados sobre o que (não) leem e ainda sobre seus modos de fazê-lo. Para mais bem refletir sobre esse fenômeno, as considerações de Curcino (2021) são fundamentais:

Se o discurso fornece o que é dizível sobre uma prática e sobre os sujeitos que a exercem, ele também regula o tipo de emoção consensualmente adequada na enunciação dessa prática. São principalmente dois os modos de expressão das emoções ao se enunciar sobre a leitura: 1) quando se faz referência explícita a elas; 2) quando o modo de enunciar permite depreender um ou outro estado afetivo relativo à leitura. Assim como ocorre com tudo que pode e deve ser dito sobre uma determinada prática e sobre os sujeitos que a exercem, não é qualquer emoção que se evoca ou que se expressa a seu respeito, cabendo-nos, portanto, depreender, delimitar e descrever o funcionamento discursivo peculiar dos afetos quando enunciamos (CURCINO, 2021a, p. 3).

Assim como os videntes, os sujeitos cegos falam sobre a leitura em determinados contextos sociais, considerando seus maiores ou menores contatos com o objeto cultural por excelência da leitura, a saber, o livro, aderindo a posições ideológicas²¹ muito consolidadas. Feitas essas considerações, passaremos, em seguida, à análise da materialização dessas posições no interior de uma consistente formação discursiva.

Análise do vídeo

O dado sobre o qual efeturemos nossa análise é o vídeo *O menino que escrevia com os pés*, que foi publicado no canal Histórias de

21 Cf. Pêcheux (2014).

Cego, por seu titular, Marcos Lima, da plataforma digital Youtube em 24 de maio de 2020. No vídeo, são produzidos enunciados por um portavoz dos sujeitos com deficiência visual sobre a leitura. Constatamos que aqui estão presentes certos discursos da educação inclusiva de pessoas com deficiência e os usos dos meios tecnológicos como relativo acesso dos excluídos à difusão de suas vozes na sociedade. Vão na mesma direção de uma educação inclusiva o Programa de livros didáticos para estudantes com deficiências visuais e o Projeto Livro Acessível²².

Marcos Lima, responsável pelo canal Histórias de cego, é cego desde a infância e se tornou jornalista e palestrante. Além de produzir, gravar e publicar frequentemente seus vídeos amadores desde 2016, Lima busca atingir através deles um público amplo e isso lhe rendeu mais de 300 mil inscritos, até o momento, nesse seu canal no Youtube. Os assuntos de que trata se inscrevem nas seguintes rubricas: histórias de cego responde, derrubando preconcegos, histórias de cego e os sentidos dos cegos, história de cego e educação e historinhas de cego. O dado que examinamos aqui se inscreve nessa última rubrica, no interior da qual encontramos vídeos em que são feitas leituras de livros infantis para crianças e adultos, videntes ou não, com o objetivo de apresentar e indicar boas histórias a seu público.

Um primeiro elemento do discurso sobre a leitura que identificamos nos enunciados desses vídeos é o de certo apagamento das limitações, barreiras e dificuldades para ler enfrentadas pelos sujeitos com deficiência visual. São várias as formulações como estas: “Vamos ler”, “os livros que eu tô lendo aqui” e “vou ler”.

Além disso, há uma materialização prosódica do orgulho de ser leitor nesses e em outros enunciados. A produção desses efeitos ora inclui os enunciatários, integrados numa mesma comunidade leitora a que pertence o enunciador, ora os exclui, ao menos pontualmente, quando a primeira pessoa do plural é substituída pela primeira do singular.

A performance oratória de Marcos Lima em seus vídeos é bastante desenvolta e marcada por recursos verbais, vocais e

22 Ver: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13439-conhe%C3%A7a-o-programa-de-livros-did%C3%A1ticos-para-estudantes-com-defici%C3%AAncias-visuais>; e <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17435-projeto-livro-acesivel-novo>

corporais, com os quais ele promove intensa interação com seu público. No vídeo que analisamos aqui a produção dos efeitos dessas desenvolvuras e interação é constante. É, portanto, desse modo que Lima fala do livro *O menino que escrevia com os pés*, que lhe foi ofertado no formato Braille pela seguidora Carina Alves, no intuito de que ele fosse lido e apresentado no canal. Vejamos o que é dito, quais estratégias argumentativas são utilizadas e alguns de seus efeitos logo no início de sua fala.

Bom dia, boa tarde, boa noite galera! Que acompaaanha o histórias de cego, seja bem-vindo ao histórinhas de cego, o programa que **lê** a vida de um modo: diferente. Hoje vamos **lê** O menino que escrevia com os pés da Carina Alves e da Mari Meira. Agradecendo aqui à Carina que mandou a coleção dela, é uma coleção muito legal, os personagens principais tem é: algum tipo de deficiência.. você **quer** ver sua historinha no histórias de cego? Escreva para historiasdecego@gmail.com e:: manda esse livro em Braille que os livros que eu tô **lendo** aqui na coluna foram livros que me foram enviados, agradeço as pessoas que se mobilizaram **e**: a vocês que me assistem, meus leitores mirins... deixa seus comentários, você **quer** mandar um abraço, quer que eu mande um abraço para o seu filho, fala o nome do seu filho que acompanha, me manda aí que eu vou falar no início de cada vídeo do historinhas de cego... Vamo lá! Vamo lê!

Nessa passagem inicial, Marcos Lima especifica o público-alvo do seu programa “a vocês que me assistem, meus leitores mirins...”. Não há distinção entre sujeitos videntes ou não. Ali se apresenta a especificidade de seu programa: “o programa que **lê** a vida de um modo: diferente”. Há ênfases prosódicas nas conjugações do verbo “ler”, tanto nessa primeira ocorrência quanto nas duas seguintes: “vamos lê” e “os livros que eu tô lendo aqui”. Isso indica de modo manifesto a condição leitora do enunciador, suprime em larga medida referências a dificuldades para adquiri-la ou exercê-la e materializa um afeto eufórico por gozar de tal condição.

O silenciamento de sua deficiência e das limitações e barreiras para a execução da leitura é relativamente suspenso apenas por meio de uma discreta menção ao Braille, nesta sua solicitação: “manda esse livro em Braille”. Nessa e em outras formulações análogas ocorrem incitações a comportamentos típicos dos seguidores das redes sociais e plataformas: “deixa”, “escreva”, “fala”. Essas e outras estratégias argumentativas são ali mobilizadas para conseguir maior adesão do

público sob a forma comentários e manifestações de afeto. Com essa mobilização e outros recursos semelhantes, se busca manter e reforçar os vínculos afetivos da comunidade.

Essa sua condição eufórica na busca por engajamento está presente em intercalações em alguns pontos de sua fala. Essas intercalações ocorrem, entre outras, nestas passagens: Lima interrompe a leitura da história para comentar sobre experiências do passado, para dar uma opinião sobre o que leu e para formular perguntas que produzem o efeito de interação. Além desse recurso, há também e novamente a incitação à ação, desta vez produzida em duas formulações construídas com alto grau de paralelismo sintático e de semelhança sonora: “Vamo lá! Vamo lê!”. Aqui o entusiasmo com a leitura é flagrante.

A narrativa de *O menino que escrevia com os pés* é uma típica história de superação. Contudo, essa ideologia da ultrapassagem de barreiras não apenas no enredo do livro lido por Lima, mas também nos comentários intercalados que ele faz sobre a intriga. Vejamos alguns desses comentários em que se materializam essa ideologia da superação, que tende a minimizar o desfavorecimento da deficiência:

viu gente como uma solidariedade faz uma diferença! *como o problema não é uma deficiência!* ele conseguiu transpor a deficiência, né! ele só precisou de um monte de adaptação, ele precisou de acessibilidade, de acessibilidade pra aprender a escrever com os pés, acessibilidade de... no remo, a prótese que ele usou e:: das pessoas não terem preconceito! imagina ai se o professor de remo tivesse falado pra ele assim: - nãoo você não tem braço, não pode remar! Ele não teria remado.

o esporte gente, muda a vida da pessoa com deficiência! Ele mudou a minha vida...e você não precisa ser um campeão paralímpico ou um campeão nacional pro esporte mudar a sua vida, *praticar esporte já muda vida ...*

obrigado por mais essa obra linda mostrando que *a pessoa com deficiência é muito mais que a deficiência*, que a deficiência é um *detalhe* que o que é o *problema mesmo é a falta de acessibilidade e o preconceito...*

obrigado você que ficou até aí! Já pensou? *Não esquece de fazer o teste* de escrevê com os pés, será que você consegue? Manda os seus comentários, porque escrever assim com os pés você nunca viu e nem eu! Tchau, tchauuu!!

Ao se filiar a esse discurso da superação, Lima tende a minimizar as limitações impostas pela deficiência e a maximizar a

dimensão pessoal do que nela haveria de problemático. A deficiência é um “detalhe” e a “solidariedade” de outrem ou prática de esporte pelo sujeito com deficiência não já suficientes para a superação dos obstáculos. Espaços com acessibilidade e redução de preconceitos já bastam para que a pessoa com deficiência faça do seu querer um poder. História, sociedade e política não marcam presença por aqui.

O discurso da superação das pessoas com deficiência é muito presente em obras literárias infantis. Nos livros em Braille isso não seria diferente, devido à demanda escolar. Faixa etária e deficiência visual conjugadas produzem uma maior necessidade de imagens, cores e textos com texturas diversas para a leitura através do tato. Há, ainda, uma procura dos pais por histórias tocantes para inspirar crianças e jovens, sejam eles sujeitos com ou sem deficiência. Em certos aspectos, o que circula em outros gêneros e veículos e se destina a públicos mais amplos destoa dessas narrativas de superação, que contornam ou minimizam a deficiência: “em roteiros de filmes, de série etc., os personagens com deficiências quase sempre adquirem uma deficiência e, a partir disso, a vida delas fica em torno da deficiência” (MARCO, 2020, p. 71).

A configuração imagética dos enunciados que compõem o vídeo concorre para intensificação do discurso e dos efeitos que já indicamos aqui. Além de realizar determinados gestos e de perfazer certos protocolos de leitura, as imagens de Lima promovem uma validação do seu dizer por suas próprias ações de ler e de se mostrar lendo para o público vidente e o não-vidente. Vejamos abaixo duas dessas imagens:

Figura 1. Marcos Lima lê e mostra as imagens



Fonte: Youtube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e2CYQ5Nw0OY&t=497s>

Na leitura e na exibição da leitura, há certo orgulho da condição de ser leitor. Esse orgulho ganha alguma força com a interrupção da leitura para a inserção de explicação aos telespectadores, tal como ocorre nesta passagem: “Cadeira aqui, não no sentido de sentar, as cadeiras do corpo, né!”. O comentário metalinguístico e da conformação prosódica que destaca o dizer materializam o sentimento orgulhoso. Também acontece esse reforço do orgulho de ser leitor, em momentos em que Lima erra na leitura, mas rapidamente se corrige, mostrando capacidade e destreza para fazê-lo. Isso ocorre nestes trechos: “com os pés e foi aprimorando seu novo jeito... seu novo gesto motor, desculpe!”; e “curso esporte, cultura... adoro:: curto esporte, não é curso esporte né...ohh eu lendo errado aqui:”. Aqui o reconhecimento de um pequeno deslize não só não depõe contra o leitor, mas, antes, intensifica sua competência leitora, com a qual se identifica quase imediatamente o erro e o corrige com muita precisão.

Os desempenhos de leitura e de fala de Marcos Lima podem suscitar, além de eventuais surpresas, dada sua deficiência visual, empoderamentos com discernimento político, mas a possibilidade destes últimos diminui, na medida em que no vídeo não há abordagem histórica e social da deficiência, da leitura e da fala. Além disso, diante da desenvoltura de Lima, pode ocorrer um mal-estar da não leitura ou de uma leitura não tão eficiente entre seguidores e assistentes do canal, mal-estar esse experimentado sob um viés personalista, por meio do qual o sujeito se responsabiliza individualmente por suas dificuldades. Com esse viés, processos históricos, relações sociais e ações políticas são praticamente apagados nas experiências de indisposição ou de certa angústia ante o confronto com a condição aquém de um leitor idealizado.

Na recepção do vídeo, não são raros os comentários que materializam o discurso capacitista e/ou o da superação. Somente a título de ilustração, vejamos os seguintes:

Comentário 1. COMO VC CONSEGUE FAZER AS COISAS VC E DE MAIS

Comentário 2. Você conhece pessoas que ficaram cegas adultos e conseguem usar a reverberação do som para sentir o ambiente eu que tenho visão nem leio muito vc é exemplo de vida

Comentário 3. Linda história de superação não me imagino na vida desse menino realmente temos que buscar

algo para nos apoiar o esporte é uma bela arte muito boa
história Parabéns pela leitura um beijo

Nunca é demais lembrar que “no Brasil ainda predomina, em relação à deficiência, uma concepção assistencialista, permeada de barreiras sociais” (BRASIL, 2000, p. 4). Já em relação aos livros em Braille, há uma escassez desse material nas escolas públicas e privadas brasileiras.

Considerações finais

O exame de aspectos de uma história “vista de baixo” das pessoas com deficiência, considerando o que elas dizem e seus modos de dizer, nos permite articular em nosso trabalho algo que tem pertinência acadêmica, interesse científico e relevância social. Além disso, conseguimos depreender certos elementos de propriedades e reconfigurações do domínio da fala pública, quando o orador é um sujeito com deficiência. Em nossa abordagem dos discursos e dos desempenhos de fala pública dos sujeitos com deficiência, buscamos indicar a necessidade de distanciamento e crítica da ideologia assistencialista e capacitista, que se materializam em enunciados como estes: “você é *exemplo* de vida” ou capacitistas na ordem do “como você *consegue?*”.

O fato de uma criança nascer cega ou perder a acuidade visual em qualquer fase da vida após o seu nascimento poderá causar dificuldades suplementares no desenvolvimento de algumas de suas práticas de linguagem, mas não significa suspensão em suas potencialidades para aprender a ler, escrever ou se relacionar com o outro em várias e diversas situações de comunicação.

A criança ou adulto nessas condições de deficiente visual irá precisar receber os estímulos familiares e escolares cedo para que o processo de aprendizagem da leitura e escrita em Braille tenha resultados em sua vida estudantil e profissional, assim como acontece com os sujeitos videntes. Ao analisarmos alguns enunciados do vídeo de Marcos Lima dedicado à leitura do livro *O menino que escrevia com os pés*, nos deparamos com uma materialização de dois discursos bastante consensuais: o que exalta a prática de leitura em termos gerais e o que exalta a superação pessoal dos sujeitos com deficiência.

A conjunção entre ambos produz esta materialização afetiva:

o orgulho de mostrar como leitor bastante competente. Há ali certa responsabilização individual da exclusão de pessoas com deficiência e da superação das barreiras que elas têm de enfrentar. Por extensão, ocorre um silenciamento de fatores e dimensões históricas, políticas e sociais que envolvem os fenômenos de discriminação e segregação e as resistências e avanços, sob a forma de variadas, mas ainda insuficientes, desconstruções de preconceito e conquistas de integração e de participação em ações de cidadania.

Em suma, apesar da enorme importância do fato de que muitos sujeitos com deficiência, a duras penas, conquistaram direitos e espaços de manifestação pública e de que podem exercer esses direitos com suas intervenções, vimos que até mesmo nas falas desses porta-vozes da inclusão há interdições sobre aspectos importantes e reiteração de discursos que conservam ora mais ora menos as limitações com as quais as pessoas com deficiência têm de continuar a lidar. Por esse gesto de interpretação realizado aqui a partir de uma história “vista de baixo”, nos deparamos com a conservação de muitos elementos entre alguns de seus porta-vozes e simpatizantes do que pensa, faz e diz a maioria dos privilegiados que estão e que se veem acima dos que são marginalizados e excluídos por uma ou outra deficiência de seus corpos.

Referências

BRASIL. *Deficiência visual*. GIL, Marta (Org). Secretária de Educação a Distância, Brasília: MEC. Cadernos da TV escola. 2000. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 26 fev. 2023.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Tradução. Mana Barrocas. 6.ed. ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

COURTINE, Jean Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

COURTINE, Jean Jacques.; PIOVEZANI, Carlos. (Orgs). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CURCINO, Luzmara. Discursos hegemônicos sobre a leitura e suas formas de hierarquização dos leitores. *In*: PIOVEZANI, Carlos.; SARGENTINI, Vanice.; CURCINO, Luzmara. (Orgs). *(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Paulo, SP: EdUFSCar, 2016, p. 231-249.

CURCINO, Luzmara. Leitores orgulhosos, leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura. *Alabe Revista de Investigación sobre Lectura y Escritura* [S. l.], n. 25, 2021a. Disponível em: <<https://ojs.ual.es/ojs/index.php/alabe/article/view/7695>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CURCINO, Luzmara. Lives e livros: versículos e verdade na eleição presidencial brasileira. *In*: PIOVEZANI, Carlos.; SARGENTINI, Vanice.; CURCINO, Luzmara. (Orgs). *Discurso e (pós)verdade*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021b, p. 105-134.

DINIZ, Debora. *O que é deficiência?*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ESTIMADO, Roberta Baessa.; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A educação de surdos e cegos na França e no Brasil. *Revista Educação Especial*, v. 32, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33087/33087>>. Acessado em: 27 fev. 2023.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUMAROLI, Marc. O corpo eloquente: *actio e pronuntiatio rhetorica* no século XVII. In: CORTINE, Jean Jacques.; PIOVEZANI, Carlos. (Orgs). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 83-117.

LIMA, Marcos. Histórias de Cego. *O menino que escrevia com os pés – Historinhas de Cego*. YouTube, 24 maio 2020. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=e2CYQ5Nw0OY&t=497s>>. Acessado em 20 fev. 2023.

MARCO, Victor. *Capacitismo: o mito da capacidade*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.

MELLO, Anahi. Corpos (in)capazes. Na crítica marxista da deficiência, as lutas anticapacitistas e anticapitalistas estão do mesmo lado da trincheira. *Blog Jacobin*. 12 fev. 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/02/corpos-incapazes/>> Acesso em: 20 fev. 2023.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

PINTO, Loide Leite Aragão.; PELOSI, Miram Bonadiu. Livro em multiformatos: o espelho mágico. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 33, p. e76/1–23, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/54666>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SILVA, Otto Marques. *A epopeia ignorada: a pessoa com deficiência na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo, SP: CEDAS. 1987.

**PARTE
III**

Daniilo Vizibeli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul
de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)

Luzmara Curcino
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

O LIVRO DIDÁTICO DIGITAL NO PNLD (2013): DISCURSOS NA MÍDIA²³

Quando o Livro Didático se torna notícia

Um dia após o outro somos surpreendidos com avanços tecnológicos há pouco inimagináveis²⁴. As formas de interação social e de produção, circulação e recepção de textos, na era digital, se reinventaram em uma velocidade impressionante, impactando decisivamente diferentes esferas de nossas vidas²⁵. A escola, o ensino, suas práticas, objetos e agentes não poderiam ficar indiferentes a essas mudanças, e não ficaram.

O livro digital faz parte dessas invenções da atualidade e dessas tecnologias já bem consolidadas e conhecidas, embora as

23 Este artigo resulta da tese de doutorado de Vizibeli (2019), intitulada "Livros didáticos digitais, o governo brasileiro e a mídia: uma análise discursiva", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11592>.

24 Um exemplo recente disso é a disponibilização gratuita de versões de geradores de textos que prometem elaborar extrair e organizar conteúdos de tipo mais complexo, com vistas a produzir textos extensos, com conteúdo coerente e relevante, em linguagem especializada, tal como se exige em artigos acadêmicos. Notícia recente informa haver mais de 200 livros de autoria de um desses programas de Inteligência Artificial disponíveis para aquisição em uma grande plataforma internacional de venda de livros.

25 No âmbito político, por exemplo, testemunhamos a exploração das potencialidades do digital para ganhar eleições. Conforme Curcino (2021, p. 132) "as 'lives', os 'posts' e os 'tuites' consolidam a era dos discursos políticos em migalhas, [a era] dos versículos aos bordões. O discurso político se moderniza e entra nas redes sociais sob a forma de enunciados breves, destacáveis, alguns deles desinstitucionalizados, sem autor reconhecível ou origem acessível, muitos deles inimputáveis, numa multiplicação sem-rostro de falsas informações e mesmo injúrias, que se proliferam com uma rapidez ímpar porque compartilhadas na facilidade de um click."

expectativas quanto a seu sucesso não tenham, ainda, se cumprido como as imaginadas pelos entusiastas dessas novas tecnologias ou, nos termos de Umberto Eco (2008), pelos 'integrados'. Ainda assim, o livro digital continua sendo uma aposta promissora para o futuro. Entre as inovações que se enfatiza e se comemora quando se fala desse objeto, afirma-se sempre sua portabilidade e sua capacidade de conter um volume significativo de produções, ou seja, a possibilidade de em um único suporte²⁶ dispor-se de um volume expressivo de textos, de livros, ou seja, de um *e-reader* conter obras inteiras em vários e espessos volumes de um mesmo autor, ou conter coleções enormes, maiores que de muitas bibliotecas, com livros de diversas origens e linguagens, disponíveis a meros toques em uma tela.

Sendo a escola uma das instituições responsáveis pelo ensino e fomento da escrita e leitura de textos, sendo ela ainda um espaço de convívio com livros de diferentes tipos, origens e tamanhos, sendo também um local de consumo de textos para fins didáticos, de consulta, de leitura, de uso para realizar tarefas, e sendo os alunos, especialmente, crianças e jovens, o público para os quais mais se produz livros, hoje no Brasil, não tardaria muito para os produtores de conteúdo didático (quer sejam livros didáticos, paradidáticos, apostilas ou outros instrumentos de aprendizagem como vídeos, animações, jogos etc.) investirem sistematicamente na elaboração de material digital, com base nesse tipo de tecnologia digital de produção e de acesso a textos.

Assim, tanto a produção de Livros Didáticos digitais quanto a acolhida desse novo produto em uma política pública estatal, em um edital governamental voltado para compra de livros com destinação às escolas públicas²⁷ essa novidade não poderia passar despercebida pela mídia.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que estabelece parâmetros para aquisição governamental de livros didáticos de distribuição gratuita a toda rede de ensino básico no país, lançou, em 2013, um edital específico, quando então contemplou pela

26 *Esse suporte eletrônico, que busca simular formas e gestos que mobilizamos quando lemos um livro impresso, é chamado e-reader (eletronic reader ou leitor eletrônico). Ele pode conter centenas, senão milhares de ebooks, livros digitais propriamente ditos, com suas letras de luz irradiadas de uma tela.*

27 *Aliás, no caso do Brasil e no caso do programa aqui considerado, é preciso ressaltar que se trata do maior do gênero na América Latina, em número de aquisição de livros e de investimento público.*

primeira vez o Livro Didático digital (LDd). Dada a dimensão política, educacional, comercial e econômica da empreitada, muito se disse a esse respeito, seja nos meios oficiais de divulgação das ações do governo, seja na mídia tradicional que fez do tema notícia.

Por essa razão, houve uma importante repercussão em termos de comentários de leitores e expectadores desse acontecimento.

Diante do que se disse à época sobre o tema, buscamos constituir, um *corpus* de dados o mais amplo possível de modo a, a partir dele, depreendermos que discursos emergiram e sustentaram os posicionamentos mobilizados na enunciação desse ‘acontecimento discursivo’²⁸, concernentes ao encontro da cultura impressa com a cultura digital, seu impacto sobre práticas tradicionais de produção e de leitura dos textos para uso escolar, das formas de sua apropriação didática, enfim, dos desafios políticos e comerciais em jogo, tal como observados por Bunzen (2005).

Pudemos analisar uma amostra do que se enunciou e dos discursos que fundamentaram isso que foi enunciado à época sobre o tema, constituída, prioritariamente, de enunciados provenientes de textos oriundos de portais de notícias da internet, representativos de diferentes instituições, produzidos no período de 2013 a 2017, quando foi concebido e publicado o referido Edital (CGPLI 01/2013)²⁹, assim como o novo ‘Guia do Livro Didático’, com suas orientações quanto ao que se espera, por parte dos técnicos do Ministério da Educação, dos livros e materiais a serem adquiridos e destinados às escolas públicas brasileiras.

Neste trabalho, buscamos a partir do que se enunciou, especificamente, por um dos meios midiáticos de divulgação de notícias, vinculado ao Estado, que noticiou o acontecimento à época, depreender os discursos mobilizados na apresentação e

28 *O ‘acontecimento discursivo’ diz respeito ao que é próprio da emergência de todo e qualquer enunciado: ele é singular, irrepitível, do ponto de vista de sua enunciação; ele, no entanto, deriva de outros. Seu sentido resulta de sua condição de “nó em uma rede”, nos termos foucaultianos. O acontecimento discursivo nos lembra a raridade do enunciado. De tantos outros enunciados que poderiam emergir, apenas este emergiu e “nenhum outro em seu lugar”, novamente em termos foucaultianos. Seu sentido advém do entrecruzamento de “uma atualidade com uma memória”, dessa vez em termos peuceuxianos. Seu sentido é dependente de outros enunciados que o precedem e que o acompanham, e uma vez que emerge ele também se impõe no horizonte daqueles que lhe sucederão.*

29 Cf. no site do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>.

caracterização do Livro Didático digital. Essa análise se fundamenta, especialmente, em princípios da Análise de Discurso, em consonância com princípios da História Cultural do livro e da leitura.

No que diz respeito aos princípios discursivos, concebemos o discurso na esteira de Michel Pêcheux (2009;1997) e de Michel Foucault (1999; 2015), para quem o discurso é essa instância que controla, que legitima, que conserva o enunciável e estabelece as formas de sua emergência e de atualização em um dado período e sociedade.

Como os referidos autores nos ensinam, o discurso é essa 'ordem' que institui não apenas "o que se pode e se deve dizer" como também as formas segundo as quais esse dizer deve ser formulado e circular em sociedade.

Para eles, o discurso diz respeito à instância e ao processo por meio dos quais os sentidos do que se enuncia se constroem, se erigem ideológica e socio-historicamente, respaldando relações de poder entre os sujeitos que enunciam, que são autorizados a enunciar e aqueles que são enunciados. O discurso é essa 'ordem' e é também cada dizer que a atualiza³⁰.

Na análise do que se enunciou acerca desse objeto cultural, os livros didáticos digitais, em função do 'acontecimento discursivo' de sua incorporação no edital para aquisição de livros no Programa Nacional do Livro Didático, buscamos refletir sobre as condições de produção do que foi enunciado e os efeitos de sentido visados e produzidos por essa enunciação, considerando, de um lado, a mobilização de discursos sobre os avanços tecnológicos digitais e as funcionalidades dessa nova materialidade, de outro, certos discursos relacionados à política, à educação e à escola e professores implicados nessa discussão.

Para isso, tratamos brevemente da materialidade dos livros, impressos e digitais, e do gênero editorial, livro didático, em suas mudanças e implicações para seus usos em sociedade. Em seguida, contextualizamos a inserção desse "novo" objeto cultural em um programa de governo, tradicional e de grande envergadura, voltado para aquisição de livros no país.

30 *Esses princípios que definem o que é o discurso e a forma como ele funciona derivam das reflexões promovidas tanto nos trabalhos de Michel Pêcheux quanto naqueles de Michel Foucault, que, cada um à sua maneira, nos propôs observar a constituição, a formulação e a circulação dos discursos, sua incidência sobre os sujeitos e as práticas e seu poder de fazer ver, fazer falar, fazer crer, fazer fazer. Sobre esses princípios e reflexões, cf. Gregolin (2004).*

Por fim, faremos a análise propriamente dita de uma amostra de enunciados que circularam sob a forma de notícia em matérias de um órgão público e oficial do Estado brasileiro, na ocasião da inserção do Livro Didático digital nesse programa.

O livro e suas formas: do papel ao digital

A invenção da escrita foi decisiva na estruturação das sociedades ocidentais, marcando a passagem da pré-história para a história, propriamente dita. De sua finalidade inicial, prioritariamente contábil, a escrita se torna a principal técnica de difusão da informação, de interlocução social, de registro, representação e reflexão da produção intelectual humana. Ela foi decisiva no processo de aprofundamento e sofisticação de nossa capacidade de abstração, de análise e de memória.

A invenção do livro, tal como o conhecemos hoje, é um dos corolários desta técnica. Inicialmente manuscrito em suporte avulsos e de dimensões restritas, depois em rolos e em vários volumes, para então passar a dispor da forma tal como o conhecemos hoje, com páginas, usadas frente e verso, encadernadas em um conjunto, de início manuscritas para posteriormente ganhar a versão impressa, o livro é um dos objetos mais representativos do papel da escrita para nossa sociedade.

Esse objeto e essa técnica se conformam, um ao outro, assim como conformam as práticas de escrita e de leitura, afinal, “toda história das práticas de leitura é, portanto, necessariamente uma história dos objetos escritos” (CAVALLO & CHARTIER, 1998, p. 6). Tal como demonstra o historiador do livro e da leitura, Roger Chartier, mudanças na materialidade do livro, nas técnicas que definem a forma material de circulação dos livros e de apropriação por parte dos leitores, podem afetar as formas dessa apropriação e mesmo dos sentidos dos textos.

A “materialidade do texto” se aproxima da “função expressiva” das modalidades de inscrição do texto no livro: o formato, a paginação, as escolhas gráficas e ortográficas, a pontuação. Essas decisões, seja quem for o responsável, “fazem o texto” — ao menos para os leitores da edição em que elas se encontram. É nesse aspecto que afirmamos que *forms affect meaning* [a forma implica o sentido].(CHARTIER, 2016, p. 63).

A chegada do computador, da internet e, mais recentemente, das mídias digitais e das redes sociais pode ser considerada uma outra revolução em termos de mudanças importantes ocorridas na forma de materialização dos textos, de produção dos livros ao longo da história, tal como indica Darnton (2010). O autor compara a longa duração das transformações da escrita e do livro na história da humanidade com aquela das transformações na escrita e na produção de livros da atualidade e constata algo que hoje pode parecer, para aqueles que estudam esse objeto e essas práticas na longa duração, algo óbvio, ou seja, o quão mais aceleradas têm sido estas últimas transformações, apesar dessa velocidade ser, em grande medida, ignorada pela maioria de nós:

[...] a velocidade das mudanças é de tirar o fôlego: da escrita ao códice foram 4300 anos; do códice aos tipos móveis, 1150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e quem pode imaginar o que está por vir no futuro próximo? (DARNTON, 2010, p.41).

A criação do *e-book* e dos *e-readers*, enfim, do livro eletrônico, não tardou muito, para compor esse rol de mudanças elencados por Darnton (2010). A incorporação dessa tecnologia e de sua nova forma de produzir e dar a circular livros, não podia ser diferente em relação a um de seus gêneros editoriais mais populares da atualidade, o Livro Didático.

Os livros, e as razões de sua produção, determinadas pelos variados interesses, gostos e competências de leitura, se multiplicaram ao longo do tempo, e entre várias delas encontra-se a de ensinar e aprender por meio de manuais específicos, em instituições destinadas a esta finalidade, como as pressupostas pelo Livro Didático.

[A leitura] assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir (DARNTON, 1992, p.212).

Uma das razões basilares da leitura, e com ela da invenção de

certos gêneros de textos, é a possibilidade de se aceder a certos conhecimentos e de se promover seu aprendizado. Não sem razão, foram criados não apenas objetos culturais para esse fim, como também instituições, espaços físicos, profissões, um corpo de regras e saberes, rituais, e com eles formas de objetivação e subjetivação dos sujeitos como leitores, e como responsáveis pela produção, validação e disseminação de certos conhecimentos em conformidade com as demandas e interesses que prevalecem em uma dada sociedade.

A emergência da forma eletrônica do livro, e mais especificamente da forma eletrônica digital do Livro Didático, não podia passar incólume a todas essas transformações tecnológicas do presente. Mesmo contando com uma longa e consolidada tradição impressa, com o grande prestígio desse formato por meio do qual várias gerações acederam à produção escrita da humanidade e ao conhecimento transmitido por essa modalidade, uma mudança técnica, tecnológica e comportamental dessa ordem afetaria, tal como afetou, a produção do livro, e não tardou se impor em relação ao Livro Didático. Isso deu o que falar na mídia e, para isso, foram evocados discursos e posicionamentos diversos frente à materialidade digital de Livros Didáticos.

De céticos nostálgicos a entusiastas de primeira hora, é esse posicionamento dicotômico o que muitas vezes norteia o que aqueles que se posicionaram no calor da hora assumiram em relação ao Livro Didático digital. Essas posições assumidas de um lado pelos 'apocalípticos', de outro pelos 'integrados', nas palavras de Umberto Eco (2008), se desdobraram em argumentos em defesa e recusa dessa mudança do Livro Didático em formato digital, e com ela a multiplicação da afirmação dos hábitos há muito ou recentemente adquiridos, preservados em sua tradição ou ostentados em sua novidade.

Os livros com finalidade didática dedicados ao ensino-aprendizagem de certos conteúdos fazem parte de um dos gêneros livrescos mais conhecidos e acessíveis no Brasil. Ele e a Bíblia são, em grande parte dos lares brasileiros, os únicos livros de que dispõem as famílias³¹. Ambos têm em comum sua distribuição, muitas vezes, gratuita.

31 Conforme resultados da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", realizada desde 2001, em média a cada 3 anos. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-e-projetos-ipl/livros-retratos-da-leitura/>

Da distribuição da Bíblia se encarregam, sobretudo, as igrejas de tradição pentecostal. Já a distribuição dos livros didáticos tem sido assumida há um bom tempo pelo Estado brasileiro, que conta com um programa único no mundo, por sua extensão e pelos números e cifras que mobiliza, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O Livro Didático digital no PNLD

O Livro Didático, ou escolar, destina-se, como o próprio nome demonstra, a um uso peculiar, com finalidade explicitamente pedagógica de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, em geral concebido para uso e usufruto no interior da instituição escolar. Como instrumento para o ensino-aprendizagem, conta com uma longa história. De início, restrito aos professores, esse objeto progressivamente migra às mãos dos estudantes e se torna um objeto comum e mesmo incontornável nas aulas, cursos e no próprio espaço escolar, conforme Bunzen (2005).

Esse objeto acompanha a emergência e as mudanças por que passaram a escola e a educação no Brasil ao longo da história. Sua complexidade

[...] se situa no cruzamento de três gêneros que participam, cada um em seu próprio meio, do processo educativo: de início, a literatura religiosa de onde se origina a literatura escolar, da qual são exemplos, no Ocidente cristão, os livros escolares laicos “por pergunta e resposta”, que retomam o método e a estrutura familiar aos catecismos; em seguida, a literatura didática, técnica ou profissional que se apossou progressivamente da instituição escolar, em épocas variadas – entre os anos 1760 e 1830, na Europa –, de acordo com o lugar e o tipo de ensino; enfim, a literatura “de lazer”, tanto a de caráter moral quanto a de recreação ou de vulgarização, que inicialmente se manteve separada do universo escolar, mas à qual os livros didáticos mais recentes e em vários países incorporaram seu dinamismo e características essenciais (CHOPIN, 2004, p. 552).

A produção, seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos tornaram-se, na história da educação brasileira, uma página importante. Uma das ações mais naturalizadas de investimento estatal na educação brasileira – de início limitada, se comparada à extensão

adquirida hoje em dia no país – é justamente essa de distribuição gratuita de livros didáticos para as escolas públicas do país, realizada hoje em dia conforme programa coordenado pelo Ministério da Educação, denominado, desde 1985, de Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Antes da década de 1980, políticas públicas equivalentes se dedicaram à regulação da produção de livros didáticos no país, ao incentivo e subsídio de sua produção pela indústria nacional, à expansão da demanda e da oferta desse gênero junto ao território nacional, aos diversos modos de controle ideológico de seu conteúdo, de sua produção e de sua distribuição escolar, até a constituição de um ‘Guia’ orientador das qualidades e especificidades recomendadas em sua produção e norteador das escolhas pelos professores das escolas abastecidas com esse recurso.

Essas políticas públicas remontam ao final da década de 1920 e se mantém ao longo da década de 1930 na Educação brasileira, com a criação do Instituto Nacional do Livro (1929) voltado para o incentivo da produção livreira nacional³².

Embalada pela Reforma da Educação Francisco Campos (1931), foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (1938), que atuava tanto como norteadora da produção desse objeto de ensino-aprendizagem, por meio de sua regulamentação e do fomento de sua produção nacional e da aquisição pelo Estado. Durante a Ditadura Militar, criou-se o Programa do Livro Didático (PLID) voltado para o supletivo, fundamental e médio, e que consistiu na produção de livros didáticos em coedição com editoras nacionais e parcerias norte-americanas. Na década de 1980, criou-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com a finalidade de garantir acesso pleno e amplo a esse objeto a todos os alunos do Ensino Fundamental.

Os títulos dos livros didáticos passam a ser escolhidos pelos professores, em um rol de várias obras e autores sugeridas pelo Estado. Na década de 1990, o PNLD assume também a responsabilidade de avaliar os livros e, com base nessa avaliação de sua qualidade, qualificar melhor o catálogo de pré-seleção dos títulos, para posterior escolha e adoção por parte dos professores, nas escolas públicas do país. Em 2003, se cria o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM).

32

Cf. Galvão & Batista (2009), acerca dessa história do Livro Didático no Brasil.

Em 2010, esses dois programas, o PNLD destinado ao Ensino Fundamental e o PNLEM destinado ao Ensino Médio, são integrados sob o título de PNLD, tornando-se assim um dos maiores programas de aquisição de livros didáticos, como política pública, do mundo, e consolidando “o governo brasileiro como o maior comprador de livros do país e o ramo de didáticos como o mais rentável no mercado nacional dos livros” (CASSIANO, 2013, p. 28). Em 2015, se amplia o rol desses materiais didáticos, com a inclusão do Livro Didático digital. É a respeito dessa mudança no programa, ou melhor, de sua repercussão midiática à época de sua inclusão, a que nos dedicamos a analisar.

Antes do lançamento do Edital 01/2013 do PNLD 2015, uma série de ações governamentais já sinalizavam para esse processo de incorporação das produções digitais na escola, nas aulas. Em 2012, são distribuídos tablets para professores, assim como lousas digitais para as escolas de educação básica. O referido Edital contempla, pela primeira vez, o que designa obras do Tipo 1 e obras do Tipo 2, sendo as primeiras compostas por livro impresso e livro digital e as segundas por livro impresso e digitalizado em formato PDF. Dada essa sinalização de demanda oficial, já em 2014 são lançados livros digitalizados, para uso que dispensa ter acesso à internet para seu uso em sala, e que são acompanhados de recursos multimídias em formato DVD.

Deriva desse Edital a produção do ‘Guia do Livro Didático’ de 2015, com orientações destinadas aos professores das escolas para a melhoria da escolha dos títulos e autores dos livros didáticos aprovados no Edital. Das 10 obras aprovadas no Edital na categoria Língua Portuguesa, apenas uma era do Tipo 1, ou seja, do rol daquelas que contemplavam o formato digital. A obra aprovada provinha da editora Leya, uma multinacional de relevo no segmento de obras destinadas à educação. O Livro Didático, em questão, se intitulava “Português: Linguagens em Conexão”.

O Livro Didático digital em notícias

Afeita a novidades, em geral a mídia se coloca no papel de garantir que informações novas, e de interesse público, circulem o mais amplamente possível. A seleção do que informar diante de tudo que poderia ser de interesse público, as formas de validar a importância do que foi informado, de seu valor de verdade, de seu potencial de

engajamento de público não apenas caracterizam as ações da mídia como instância produtora de conteúdos como também instituição formadora de opiniões. Seu poder consiste na capacidade de fazer circular como informação verdadeira e de interesse público os posicionamentos ideológicos e os interesses de grupos específicos da sociedade, ainda que de modo sutil e, por vezes, não assumido.

Entram em cena, a cada notícia, uma série de discursos consensuais, naturalizados, e que se reproduzem com vistas, também, à sua perpetuação e à sua ação sobre as práticas dos sujeitos, sobre suas crenças, valores, comportamentos. É com a análise do funcionamento linguístico e histórico desses discursos que se pode colocar em xeque alguns desses consensos, dessas naturalizações e das hierarquias que com eles se sustentam.

[...] analisar discursos pressupõe um modo de ler e uma concepção da leitura distintos do que em geral se aprende e pratica. Não se fiando na literalidade das palavras, na transparência do sentido do que é enunciado, suspendendo a obviedade do significante, o analista se volta para a compreensão do processo que institui e sustenta a literalidade, a transparência e a obviedade (CURCINO, 2018, p. 32).

De tudo o que foi enunciado sobre essa novidade, sob a forma de um ‘acontecimento discursivo’, selecionamos algumas sequências discursivas do conjunto de textos da mídia que abordaram esse tema. Do conjunto do que foi enunciado, depreendemos alguns discursos mais recorrentes, como o da apresentação prioritariamente positiva das características e vantagens dos Livros Didáticos digitais em relação a seu equivalente impresso, mobilizando, para isso, a avaliação consensual e eufórica da novidade, da inovação, do novo.

As primeiras notícias sobre a mobilização do governo com vistas à contemplação de Livros Didáticos digitais pelo PNLD circulam em 2013, inicialmente, pelas vias midiáticas oficiais do próprio governo, no Portal Brasil, em matéria sobre a iniciativa intitulada “Livro digital chega às escolas públicas em 2015”³³.

33 Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/01/livro-digital- chega-as-escolas-publicas-em-2015>

Em 2015, também por mídias oficiais, no portal da Agência Brasil EBC – Empresa Brasil de Comunicação, se divulga que o “Livro didático digital ainda não chegou aos estudantes”³⁴.

Nas duas notícias, seja no anúncio da medida que seria adotada, seja no informe de seu atraso, o que se enuncia sobre o LDd é caracterizado tanto por um certo didatismo na sua definição como objeto, quanto pela apresentação positiva, pela avaliação elogiosa desse objeto, em comparação com seu equivalente impresso.

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 1

A versão digital deve vir acompanhada do livro impresso, ter o mesmo conteúdo e incluir conteúdos educacionais digitais como vídeos, animações, simuladores, imagens e jogos para auxiliar na aprendizagem. Também continua permitida a apresentação de obras somente na versão impressa para viabilizar a participação das editoras que ainda não dominam as novas tecnologias (PORTAL BRASIL, 2013, *on-line*).

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 2

O livro digital pode ser acessado de diversas formas: em dispositivos móveis (*tablets* e *smartphones*) e pelo computador ou lousa eletrônica. Além do formato PDF, que é uma cópia estática digital do livro impresso, há opções LED (Livro Educacional Digital), que são versões enriquecidas com recursos interativos; *iBook*, que incorpora vídeos, áudios e ampliação de imagens, específicas para *iPads*, da Apple; aplicativos, mais usados para literatura infantojuvenil, que acompanham animações, narração, interatividade e música; e o formato *ePub*, que se adapta a qualquer tamanho de tela. (NITAHARA, Agência Brasil EBC, 2015, *on-line*).

No primeiro enunciado, estamos diante de uma apresentação do objeto e da proposta de sua inclusão no PNLD em uma formulação mais contida e genérica, tanto da nomeação do objeto “versão digital” do livro impresso, quanto na afirmação de que se trata de uma “versão” com o “mesmo conteúdo”, ao qual seriam incluídos “conteúdos educacionais digitais”. Enfatiza-se, ainda, que essa versão digital será “acompanhada do livro impresso”. Prioriza-se, em sua apresentação, a

34 Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2015-10/livro-didatico-digital-ainda-nao-chegou-aos-estudantes>

descrição dos traços comuns ao Livro Didático tradicional, em formato impresso, em detrimento de suas diferenças, que são anunciadas como uma espécie de acréscimo aos atributos de que já dispunha a versão impressa.

O tom modalizado do anúncio dessa novidade, desse 'acontecimento', é compreensível. A prudência e a ponderação que caracterizam o tom desse anúncio respondem à pressuposição de certa resistência que diferentes atores podem apresentar frente à novidade digital, desde os editores e autores de livros didáticos, aos professores e alunos das escolas públicas.

Não por acaso, a escolha lexical também sinaliza para esse anúncio prudente, especialmente quanto às locuções verbais empregadas no enunciado "deve vir", "deve ter", "deve incluir". O caráter deôntico dessas construções verbais, com verbo auxiliar e principal, em que o verbo auxiliar aporta o valor semântico de obrigação e o verbo principal o da ação a ser realizada, são maneiras de assegurar, ao interlocutor, o caráter de continuidade, de não ruptura, de não substituição de uma forma do livro por outra do anúncio.

Em reforço a esse efeito, a escolha lexical para nomear outra ação, "continua permitida", enfatiza o caráter durativo da ação, portanto não-realizado e não-acabado, por meio do advérbio "continua", como também por meio da forma verbal adjetiva de particípio passado "permitida", que inclui uma informação semântica importante, já que reitera o fato de que não se trata de substituição do Livro Didático impresso pelo Livro Didático digital, e que mesmo no caso de livros impressos sem complemento de atividades digitais, em DVD, por exemplo, poderão ser apresentados para concorrer ao Edital.

No segundo enunciado, proveniente da matéria da Agência Brasil EBC, passados dois anos da primeira notícia, é bastante sensível o esforço de caracterização do LDd com a apresentação, dessa vez, de suas diferenças em relação ao impresso, com ênfase particular em suas vantagens, qualidades, avanços e aportes para a educação em relação a seu predecessor.

Assim, a notícia do atraso na implementação do processo de aquisição de Livros Didáticos digitais é ocasião para a promoção desse objeto. O pressuposto para essa descrição e promoção do LDd parece ser o de que ainda se conhece pouco esse objeto, o que por

isso impede o maior interesse por ele. Todo o esforço de descrição de suas potencialidades (“pode ser acessado em diversos meios”, “são versões enriquecidas”, contam com “recursos interativos”, “se adapta a qualquer tamanho de tela” etc.), além da descrição de todos os seus formatos (PDF, LED) e tipos de meios e instrumentos para seu acesso (*iBook, iPads, ePub*), parece ter por pressuposto a necessidade de reforçar ainda mais a apresentação desse objeto, de torná-lo mais conhecido do público em geral e de convencer esse público da pertinência do investimento com cifras muito consequentes em sua produção e aquisição para fins escolares.

Nesse enunciado, a enumeração das diferentes linguagens não contempladas no impresso, mas, exploradas na versão digital, como a linguagem audiovisual, de filmes e de animações, e a melhor portabilidade e conforto do *e-reader* como suporte do LDd, que permite conter em um único objeto pequeno e leve, um volume expressivo de textos, de livros, de vários livros, tanto didáticos das diferentes disciplinas, como paradidáticos de leitura complementar, contribui nesse esforço de caracterização, de descrição, de apresentação desse objeto distinto.

Outro traço recorrente nessa caracterização do LDd é a afirmação da interação/ interatividade como sendo uma qualidade que lhe é própria e que o diferencia do livro impresso. Nesse enunciado, em análise, recorre-se ao termo em duas ocasiões: “são versões enriquecidas com recursos interativos”; “que acompanham animações, narração, interatividade e música”. Aliás, esses atributos distintivos do LDd em relação ao impresso são muitos explorados nos demais textos da mídia de grande circulação, ao repercutirem essa notícia. Neles, são convidados especialmente profissionais ligados às escolas privadas, que já adotaram o uso de materiais digitais, ou de editores, que têm produzido e apostado no investimento na produção dos livros digitais para uso escolar, como vozes autorizadas para anunciar, descrever e promover as potencialidades desse objeto.

Algumas considerações

Os textos da mídia informativa institucionalmente vinculados ao Estado, assim como aqueles da mídia privada de grande circulação, adotam um mesmo posicionamento em relação ao Livro Didático

digital: a inevitabilidade de sua incorporação entre os materiais atuais destinados à educação; a exaltação das qualidades e potencialidades desse novo formato, tendo em vista esse gênero editorial específico; o pressuposto de que a população, em geral, desconhece essas qualidades, o que justifica esse trabalho de informação.

Esses textos da mídia cumprem, assim, a função de anunciar o 'acontecimento', mas, também, de informar aquilo que pressupõem ser necessário a seus leitores para conhecer o que não é plenamente conhecido. Esse caráter "didático" da "informação" é também um importante meio publicitário do produto em questão. Por sua vez, não se trata de qualquer produto. O grande interesse de sua produção e difusão, seja em função do aporte financeiro implicado e do número de editoras interessadas nesse mercado, seja em função da melhoria de políticas públicas educacionais, seja ainda em função desses enunciadores dessas notícias compartilharem, de forma amplamente consensual, uma posição bastante positiva diante da relativa novidade e do caráter eufórico que as novidades, em geral, gozam entre nós, especialmente aquelas provenientes do universo digital.

Tanto o sentimento de inevitabilidade desse processo acelerado de digitalização dos textos, quanto a familiaridade que as gerações mais jovens têm com essas tecnologias, determinam o enunciável sobre esse processo e sobre seus produtos, tais como o Livro Didático digital. Se a escola, especialmente na figura dos professores, poderia ser um ambiente de maiores ressalvas a esse processo e produto, esses textos de notícias trabalham para dirimir as arestas de resistência a isso que se crê inevitável, estranhamente familiar e que goza de uma qualidade potente, a da novidade.

Referências:

BUNZEN, Clécio. *Livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2005.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). *História da leitura no*

mundo ocidental. Volume 1. Trad. Fulvia M. L. Moretto; Guacira Marcondes Machado; José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger. Materialidade do texto e expectativas de leitura: concordâncias ou discordâncias?. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de; MAIA, João Marcelo; PINHEIRO, Cláudio Costa. *Ateliê do Pensamento Social: métodos e modos de leitura com textos literários*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004, p. 564-565.

CURCINO, Luzmara. *Divisões e representações sociais de leitores no Brasil: uma análise de discursos da mídia sobre as práticas de leitura de políticos brasileiros*. Relatório de Pós-doutorado. Campinas: UNICAMP, 2018.

CURCINO, Luzmara. 'Lives' e Livros: Versículos e verdade na eleição presidencial brasileira. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. *Discurso e (pós)verdade*. São Paulo: Parábola, 2021.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O estudo dos manuais escolares e a pesquisa em história. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org.). *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

VIZIBELI, Danilo. *Livros didáticos digitais, o governo brasileiro e a mídia: uma análise discursiva*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

Referências do Corpus:

NITAHARA, Akemi. *Livro didático digital ainda não chegou aos estudantes*. Agência Brasil EBC. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-10/livro-didatico-digital-ainda-nao-chegou-aos-estudantes>. Acesso em: 25 jul. 2016

PORTAL BRASIL. *Livro digital chega as escolas públicas em 2015*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/01/livro-digital-chega-as-escolas-publicas-em-2015>. Acesso em: 25 jul. 2016.

PARTE IV

Manoel Alves
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/ CNPq)

A SENSIBILIDADE HUMANA AOS ANIMAIS NO DISCURSO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DO CÓDIGO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL DE SÃO CARLOS

Introdução

Nossa sociedade pode ser caracterizada pela produção e circulação cada vez mais constantes e intensas de enunciados sobre as relações complexas e ambivalentes entre humanos e uma diversidade de seres geralmente compreendidos em uma categoria ampla e geral: a de animal. Dizeres que constroem nosso afeto em relação a algumas dessas criaturas, mas também nossa aversão, indiferença e ignorância a respeito de outras; que lhes conferem qualidades eufóricas ou disfóricas; que lhes permitem viver conosco ou os condenam à morte e ao consumo.

Os discursos que engendram esses diferentes contatos interespecies na era contemporânea podem suscitar muitas questões ao analista, entre as quais uma de contornos dramáticos e paradoxais que elaboramos e à qual procuramos responder em nossas pesquisas: a de melhor compreender o exitoso discurso da indústria agropecuária, a matança sistemática de milhões de seres vivos, o intenso consumo de carnes e seus derivados em um período assinalado por um recrudescimento inédito da sensibilidade humana à causa animal.

No intuito de respondermos satisfatoriamente a essa questão, desenvolvemos uma dissertação a respeito do funcionamento discursivo da indústria de alimentos em nosso país. O discurso do agronegócio exigiu que, em um primeiro momento, identificássemos e compreendêssemos dizeres sobre as relações entre seres humanos e

animais durante diversos períodos históricos. Mais precisamente, nos debruçamos nas passagens de textos em que os primeiros atribuíram aos segundos certas características que definiram seu estatuto e seu direito ou não à vida. Partimos de categorias conhecidas, como campos do saber, cronônimos, autores e obras, a fim de identificar enunciados e discursos mais essenciais, que atravessam diversos domínios, passam de um a outro autor, se expandem e excedem limites espaciotemporais. Esse percurso nos permitiu examinar com maior profundidade os dizeres da agropecuária.

Em nossas análises das principais companhias alimentícias nacionais, pudemos observar, não obstante uma relativa e insuficiente concessão de determinados direitos aos animais em resposta à pressão de instituições e sujeitos pelo seu bem-estar, a filiação do setor à concepção de que essas criaturas não passam de objetos e artigos destinados ao consumo dos seres humanos. Realmente, seu discurso materializa, mediante recursos linguísticos como hiperonímias, hiponímias, metáforas, metonímias e elipses, sentidos que concebem os manufaturados que comercializa como mercadorias e alimentos, e não como os corpos de seres vivos, dotados de sensibilidade, emoção, inteligência e mesmo linguagem, que foram submetidos a um regime de engorda e à matança em milhares de criadouros e matadouros das indústrias.

Ao usar elementos lexicais e combinações sintáticas que remetem à compra e ao consumo de mercadorias alimentícias, a indústria agropecuária objetifica e mesmo apaga os animais de seu próprio discurso. Seus anúncios constantes intensificam esse efeito, ao mostrarem ambientes como supermercados, cozinhas, restaurantes e áreas de lazer, e situações como a compra e o consumo de alimentos de origem animal, mas jamais ambientes como matadouros e circunstâncias como o abate dessas criaturas. Quando mostram e comercializam as carnes, elas foram devidamente cortadas, limpas, embaladas e etiquetadas... Enfim, desindividualizadas dos seres vivos de quem elas derivaram e objetificadas como artigos de consumo³⁵.

Apesar de sua hegemonia, o discurso do agronegócio não é o único, entretanto, a circular na sociedade contemporânea.

No percurso histórico que realizamos, pudemos identificar

35 *Para saber mais sobre o funcionamento discursivo do agronegócio brasileiro, ver Alves Filho (2020).*

um recrudescimento da sensibilidade aos animais nos últimos dois séculos, e a produção de dizeres que lhes conferem propriedades positivas e que caracterizam certas práticas humanas como cruéis e especistas.

Essa observação preliminar que dedicamos aos dizeres sobre a sensibilidade dos seres humanos à causa animal nos demonstrou sua abundância e pertinência para o campo dos estudos do discurso, e sentimos a necessidade de entender melhor sua materialização. Percebemos, ainda, que estudá-los era continuar a responder à questão que concebêramos. Deste modo, passamos a nos dedicar ao estudo desses discursos no interior da sociedade.

Em nosso doutorado, ainda em estágio preliminar, analisamos discursos sobre a sensibilidade humana aos animais produzidos nos domínios legislativo, científico e de organizações não governamentais, uma vez que a constituição, formulação e circulação de discursos sobre o tema se processam ali de maneira privilegiada e nos permitem ter uma sua compreensão bastante representativa. Procuramos identificar o que se diz sobre a sensibilidade aos animais e como são formulados os enunciados a seu respeito nos últimos cinquenta anos, período que se inicia com a publicação pela ONU da Declaração Universal dos Direitos dos Animais. No campo das leis, o Código Municipal de Proteção Animal de São Carlos é um importante documento de nosso material, e realizamos aqui análises de alguns de seus dizeres.

Assim, este capítulo pretende analisar discursos da sensibilidade humana à causa animal materializados no Código Municipal de Proteção Animal de São Carlos, com o objetivo de identificar, descrever e interpretar especificidades do legislativo e diferenças de constância e intensidade em afirmações e negações de que os bichos são dotados de qualidades como sensações, emoções, consciência e linguagem. Procuramos verificar a hipótese segundo a qual sensações e emoções como dor e aflição são mais constante e intensamente atribuídas aos animais do que características como cognição e mesmo linguagem. Nossos pressupostos teóricos e procedimentos analíticos provêm da Análise do discurso derivada de Pêcheux e de Foucault, aos quais aliamos saberes da História dos animais e da História das sensibilidades. Analisamos o material mediante a constituição de relações entre seus enunciados e entre eles e outros já-ditos do interdiscurso, realçando os recursos linguísticos

empregados. A análise demonstra o predomínio de atribuições sensitivas e emotivas aos animais.

Pressupostos teóricos e procedimentos analíticos

Nesta seção, apresentamos algumas noções sobre discurso em Michel Foucault e em Michel Pêcheux, e também, sobre elementos dos campos da História das sensibilidades e da História dos animais³⁶. Tais considerações são elaboradas, com o propósito de expor a fundamentação teórica e metodológica a partir da qual descrevemos e analisamos discursos da sensibilidade aos animais.

Foucault (1997) concebe o discurso mediante uma perspectiva que não é nem linguística, nem lógica, mas histórica. Fundamentalmente, o filósofo francês se interessou pelas condições de emergência dos enunciados, que podem se materializar de diferentes maneiras, não necessariamente aquelas das frases e das proposições. O discurso é a diferença entre tudo o que poderíamos dizer e o que é de fato dito em um determinado momento, isso porque na dispersão dos dizeres existe a regularidade de práticas que controlam o que se diz. Essas práticas, com suas regras históricas, definem as condições de exercício dos enunciados.

Foucault (2000, p. 8-9), ao postular a existência de uma ordem discursiva, ainda diz que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”, que conservam a função de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Essa determinação discursiva não nos permite enunciar a respeito de tudo em qualquer situação.

Em oposição à potência da gramática, que permite, com suas regras de combinação, inúmeras possibilidades, o discurso é marcado pela raridade, pois é o conjunto limitado das sequências realmente ditas. Diante dessa condição rara, cabe investigar como um determinado enunciado foi dito e não outro em seu lugar.

Uma tal investigação não pode descurar o fato de que na discursividade o que faz a diferença e define os embates discursivos é

36 Para saber mais sobre Análise do discurso, ver: Orlandi (2012), Possenti (2011), Gregolin (2014) e Piovezani (2020).

a posição que cada um dos sujeitos ocupa ao enunciar.

Gestado no interior do materialismo histórico, a cujos princípios se ligaram saberes da linguística e da psicanálise, o conceito de discurso no pensamento de outro filósofo, Michel Pêcheux (1990), não corresponde ao caráter universal da língua para todos os falantes de uma comunidade linguística nem tampouco à condição individual da fala para cada um deles; se caracteriza, antes, pela normatividade de uma prática, determinada, fundamentalmente, pela luta entre as classes de uma sociedade. Assim, para Pêcheux (1990, p. 74, grifo do autor), entre a universalidade de uma língua e a singularidade individual da fala, estaria localizado um “nível intermediário, o nível da particularidade, que define ‘contratos’ linguísticos de tal ou tal região do sistema.

Envolvendo relações de força e de sentido, uma vez que se inscreve nos conflitos e contradições ideológicas e, ao mesmo tempo, nas remissões a outros dizeres, o discurso é concebido na Análise do discurso proposta por ele não como uma simples transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores.

Com efeito, as relações de força materializam-se nas relações entre os dizeres de uma sociedade, por meio das ideologias. Estas também são concebidas por Pêcheux (2011) em sua condição de nível intermediário, pois as formações ideológicas compreendem representações e atitudes que não são nem individuais nem universais, mas estão ligadas a posições de classe em constante conflito. O discurso é entendido como uma forma privilegiada de materialização das ideologias, pois as formações ideológicas carregam uma ou várias formações discursivas que determinam, para Pêcheux (2011, p. 73, grifo do autor), “*o que pode e deve ser dito* [...] a partir de uma dada posição numa dada conjuntura”. Desse modo, ao materializar as ideologias, que são, por sua vez, materializações dos conflitos entre as diferentes classes sociais, o discurso determina os dizeres e materializa diferentes sentidos.

Aos pressupostos teóricos e procedimentos analíticos da Análise do discurso de linha francesa, incorporamos conhecimentos provenientes de outro campo das ciências humanas: o da História das sensibilidades. Esse tema não passou despercebido durante a revolução historiográfica ocorrida no início do século passado. Lucien Febvre (1941), que fundou com Marc Bloch a Escola dos Annales, não

deixou de escrever a respeito da possibilidade de os historiadores estudarem sobre nossos sentimentos na história. Posteriormente, a história das mentalidades, embora não tenha elegido as emoções como um campo próprio, as encontrou em diversas de suas investigações: ao tratar da morte, da infância, da família, do corpo, do rosto e das expressões dos seres humanos. É somente na década de setenta que Jean Delumeau (1978) elege o medo como um objeto específico de investigação. Mas, quem passa a realizar uma pesquisa contínua e consistente a esse respeito, estabelecendo os alicerces desse domínio, é o historiador Alain Corbin (2016). Ele é o responsável por uma série de livros que falam sobre a historicidade de nossas percepções a respeito de diversas questões: sensações olfativas, auditivas, visuais e táteis em relação ao mar, ao campo, ao clima etc. Mais recentemente, Corbin, em parceria com Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello (2020), publicou uma obra composta por três volumes intitulada História das Emoções.

Entre as contribuições desse campo recente da historiografia está a de, sem negar a evidente dimensão bioquímica dos nossos sentidos, lançar luz sobre seu caráter histórico, cultural, ideológico. Nossas reações a respeito do que ouvimos, cheiramos e sentimos, nossa recusa ou aceitação, agrado ou desagrado, não têm uma relação puramente natural, como habitualmente se crê, mas é atravessada pela história, pela sociedade e pelas nossas filiações ideológicas. As causas de nossas emoções, assim como nossas reações a elas, também são contingentes. Alain Corbin (2016) mostrou esta última dimensão em seu estudo sobre as diferentes sensações olfativas a respeito da flor narciso e das multidões que se aglomeram.

Finalmente, nosso estudo recorre a avanços científicos realizados por um último campo: o da História dos animais. Este domínio também surge muito recentemente em nossa historiografia, impulsionado pelo historiador Robert Delort (1984), que inaugura as bases para se realizar uma história desses seres. Maurice Agulhon (1981) também publica um artigo importante a respeito desse assunto. Entretanto, é somente na década de noventa que o campo adquire regularidade e consistência, especialmente com as pesquisas empreendidas por Éric Baratay (2012). Essa ciência é responsável por uma conversão do olhar, investigando com novo foco documentos tradicionais, que apenas tangenciam os animais, como testemunhos

de guerra e relatórios governamentais, mas também elegendo outros mais específicos, como escritos de criadores de gado, de empresários do ramo da mineração e da locomoção animal, de zootecnistas, de veterinários etc. A metodologia também difere dos modos de investigação clássicos: com o auxílio de ciências como a etologia e a zoologia, os historiadores conseguem compreender melhor as relações entre homens e animais, as ações e reações destes últimos quando se relacionaram de um ou de outro modo com os primeiros e quando foram submetidos a situações diversas.

Nosso material de análise é composto pelo Código Municipal de Proteção Animal de São Carlos. Nós o analisamos mediante um procedimento bastante conhecido na Análise do discurso: o estabelecimento de relações entre os enunciados do Código e entre eles e outros já-ditos do interdiscurso. Essas relações são feitas através da identificação e montagem das cadeias parafrásticas, que estão no interior das formações discursivas e que nos permitem depreendê-las. Observamos, também, as relações entre as formações discursivas de nosso material, que, por sua vez, estão ligadas a diferentes condições de produção e posições de sujeitos. Pelo fato dessas formações serem instâncias em que os dizeres são determinados, será possível detectar as regularidades em que se materializam relações de sentido em nossa sociedade. Buscamos, ainda, analisar recursos linguísticos empregados na formulação do texto.

A sensibilidade humana aos animais no discurso jurídico: uma análise discursiva do Código Municipal de Proteção Animal de São Carlos

O Código Municipal de Proteção Animal da cidade de São Carlos, localizada no interior paulista, foi proposto há cerca de cinco anos pela então vereadora psdbista Laíde das Graças Simões. Debatido e aprovado pelos seus pares da Câmara Municipal, o projeto foi sancionado e promulgado pelo prefeito Paulo Altomani, passando a figurar como a lei de número 18.059 de 22 de dezembro de 2016. O Código tem 24 páginas, treze capítulos e dezenas de seções, artigos, parágrafos, incisos e alíneas, o que o torna uma das diretrizes mais extensas e completas sobre o assunto.

Iniciamos a análise do material pelo seu primeiro elemento: o próprio título do documento. A palavra “código” anuncia sua extensão

e a prescrição detalhada de diversas práticas sociais, uma vez que para o domínio jurídico o vocábulo materializa o sentido de compilação sistemática ou compêndio de leis, normas e regulamentos que são aplicáveis a diferentes circunstâncias. O fato de tratar-se de um código parece evidenciar de imediato uma ambivalência e um jogo de forças de nossa sociedade: o reconhecimento por parte de alguns setores de atividades danosas aos animais, seguido de um seu levantamento e de avanços legais para evitá-las, mas também a própria constatação de sua existência diversa e dispersa em tantas outras esferas.

Dado que a palavra “municipal” remete, apenas, ao espaço geopolítico a que a lei está circunscrita, gostaríamos de nos concentrar em outro elemento bastante significativo do título: “proteção animal”. O uso do sintagma assinala relações de desigualdade entre homens e animais, além da concepção destes últimos como vítimas de atos considerados nocivos, de quem passa a ser preciso cuidar. Também, é possível constatar de imediato que há aqui a concessão de um estatuto jurídico ao animal, outorga cada vez mais presente em outros regulamentos do Brasil e do mundo, não obstante, suas diversas oscilações e ambiguidades. O anúncio do cuidado animal, dito de modo bastante geral, em razão de restrições ideológicas e textuais, como a que um título impõe, apaga, contudo, diferenças importantes. É preciso destacar que a palavra animal se refere a diversos seres, estimados e usados de diferentes maneiras e por diferentes setores em nossa sociedade, e a quem se protege de um ou de outro jeito, a depender de suas anatomias, de nossa sensibilidade e das utilidades que alguns lhes conferem.

O material é extenso e compreende um conjunto considerável de descrições e de resoluções. Em razão de sua extensão, analisamos discursos da sensibilidade humana aos animais, com vistas a identificar, descrever e interpretar especificidades do legislativo e diferenças de constância e de intensidade em afirmações e negações de que os animais são criaturas dotadas de características tais como sensação, emoção, cognição e mesmo linguagem. Conforme observamos, esses aspectos discursivos derivam da prescrição de práticas consideradas positivas aos animais e da proibição de outras concebidas como negativas, da recorrência a outros textos e dizeres que falam e legislam em prol da causa animal, e também da existência de ambiguidades de nossa sensibilidade a essa diversidade de seres, elementos estes

bastante importantes e que também gostaríamos de pontuar nesse nosso estudo. Não pretendemos realizar uma análise exaustiva, mas constituir uma amostragem representativa do fenômeno.

No intuito de procedermos a uma análise desses discursos da sensibilidade à causa animal, selecionamos os seguintes incisos:

CAPÍTULO II - DAS DIRETRIZES E PRINCÍPIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL

Art. 3º A Política Municipal de Proteção Animal tem por objetivo a preservação, a conservação e a proteção dos animais [...]

VII – promoção e proteção da integridade física, neuroanatômica, neuropsíquica e neurofisiológica, dos animais, de sua saúde e da sua vida livre de maus-tratos e ou crueldade; [...]

IX – resgate, cuidados e recuperação de animais vítimas de crueldade e/ou maus-tratos, e em situações de risco e/ou abandonados;

X – observância e defesa dos direitos relativos à proteção dos animais, estabelecidos na legislação constitucional e infraconstitucional, além daquelas previstas nos tratados, convenções, e declarações internacionais, especialmente a Declaração Universal dos Direitos dos Animais e as declarações de Cambridge sobre Senciência em animais não humanos; [...]

Art. 4º São Princípios da Política Municipal de Proteção Animal:

I – Da não negligência: nenhum animal deve ser negligenciado quanto aos cuidados e proteção necessários a seu bem-estar, saúde e integridade física, neuroanatômica, neuropsíquica e neurofisiológica;

II – Da subsistência: aos animais devem ser assegurados [...] preservados o seu bem-estar, saúde e integridade física e psíquica.

III – Da proteção integral: é vedado todo tratamento que exponha o animal à exploração sob maus-tratos e/ou crueldade [...] que possam afetar, prejudicialmente, a integridade física, psíquica ou o bem-estar.

IV – Da não privação: é vedado privar o animal de quaisquer de suas reconhecidas “liberdades”, quais sejam: a nutricional; a ambiental; a sanitária; a psicológica e/ou a comportamental;

V – Da sentiência animal: [...] capacidade dos animais de manifestarem sentimentos e/ou emoções próprias, positivas e/ou negativas, incluindo prazer e dor, felicidade e tristeza, sofrimento, angústia, estresse [...]

CAPÍTULO III - DA PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E DA VEDAÇÃO AOS MAUS-TRATOS [...]

Art. 6º Ficam proibidas no Município de São Carlos, as seguintes tipificações caracterizadoras de maus-tratos aos animais: [...]

III – obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças ou a todo ato ou omissão que resulte em esforço extenuante, sofrimento, lesões e ou ferimentos para deles obter aquilo que razoavelmente, não se lhes possam exigir senão forçando-os, com castigo ou instrumentos que isso provoquem; [...]

V – utilizar animais em rituais e congêneres causando-lhes incômodo ou estresse desarrazoados ou desnecessários, dor, sofrimento e ou ferimentos, fraturas, lesões ou a morte, bem como em lutas entre animais ou pessoas; [...]

XIV – lesem, causem dor ou sofrimento, molestem ou perturbem a saúde física e psíquica do animal [...]

XXXIX – transportar animais (vivos ou mortos), negociar, tentar capturar ou caçar, em qualquer época do ano, sem as licenças e autorizações necessárias dos órgãos competentes (SÃO CARLOS, 2016, p. 1-6).

Em nosso material, a materialização de discursividades da sensibilidade à causa animal pode ser observada, de antemão, no léxico. O primeiro aspecto que gostaríamos de destacar é a atribuição de qualidades positivas aos animais, mediante o uso de palavras como: “saúde”, “integridade física”, “psíquica”, “neuroanatômica”, “neuropsíquica” e “neurofisiológica”, “sciência”, “sentimentos”, “emoções”. Essas criaturas estariam aptas a experienciar “prazer”, “dor”, “felicidade”, “tristeza”, “sofrimento”, “angústia” e “estresse”, entre outros qualificativos que foram durante milênios, não obstante exceções e ambivalências ao longo de nossa história, conferidas com exclusividade ou com muita hegemonia a indivíduos da espécie humana.

Essa caracterização dos animais indica, a princípio, o reconhecimento de que eles são criaturas constituídas por uma biologia complexa, que envolve qualidades físicas e psicológicas. A atribuição dessas qualidades pode ser observada pelo uso de palavras e de combinações sintáticas que se referem ao corpo animal, a sua complexidade e a seus atributos, ao mesmo tempo, materiais e mentais. É o caso do emprego de expressões como “neuroanatômica”, “neurofisiológica” e “neuropsíquica”, e de ligações de atributos como no sintagma “integridade física e psicológica”.

A recorrência do termo “neuro” parece destacar a existência

de sistema nervoso nos animais, principal responsável por garantir a complexidade e a qualificação de seus corpos. É importante observar, ainda, a atualidade e a proveniência desses termos, cunhados há poucas décadas no campo científico, um dos principais domínios a reconhecer e legitimar certas propriedades dos animais, e a oferecer subsídios para que outros também o façam.

Outras atribuições sugerem, ainda, que os animais podem perceber elementos da realidade, sentir e se emocionar, uma vez que eles teriam "senciência", "sentimentos" e "emoções". Essas capacidades gerais são particularizadas mediante a menção a sensações eufóricas e disfóricas: "prazer", "dor", "felicidade", "tristeza", "sofrimento", "angústia" e "estresse".

Todos esses elementos lexicais concorrem para a produção de um efeito de que os animais são seres complexos e distintos, dotados de várias qualidades semelhantes às do homem. A existência do Código Municipal de Proteção Animal, o aparecimento na redação do texto de novos conceitos como "senciência", a constância e a intensidade com que atributos positivos são designados aos bichos, entre outros elementos que veremos adiante, são provas de que realmente houve um aumento nos discursos da sensibilidade humana à causa animal em nossa sociedade.

Porém, a despeito de um aumento dessa sensibilidade aos animais, da concessão de propriedades positivas, de mecanismos de proteção, entre outros, também é possível identificar conservações de discursos e práticas que rebaixaram o *status* dos animais ou que o valorizaram somente até certo ponto. Essa identificação é possível através de uma análise das palavras empregadas no texto e de uma comparação com outras que poderiam substituí-las na descrição feita dos animais.

Essa ambivalência pode ser bem observada pelo uso da palavra "senciência" para designar uma qualidade dos animais. Senciente é aquele que percebe pelos sentidos, que recebe impressões da nossa realidade. A palavra, utilizada no Código de Proteção Animal de São Carlos, sem dúvida, materializa uma posição partidária dos animais, que reconhece sua complexidade e alguma capacidade cognitiva, e entende que é preciso protegê-los para que não recebam impressões negativas. A qualificação é um avanço em relação a outros dizeres sobre os animais, que os concebem como desprovidos de competências como essa, mas não equivale e, ainda, está bastante distante, contudo, da consciência, uma qualidade que, ainda, continua só sendo atribuída

em larguíssima medida aos membros da espécie humana. O senciente é capaz de perceber pelos sentidos, mas o consciente é capaz de pensar, raciocinar, compreender, criar. Este último, ainda, é capaz de exercer uma outra importantíssima faculdade, a linguagem.

O mesmo se dá com as atribuições de sentir e de se emocionar, cuja constância e intensidade certamente representam um avanço, mas que estão desacompanhadas de outras caracterizações possíveis, como a capacidade de se comunicar, de refletir sobre a realidade etc. Essa ausência parece assinalar a conservação de dizeres milenares, que ao menos desde Aristóteles reconhecem que os animais podem sentir, mas não lhes conferem outras propriedades, exclusivas do homem. O Código concentra-se, talvez, pela finalidade a que se destina, mas, certamente, não só, no reconhecimento de que essas criaturas são dotadas de sensações e emoções, com a consequência de sentir física e psicologicamente os diversos abusos perpetrados contra elas.

O reconhecimento de que os animais são dotados de características eufóricas vem geralmente acompanhado da prescrição de práticas consideradas benéficas aos bichos e a proibição de outras concebidas como danosas. Mais uma vez, o léxico nos oferece algumas pistas. Em relação à regulamentação das primeiras, destacamos o emprego de palavras como: "preservação", "conservação", "proteção", "liberdade", "bem-estar animal", "vida livre", "promoção", "resgate", "cuidados", "recuperação", "vítimas", "risco", "qualidade ambiental", "defesa", "direitos", "assegurados", "segurança", "abandonados", "defendê-los" e "protegê-los". Essas unidades lexicais referem-se a uma série de determinações em prol dos animais; os concebem como seres em condição de risco, sujeitos a tratamentos nocivos e a quem é preciso resguardar; e defendem a manutenção de suas existências com relativa liberdade, assim como a preservação das condições ambientais e ecossistêmicas propícias ao seu pleno desenvolvimento.

Por outro lado, a condenação de práticas atrozias contra os animais pode ser observada pelos seguintes itens lexicais: "crueldade", "exploração", "omissão", "maus-tratos", "extinção", "privar", "obrigar", "esforço", "castigo", "molestem", "perturbem" e "risco". Atitudes humanas em relação aos animais são classificadas com bastante disforia. Em outras épocas históricas não havia, pelo menos não com a mesma constância e intensidade, uma compreensão social e coletiva

das relações de desigualdade entre nossa e outras espécies de seres vivos. Nem nossos atos envolvendo esses seres eram lidos com a mesma força sob a chave da atrocidade. O uso dessas palavras e sua recorrência no texto mostram uma mudança de sensibilidade.

Talvez a menção à primeira lei de proteção animal promulgada na França e ao contexto individual, social e político que ensejou a sua proposição e posterior aprovação nos ajude e compreender melhor alguns elementos do nosso material de análise e essa mudança em nossa sensibilidade aos animais. Em meados de 1850, Jacques Delmas de Grammont, general e deputado da Assembleia Nacional da França, percebendo a situação deprimente de cavalos e de cachorros pelas ruas de Paris, submetidos a toda sorte de crueldades e maus-tratos, decidiu protocolar um projeto de lei que resguardasse os bichos de práticas violentas. Inscrito em uma época em que a sensibilidade humana à causa animal não havia assumido dimensões coletivas e institucionais, mas era praticada apenas por alguns sujeitos, ao propor o projeto na Assembleia e relatar situações de abuso com os animais, o general Grammont recebeu de seus colegas deputados uma reação de desdém e de indiferença, convencendo pouco.

O projeto, entretanto, passou a obter a atenção dos demais quando a discussão migrou dos animais para os próprios homens. A grande maioria dos políticos do período não reconhecia ou não estava preocupada com a situação dos animais, com seu suposto sofrimento, mas estava atenta aos possíveis efeitos que a violência e sua exposição pública poderiam produzir em sujeitos do povo. Esses políticos temiam que a violência perpetrada livremente contra os animais pudesse se converter em violência contra outros homens, desordem e subversão do *status quo*. Em resumo, o projeto de Grammont foi aprovado, mas com modificações substanciais. Na prática, a lei condenava a violência contra os animais em público, menos para poupá-los do que para poupar os transeuntes humanos³⁷ que circulavam pelas ruas da cidade.

Feita essa digressão, o excerto objeto de nossa análise, ainda, materializa algumas referências intertextuais e interdiscursivas. O Código de Proteção Animal se apoia na "legislação constitucional e infraconstitucional", além de "tratados", "convenções" e "declarações

³⁷ Para saber mais sobre o contexto que envolveu a proposição e aprovação modificada dessa lei, ver: Baratay (2012).

internacionais”, estas últimas representadas pela Declaração Universal dos Direitos dos Animais e pela Declaração de Cambridge sobre consciência em animais não humanos, mas que a lei substituiu, talvez, em um ato falho que revela a ambivalência entre avanços e conservações de discursos da sensibilidade humana à causa animal no interior da sociedade contemporânea, por sciência.

A questão animal não passou, totalmente, despercebida pela Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição de 88 (BRASIL, 1988) reserva o artigo de número 225, com vistas a legislar sobre o meio ambiente, prescrevendo que se deve proteger a flora, mas também a fauna do país. A crueldade contra os animais também é mencionada, sendo sua prática proibida pela carta magna da nação. O Congresso Nacional também aprovou a lei de número 9.605 (BRASIL, 1988), conhecida como lei ambiental, que se detém, mais ou menos, extensamente na condenação de atos considerados disfóricos praticados contra animais domésticos e selvagens. O Brasil tem, ainda, outras leis e projetos que legislam em prol da causa animal, compondo as referências a que se refere o Código Municipal de Proteção Animal da cidade de São Carlos.

No âmbito internacional, a supracitada Declaração Universal dos Direitos dos Animais (FELIPE, 2019) é certamente um divisor de águas. Promulgada pela ONU em 1978, ela atribui aos animais várias qualidades e condena uma série de práticas concebidas como prejudiciais aos bichos. Mais recentemente, em 2012, um conjunto de especialistas em neurociências produziu a Declaração de Cambridge sobre Consciência em Animais Não Humanos (LOW, 2012), avançando bastante no reconhecimento de características positivas dos animais. Porém, também como em nosso material, nem todos os dizeres materializados nesses documentos representam avanços, mas há aqueles que conservam discursos disfóricos ou indiferentes. Na Declaração Universal, por exemplo, é possível identificar que os usos da palavra animal nem sempre se referem a todos eles, mas, apenas, a alguns. Ela, também, não se opõe a matança de animais para consumo, ainda que pontue que a morte deva ser rápida e indolor, demonstrando bem o jogo de forças que atravessa nossa sociedade. A lei ambiental do Brasil, um dos maiores redutos da indústria agropecuária, também não se opõe à prática.

O léxico do nosso material nos mostrou algumas características

discursivas da sensibilidade humana à causa animal. Agora, procederemos à análise do funcionamento de algumas unidades lexicais e gramaticais no texto, suas combinações e articulações sintagmáticas, a fim de fornecer uma definição mais profunda desses discursos no Código Municipal de Proteção Animal de São Carlos.

No excerto que selecionamos, a atribuição de características positivas aos animais é constante e intensamente materializada. Elas se combinam em sintagmas e, no geral, reconhecem que os animais são dotados de uma condição dupla: ao mesmo tempo física e psicológica. No capítulo segundo, artigo terceiro, inciso sétimo, notamos a existência do sintagma “integridade física, neuroanatômica, neuropsíquica e neurofisiológica”, que agrupa algumas qualificações a que nos referimos na análise das unidades lexicais do documento. Também, encontramos o encadeamento idêntico dessas palavras no artigo quarto, inciso primeiro do mesmo capítulo. No inciso dois e três deste último artigo, ainda achamos “integridade física e psíquica”. No capítulo terceiro, artigo sexto, inciso quatorze, observamos “saúde física e psíquica”.

A combinação de diferentes qualidades e sua recorrência no texto são indicativos de uma forte sensibilidade à causa animal, do reconhecimento e reafirmação de sua natureza complexa, de uma caracterização que começa a se aproximar da que se faz da espécie humana. Destacamos a inclusão recorrente de qualidades psíquicas em relação aos animais, e, não apenas físicas, estas últimas mais, frequentemente, reconhecidas em outros dizeres sobre o assunto em nossa história. Essa inclusão pode ser identificada no léxico, com o uso de palavras como “psíquica” e também de prefixos como “neuro”, em referência ao sistema neurológico, que a ciência moderna descobriu com profundidade ser essencial ao desenvolvimento psicológico. Pode ser identificada, ainda, na formação de sintagmas, valendo-se de recursos como a pontuação e de unidades gramaticais como a conjunção aditiva “e” para agregar atributos.

O emprego de outras palavras, suas combinações sintáticas e a ausência de outras atribuições aos animais, como pontuamos antes, mostram não somente um aumento da sensibilidade humana à causa animal, mas, também, alternâncias e graus diferentes desse sentimento. Há aqueles, para exemplificarmos, que podem não conceder coisa alguma aos animais; outros que podem conceder apenas algumas e

aliar isso a um cuidado mais ou menos dedicado; outros, ainda, que podem lhes outorgar muito mais, os caracterizando como seres muito próximos de nós em complexidade e importância, com o direito de gozar de uma existência completamente livre. No capítulo segundo, artigo quarto, inciso quinto, encontramos a definição de senciência. No Código, a senciência é definida como a capacidade de sentir e de se emocionar, características que, no interior da posição na qual o documento se inscreve, materializada por relações de equivalência e encadeamento que ele instaura, produz o efeito de que os animais são seres diferenciados, semelhantes em muitos aspectos aos homens, e que merecem um tratamento melhor e mais digno durante suas vidas. Essa definição, inscrita nessa posição, certamente representa um avanço, uma vez que o reconhecimento desses atributos por outros sujeitos e instituições em nossa história não, necessariamente, vinha acompanhado de uma preocupação com o animal ou da prescrição de mudanças de hábito.

Encontramos, também, a utilização de diversos hipônimos das hiperonímias que mencionamos, sentimento e emoção. No capítulo terceiro, artigo sexto, inciso quinto, é possível identificar as seguintes atribuições aos animais: a capacidade de experienciar “estresse”, “dor” e “sofrimento”. Essas características e sua relação com outras presentes no texto defendem que os bichos, conforme observamos, são criaturas complexas, dotadas de qualidades eufóricas, físicas e psicológicas.

Apesar dessa caracterização positiva e da concessão de diversas propriedades aos animais, a ausência de outras possíveis pode assinalar, além dos avanços, conservações e estanqueidades. Complementando nossas análises anteriores, não há menção explícita a competências e atividades cognitivas como raciocinar, compreender, imaginar etc., nem a habilidades linguísticas ou comunicativas. Essa ausência nos mostra que a sensibilidade humana à causa animal materializada no material lhes concede diversas características de ordem biofísica, psíquica, sentimental e emocional, mas não concede ou não se refere a outras maiores como as que assinalamos acima.

A atribuição de características aos animais não aparecem isoladas, mas, geralmente, estão acompanhadas da prescrição de práticas que beneficiam os animais e da condenação de outras que os prejudicam. Essa conjunção assinala uma sensibilidade que

reconhece e que age em prol dos animais. A menção a outros textos e dizeres demonstra um grande conhecimento sobre direitos e avanços conquistados em outras esferas, como na ciência e no direito, no âmbito nacional e internacional.

Finalmente, além das várias ambiguidades que demonstramos ao longo do nosso estudo, há uma outra que é preciso mencionar. A condenação de diversas práticas nocivas aos animais não significa que não haja a concordância e autorização condicionada de outras. Essas concordância e autorização se materializam mediante a inclusão de adjetivos a substantivos que, por si mesmos, são disfóricos, produzindo o efeito de que ações menos prejudiciais são aceitáveis e podem ser realizadas, e do emprego de orações subordinadas antecedidas pela proposição “sem”, produzindo o efeito de apaziguamento de práticas que, também, são negativas. No capítulo terceiro, artigo sexto, inciso quinto, identificamos a proibição de utilizar animais em ritos que lhes causem “estresse desarrazoados ou desnecessários”. Os dois adjetivos intensificam o substantivo, produzindo um efeito de que o que é muito ruim, “estresse desarrazoados ou desnecessários”, não pode, mas o que é somente ruim, “estresse”, está autorizado. No capítulo terceiro, artigo sexto, inciso trigésimo nono, por sua vez, a proibição de uma prática disfórica como “transportar animais vivos, negociar, tentar capturar ou caçar” é amenizada pela oração seguinte que permite que isso seja feito de certas maneiras.

Considerações Finais

Em nossas análises, observamos a atribuição de diversas características eufóricas aos animais, como a de que esses seres são dotados de uma complexa estrutura física e psíquica, e capazes de expressar sentimentos e emoções. Esse reconhecimento não ocorre isoladamente, mas vem acompanhado da prescrição de práticas concebidas como boas para os animais, como proteger, resgatar e cuidar, e da proibição de outras consideradas nocivas, como maltratar, machucar e causar sofrimento. Também vem acompanhado da menção a outros textos e dizeres sobre o assunto provenientes dos campos científico e legal, assinalando um conhecimento considerável.

Esses aspectos positivos que identificamos em nosso material de análise não nos impediu de observar, também, ambivalências. O

documento reconhece com constância e intensidade que os animais têm, especialmente, sentimentos e emoções, mas não anuncia outras qualidades possíveis, como a capacidade de pensar, de exercer a linguagem ou outro modo de comunicação. Também, ao tratar da proibição de certas práticas danosas aos animais, concorda e autoriza a conservação de algumas de forma condicionada, desde que não os estressem em demasia e que adquiram licenças e instrumentos legais que as liberem. Todos esses elementos nos permitem concluir que existe ali uma sensibilidade humana aos animais que lhes concedem algumas qualidades e que elevam seu *status* até certo ponto; que prescrevem mudanças sociais de hábitos e a realização de práticas em prol desses seres; e que condenam apenas algumas práticas nocivas, autorizando outras de modo controlado, se respeitadas certas regras³⁸.

Referências:

AGULHON, M. Le sang des bêtes. Le problème de la Protection des animaux em France au XIXe siècle. *Romantisme*, v. 31, n. 1, 1981, p. 81-109.

ALVES FILHO, M. S. *Homem, animal, indústria: uma análise discursiva do agronegócio brasileiro*. 2020. 293 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BARATAY, É. *Le point de vue animal: une autre version de l'histoire*. Paris: Seuil, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em 28 de set. de 2020.

CORBIN, A. *Une histoire des sens*. Paris: Robert Laffont, 2016.

38 Para saber mais sobre as relações homem-animal sob uma perspectiva discursiva, ver: Kerbrat-Orecchioni (2021).

CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. (org). *História das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2020.

DARWIN, C. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

DELORT, R. *Les animaux ont une histoire*. Paris: Seuil, 1984.

DELUMEAU, J. *La peur en Occident, XVe-XVIIIe siècle*. Paris, Fayard, 1978.

FEBVRE, L. La sensibilité et l'histoire – comment reconstituer la vie affective d'autrefois? *Annales d'Histoire Sociale*, v. 2, n. 1-2, 1941, p. 5-20.

FELIPE, S. *Ética e experimentação animal*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

GREGOLIN, M. R. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2014.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Nous et les autres animaux*. Li-moges: Lambert-Lucas, 2021.

LOW, P. The Cambridge Declaration on Consciousness. Francis Crick Memorial Conference. Cambridge, Reino Unido: 2012. Disponível em: <http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em 28 de set. de 2020.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F., & HAK, T (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso: In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). Legados de Michel Pêcheux. São Paulo: Contexto, 2011, p. 63-75.

PIOVEZANI, C. A voz do povo: uma longa história de discriminações. Petrópolis: Vozes, 2020.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (org.). Introdução à linguística, vol. 3: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SÃO CARLOS. INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. São Carlos, 2016. Disponível em: https://file.camarasaocarlos.sp.gov.br/70792/lei/arquivo/CODIGO-LEI_34767.pdf. Acesso em: 01 de ago. de 2021.

**PARTE
V**

Andréia Muniz Lisboa
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins (UFT/ CNPq)

EFEITOS DE SENTIDO DAS FAKE NEWS VEICULADAS NO PLEITO ELEITORAL BRASILEIRO DE 2018

Introdução

O epicentro norteador das chamadas *Fake News* se deu durante o processo eleitoral norte americano em 2017, seguido da saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como *Brexit*, em 2017, e das eleições presidenciais brasileiras, em 2018. Esse fenômeno, desde quando emergiu, ganha demasiadas significações, o que nos faz indagar: o que é propriamente uma *Fake News*? Para tentar responder essa questão, iniciamos com a premissa de que nem tudo que é considerado *Fake News* é, de fato, uma *Fake News*. Tentamos, no decorrer desse trabalho, explicar dentro de uma perspectiva discursiva a categorização desse gênero, suas distinções e seu funcionamento discursivo.

O modelo da sociedade brasileira, marcada pelo processo de colonização exploratória e extrativista empreendida pelos portugueses, baseia-se nas referências eurocêntricas. Esse processo interseccionou, como denomina Mariani (2004), uma colonização linguística que resulta de um processo histórico que vai ao encontro com instâncias linguísticas de povos de culturas diferentes.

Essa clivagem marca a formação histórica brasileira colonial. Em termos ideológicos, conforme Mariani (2004), esse processo colonizador e linguístico do português provocou rupturas em processos semânticos e carrega uma memória europeia que

“historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente” (MARIANI, 2004, p. 22). Com base nessas considerações, podemos entender como o processo colonial torna-se parte da herança vocabular linguística nacional e, mais ainda, a aceitabilidade de terminologias estrangeiras na cultura brasileira, a saber, o termo Fake News que foi incorporado e é comumente utilizado de forma genérica sem se preocupar com sua definição. Sobre essa questão, tratamos, a seguir, alguns apontamentos.

No que se refere a análise do discurso de linha francesa, os trabalhos de Maingueneau trazem importantes reflexões sobre a categoria de gênero, atribuindo um caráter discursivo. Para o autor “os gêneros discursivos constituem, de alguma maneira, átomos de atividade discursiva. Mas eles só adquirem sentido quando integrados a unidade de classe superior, os tipos dos discursos” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66).

Maingueneau (2002, 2015) salienta que a lista de gênero se torna indeterminada, pois ela tende a variar conforme os lugares, épocas e as coerções próprias de cada um, estes, por sua vez, devem ser analisados tendo por objeto o discurso que nelas se materializam. Sendo assim “o texto não é um conjunto de signos inertes, mas um rastro deixado pelo discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2002, p. 84). Posto isso, todo texto é constituído por um quadro cênico que se subdivide em cena englobante que define a função e finalidade do texto; a cena genérica, na qual se localizam o tipo do discurso e a cenografia que são as normas que regem cada gênero discursivo.

Tomando essas considerações e voltando nosso olhar para as chamadas Fake News que têm sido compartilhadas nas vias midiáticas, em sua grande maioria, não configuram, propriamente, no gênero de notícia. Grande parte desses conteúdos enviados possui um texto de caráter sensacionalista, sem uma fonte de verificabilidade. Embora, algumas, em uma certa medida, se utilizam de uma parte da estrutura estilística da narrativa jornalista, seu conteúdo e forma composicional debruçam-se mais pela seara dos boatos, desinformação e ou manipulação de fatos, aproximando mais da ideia de uma meia verdade do que uma notícia falsa. Dito isso, é importante esclarecer que essa distinção de leitura do que é ou não Fake News é relevante,

entretanto, interessa-nos, também, enquanto analistas, os discursos que estão ancorados nas materialidades. Para tanto, Sargentini e Carvalho (2021) apontam que “a produção de discursos e suas formas de circulação são elementos centrais na construção das notícias, sejam falsas ou não” (SARGENTINI; CARVALHO, 2021, p. 73).

Segundo Soares (2022), o papel que a mídia desempenha na sociedade desde outrora está além de oferecer entretenimentos e informação, ela “gerencia os discursos circulantes ao ponto de se tornar uma espécie de reguladora de discursos” (SOARES, 2022, p. 37). Nessa instância midiática, a produção de sentidos é atravessada pelos sujeitos dos sucessos que reconfiguram os espaços do dizer.

Partindo desse ponto de vista, nas veiculações de notícias falsas, as vozes dos “sujeitos do sucesso” SOARES (2016, 2018, 2020) são partes importantes na validação e credibilização do conteúdo, isso por que na sociedade contemporânea, o discurso do sucesso é “o discurso das classes detentoras dos meios de produção da vida social-geradoras fundamentais das desigualdades e discriminações-travestida das significações de glória midiática, de autonomia financeira, de realização pessoal e profissional” (SOARES, 2022, p. 29). Dessa maneira, no âmbito de entendimento discursivo, pensar as chamadas notícias falsas da atualidade leva em conta a maneira como os sujeitos se inscrevem nas formações discursivas e produzem discursos.

Tais considerações iniciais subsidiam, inicialmente, a proposta deste trabalho que se trata, mais especificamente, de analisar os efeitos de sentido de uma Fake News veiculada durante o pleito eleitoral brasileiro de 2018. No movimento de descrição e interpretação do objeto analítico, faremos uso dos pressupostos teóricos do campo de saber da análise do discurso derivada dos trabalhos de Pêcheux e, por fim, as considerações finais e referências. Importante ressaltar, que escolhemos esse objeto por fazer parte do corpus que constitui as discussões de resultados parciais da dissertação de mestrado em andamento.

Quadro teórico da Análise do Discurso

Para iniciar as nossas considerações a respeito do ferramental analítico que embasará nossa análise, é importante mencionar que dentro do quadro teórico da Análise do Discurso, doravante (AD), a noção de memória discursiva e interdiscurso possuem algumas nuances de significância. Para Orlandi (2015), memória discursiva e interdiscurso são tomadas como sinônimos, diz respeito ao já lá “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2015, p. 29). Na concepção de Pêcheux (2014), o interdiscurso se manifesta por duas instâncias: pelo pré-construído e pelo discurso transversal. Já para Courtine (2014), os enunciados existem no tempo longo de uma memória, “é então, exatamente, a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’, e que designamos como efeito de memória” (COURTINE, 2014, p. 106). Dessarte, é importante enfatizar que na análise do discurso, as noções utilizadas para aplicação no objeto analítico não são concebidas de forma isolada umas das outras, mas, elas formam uma rede de relações que funcionam, simultaneamente, nos processos discursivos. Portanto, na medida em que explicitamos uma noção, fazemos uso de outras noções e, assim, sucessivamente.

Com efeito, a noção de memória discursiva é cunhada por Courtine (2014) a partir dos trabalhos de Foucault e não se relaciona com a memória cognitiva, mas se refere “à existência histórica do enunciado” (COURTINE, 2014, p. 105-106). Outrossim, Courtine (2014) defende que toda produção discursiva acontece numa conjuntura dada que coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas. Assim, a memória discursiva não é linear, ela é atravessada por formações discursivas (FDs) contrapostas, é por meio delas que os discursos são retomados, atualizando o acontecimento discursivo.

Segundo Indursky (2011), a memória discursiva diz respeito a “existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos” (INDURSKY, 2011, p. 86). Para a autora, o sujeito ao enunciar é afetado pelas formações ideológicas e pelo inconsciente, assim, seu dizer “inscreve-se, sem que ele perceba, em uma Formação Discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso,

como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou re-significa seu dizer” (INDURSKY 2003, p. 102).

Pêcheux reformula a noção de Formação Discursiva a partir dos trabalhos de Foucault para aplicá-la na teoria do discurso. O autor define que a formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, mas, é constitutivamente “invadidos por elementos vindos de outros lugares (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos” (PÊCHEUX, 2014, p. 314).

Para Orlandi (2015), os sentidos dependem das relações que se constroem nas e pelas formações discursivas que são “(...) constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2015, p. 42). Dessarte, a autora enfatiza que é pela formação discursiva que se torna possível compreender os diferentes sentidos do funcionamento discursivo, e isso se dá por meio da relação existente entre a formação ideológica e a formação discursiva, sob a forma de condições de produção.

Pêcheux (2014) argumenta que a memória discursiva atua por uma ou mais formações discursivas (FDs), essa é submetida a lei de desigualdade-contradição-subordinação que se caracteriza o complexo de formações ideológicas (FIs). Essa construção discursiva determina o que deve ser dito e não dito no processo discursivo que o sujeito do discurso assume quando enuncia. Assim, para Pêcheux (2014), a interpelação do indivíduo em sujeito do discurso se dá pela formação discursiva que o sujeito se inscreve segundo a relação com o já lá da interpelação ideológica. Conforme o autor, o caráter da forma-sujeito “dissimula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como puro ‘já-dito’ do intra-discurso, no qual ele se articula por co-referência” (PÊCHEUX, 2014, p. 167). Desse modo, como pontua o autor, os elementos do interdiscurso de uma dada FD são reinscritos no discurso do sujeito que tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso. Assim, quem enuncia esquece da formação discursiva que se inscreveu e reproduz discursos a partir de um já-dito.

Segundo Indursky (2003), os saberes se originam em uma rede de reformulações quando enunciados. Esses saberes encontram-se no

interior de uma estrutura vertical (interdiscurso), a existência anterior do enunciado, e em uma linha horizontal (intradiscurso) que “consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso, após passar pelo processo de apropriação e sintagmatização” (INDUSRKY, 2003, p. 103). É nesse encontro de uma memória com uma atualidade que o acontecimento discursivo tem seu espaço.

Pêcheux (2015), ao analisar o resultado das eleições francesas em 1981, propõe pensar o discurso como uma materialidade constituída por uma estrutura e por um acontecimento, estabelecendo a relação entre o acontecimento e o momento histórico da sua enunciação. Ele mostra por meio da análise do enunciado *on gagné* (ganhamos), que a estrutura e acontecimento estão presentes nos processos discursivos. Embora o enunciado se apresente simples e transparente, ele é profundamente opaco com outras possibilidades de interpretações. Na análise do autor, o enunciado *on gagné* é percebido com uma peculiaridade no campo político, que entrou por força da especularização midiática em torno dos resultados das eleições francesas, transformando a política em um campeonato de futebol televisionado. Esse espaço do discurso político moveu e assumiu a especularização como parte de seu funcionamento.

Conforme Pêcheux (2015), o choque do acontecimento funciona, na memória, como um jogo de forças que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos. Dessa forma, há um jogo de forças funcionando entre a memória e acontecimento discursivo, que desloca, regula a rede de implícitos. Assim, o acontecimento discursivo desloca os espaços de memória e demonstra que, em determinadas conjunturas, os enunciados podem desconstruir, regular ou reconfigurar em pontos de deriva, possibilitando outras interpretações.

Efeitos de sentido das Fake News nas eleições presidenciais brasileiras de 2018

O objeto que compõe nossa análise trata-se da materialidade abaixo. Para iniciar o processo analítico, descrevemos a cenografia que compõe o gênero notícia, posteriormente, analisamos as sequências discursivas que fazem parte desse quadro cênico.

Figura 1. Fake News disseminadas durante o pleito eleitoral brasileiro de 2018.



Fonte: FAKE, 2018.

Segundo Maingueneau (1997, 2015), todo gênero se constitui em um espaço e tempo que são apreendidos no processo enunciativo, estabelecendo sentidos. A enunciação que estamos trazendo nesse trabalho, com base no autor, não é uma cena ilusória na qual são ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos.

A topografia e cronografia como define o autor, que constitui a cenografia do corpora discursivo trata-se no caso do objeto analítico, de uma *Fake News* disseminada durante o pleito eleitoral brasileiro de 2018, retirada da agência de checagem de notícias, APF checamos (2018), sobre uma pesquisa nas penitenciárias brasileiras, na época em que o ex-presidente do Brasil era candidato à presidência. Essa materialidade foi elaborada em um momento histórico no qual o partido dos trabalhadores (PT) sofre uma queda de popularidade devido aos processos do Mensalão e Operação Lava Jato que aproximam o partido de situações de corrupção no governo. Por outro lado, tem-se uma ascensão significativa dos candidatos dos partidos da direita que promovem um *slogan* patriota, religioso e anticorrupção, tendo como seu principal fiador, Jair Messias Bolsonaro.

Conforme Maingueneau (1997), todo gênero do discurso implica responder à questão “Estamos aqui para dizer ou fazer o que?” (MAINGUENEAU, 2001, p. 72), isto é, a definição e finalidade do gênero

do discurso. No caso da materialidade em análise, sua definição se trata de uma notícia que pertence ao domínio jornalístico que tem como finalidade informar sobre uma pesquisa. Nesse aspecto, há uma questão importante para ser mencionada, no caso da estrutura linguística “News” reporta para uma notícia nova e atual, dando uma ideia de que essa informação não se baseia em acontecimentos passados, no entanto, se mantém na esfera do presente.

Nessa esteira, conforme os postulados de Maingueneau (2001), cabe observar algumas características que compõem o gênero de discurso como 1) a temporalidade, 2) uma periodicidade, 3) o encadeamento, 3) a continuidade e, 4) e a duração de validade. Além disso, há o suporte material que está na dimensão midiológica do enunciado “a modificação do suporte material modifica radicalmente um gênero discursivo” (MAINGUENEAU, 2001, p. 75), além de enfatizar os recursos linguísticos específicos para cada gênero de discurso.

Tomando essas concepções, voltando nosso olhar para a materialidade deste trabalho, em primeiro momento, trata-se de uma notícia. Há presença das características informacionais que estruturam a narrativa de uma notícia. O texto da materialidade está acompanhado da dimensão midiológica: um jornal Brasileiro, G1, na versão online.

A temporalidade trata-se do ano de 2018, na época que estava acontecendo a corrida eleitoral brasileira. Há indícios de uma pesquisa com dados estatísticos, (embora não mostre a fonte), os recursos linguísticos empregados tanto no título quanto no subtítulo se caracterizam como uma notícia jornalística que está veiculada a um jornal de caráter online que foi compartilhado em outros gêneros, as mídias digitais (Facebook, Twitter e Whatsapp). De acordo com Maingueneau (2011), todo texto é um gênero de discurso e esses correspondem a diversos tipos de discursos que estão associados a “vastos setores da atividade social” (MAINGUENEAU, 2001), ‘um *talk-show*’ constitui um gênero discursivo no interior do tipo de discurso ‘televisivo’ que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o tipo de discurso ‘midiático’, em que figurariam também o tipo de discurso radiofônico e o da empresa escrita” (MAINGUENEAU, 2001, p. 67-68). A materialidade, em análise, trata de uma notícia jornalista que está veiculada a um jornal online que se configura no tipo de discurso midiático e que foi compartilhada em diferentes esferas midiáticas.

Não obstante, nesse espaço digital, o discurso midiático que engendra o gênero notícia está atravessado pelo discurso jornalístico que silencia um discurso político. Conforme Orlandi (2001), “[...] É o silêncio que existem as palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2001, p. 128). Nessa senda, o discurso jornalístico aforiza o discurso político, revelando o que se quer enunciar ao sujeito em foco. As formações discursivas construídas no entorno da notícia produzem espaços discursivos e novos modos de enunciação.

Nesse ponto, o discurso jornalístico é atravessado pelo discurso político, mobilizando os enunciadores a se inscreverem em uma formação discursiva político-partidária. Conforme Pêcheux (2014, p. 147), as palavras e expressões “recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”, os indivíduos que são interpelados em sujeitos do discurso pelas formações discursivas que representam na linguagem estão atravessados pelas formações ideológicas. Assim sendo, “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p. 148). É nesse processo, que o indivíduo na sua inscrição como sujeito do discurso “se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa- entendemos que, sendo ‘sempre’ já sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (PÊCHEUX, 2014, p. 158).

Feitas essas considerações estruturais que definem o tipo de gênero da materialidade, em análise, partimos para explicar sobre a verificabilidade da notícia. Segundo a agência de checagem de notícia APF Checamos (2018), a primeira versão da notícia foi compartilhada no Twitter e no Facebook, sendo repostada milhares de vezes. O primeiro compartilhamento foi no dia 18 de julho de 2018 por meio de um meme divulgado pela página “movimentoindependenteBr”, posteriormente, outras páginas como SomostodosBolsonaro fizeram o *repost*, na medida em que foi viralizando mais usuários que se identificaram com a formação discursiva tratada na notícia e republicaram-na por meio de diferentes ferramentas digitais.

A agência consultou a assessoria de comunicação do Tribunal

Superior eleitoral (TSE) para apurar os fatos e foi informada que não havia nenhum registro de pesquisa de intenção de voto realizada em presídios e delegacias brasileiras e que, para que seja de fato realizada uma pesquisa nesse teor, é necessário que a empresa entre em contato com a justiça com uma solicitação para sua realização. A agência acrescentou, ainda, que para uma pesquisa dessa maneira seja efetivada ela “deve ser registrada junto ao órgão pela empresa pesquisadora e os dados sobre sua realização devem estar disponíveis no site do Tribunal” (APFCHECAMOS, 2018). Além disso, a agência contatou a seção de política do portal G1 e recebeu a informação que a notícia não foi elaborada pelo jornal, foi feita uma bricolagem utilizando o layout do jornal, portanto, uma notícia falsa. A seguir, vamos para análise das sequências discursivas.

SD1: Pesquisa aponta que o índice de rejeição a Jair Bolsonaro chega a 100% em cadeias e presídios.

SD2: Foram entrevistados 13.000 detentos em 450 presídios e 150 delegacias de todo o país.

SD3: o maior medo dos presos é que Bolsonaro vença a corrida ao Planalto.

O substantivo feminino que inicia a sentença da SD1 marca um discurso científico dentro de uma formação discursiva política, fazendo funcionar os discursos sobre o sistema carcerário e a ausência de pautas políticas que promovem ações que viabilizam as questões inerentes ao sistema prisional brasileiro. Conforme Foucault (2014a), a produção do discurso na sociedade é ao mesmo tempo “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014a, p. 8-9).

O rigor científico mostrado na materialidade produz um efeito de sentido de confiabilidade do que está sendo levantado, pois a estrutura enunciativa formulada mostra que não se trata de um conhecimento empírico, mas uma comutação de dados que foram levantados a partir de uma pesquisa feita no sistema prisional brasileiro.

Na sequência SD2, os símbolos numéricos apresentados na materialidade respaldam os dados computados, ou seja, o

texto formulado se apresenta aparentemente com indícios de um levantamento de dados, mostrando em porcentagem os resultados acerca da temática. Por outro lado, cabe salientar, ainda, os sujeitos que ocupam o lugar marginalizado das prisões carcerárias no Brasil. Segundo o anuário de segurança pública de 2022, o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo.

Confirmando o perfil histórico dos presos no país, a população carcerária negra segue compondo o quantitativo de 429, 2 mil detentos, o que representa 67,7% do total. Enquanto isso, a população carcerária branca vem diminuindo com 184, 7 mil (29% do total). Além disso, segundo os dados cooptados pelo Infopen, em junho de 2019, as condições de escolaridade dos presos que estão em condição de encarceramento são: 317.542 dos encarcerados não completaram o ensino fundamental, 101.793 têm o ensino médio incompleto, 18.711 são analfabetos e 4.181 possuem ensino superior completo.

Esses dados mostram quais sujeitos fazem parte dessa parcela carcerária que, em sua grande maioria, trata-se de pobres e negros. Segundo Pêcheux (1997), o dito em relação ao não dito, num fenômeno linguístico de paráfrase e reformulação, cada falante reproduz o discurso do outro em um efeito de espelhamento. Essa reprodução do discurso acontece devido ao esquecimento 1, da ordem do esquecimento, do inconsciente que revela que o sujeito é atravessado pela ideologia e pelo esquecimento 2, da ordem da enunciação, em que o sujeito ao falar produz a impressão da realidade do pensamento.

O *ethos* da prisão aponta uma configuração interdiscursiva sobre o discurso penitenciário que movimenta efeitos de sentido sobre o que é ser delinquente, bandido e marginal no Brasil. Esses efeitos de sentido marcam as características sociais dos sujeitos que compõem o sistema prisional brasileiro que, em grande parte, é constituído pela parcela de indivíduos que vive à margem. A construção do *ethos* de bandido não diz respeito aos sujeitos que compõem a classe social média alta de colarinho branco, esses são aceitos socialmente, mas aos sujeitos que ocupam o lugar que é materializado na cor e classe social, historicamente, definidas e está ligada a população pobre e preta, devem permanecer excluídos tanto da sociedade quanto dos direitos incumbidos a eles que são assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O sistema penitenciário está ancorado na ordem do discurso

de coerção disciplinar que detém autoridade e controle dos corpos socialmente excluídos. Foucault (2014a) compreende o sistema carcerário, tendo como base o poder coercitivo centrado no adestramento dos indivíduos a partir da punição. Como observa o autor, a disciplina foi uma grande tendência pedagógica entre o século XVIII para o século XIX, período em que a filosofia racionalista, cartesiana obteve grandes avanços científicos, em especial, no campo das ciências humanas.

Nessa esfera, o corpo que é manipulável e dócil torna-se objeto e, ao mesmo tempo, alvo de poder. Nessa perspectiva, o corpo torna-se útil e passível de aperfeiçoamento. É nessa conjuntura histórica, que a disciplina é a chave para correção do comportamento desviante. Aqueles que não se enquadram na ordem do discurso disciplinar precisam ser capturados para serem ensinados a viver em sociedade. Na sociedade do discurso, a função é “conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição” (FOUCAULT, 2014a, p. 37).

Ainda sobre essa questão, Foucault (2014a) mostra a contradição estrutural das prisões que ao receber um infrator transforma-o em um delinquente em manutenção das relações de poder existentes na sociedade. Para o autor, as prisões emergem como espaço em que objetiva a redução e reinserção do infrator à sociedade. É preciso que esse indivíduo perca seus bens, sua honra, seu tempo, seu corpo, sua liberdade para que, assim, ele aprenda a viver em sociedade. Entretanto, cabe reforçar que o funcionamento das penitenciárias, sobretudo as brasileiras, encontra-se em situações insalubres de preservação de direitos e dignidade do apenado. As precariedades, tais como: má alimentação, superlotação, escassez de assistência educacional, social e psíquicas decorrido de maus tratos, torna esse ambiente um espaço de produção de delinquentes em massa, ou seja, os infratores saem mais criminosos e com grau de periculosidade maior do que quando entraram.

O lugar da prisão é, então, atravessado pelo discurso de exclusão e da diferença que está amparado na formação discursiva penitenciária e produz duas dimensões intradiscursivas entre o sujeito desejante, que é interpelado pelo *ethos* de cidadão de bem, e o sujeito indesejado, que é interpelado ideologicamente pelo

marginal. “Na apropriação social desse discurso, há regras silenciosas e variáveis, apresentando historicamente o Brasil que configura essa dicotomia do cidadão de bem e o cidadão do mal - bandido, o inimigo” (FERNANDES; SOARES, 2020, p. 52).

Nessa esteira, o discurso penitenciário que movimenta os sentidos de punição refere-se ao corpo social estigmatizado pelas diferentes segregações de direitos existentes na sociedade e que deve continuar sendo excluído das pautas políticas, porque ele não deve ser constituído na esfera social como cidadãos que têm acesso aos direitos, pois não fazem parte dos “parâmetros” legais do que é ser um cidadão.

No excerto “o maior medo dos presos” da SD3, vemos a estrutura interdiscursiva do político corrupto sendo reformulado no intradiscorso “todo político é ladrão”. Essa configuração atualiza a formação discursiva de segregação carcerária. Portanto, o lugar que ocupa os indivíduos que estão sendo apresentados na pesquisa tem características específicas, não é qualquer delinquente, mas aquele que faz parte da grande maioria que está alojada nas cadeias brasileiras.

Todavia, são aqueles que fazem parte de uma pequena parcela que quando saem e começam o período de readaptação social, sofrem rejeição social, em alguns casos são abandonados pelos familiares e encontram dificuldades no mercado de trabalho. Pois, como aponta Orlandi (2014) que como sujeitos na sociedade capitalista “juridicamente constituídos pelos nossos direitos e deveres, iguais perante a lei, somos apresentados como sujeitos livres e responsáveis. Igualdade e diferença se conjugam no mesmo lugar, quando se trata do Estado e da sociedade capitalista” (ORLANDI, 2014, p. 33).

Porém, esse lugar do ex-penitenciário é constituído pelas formações imaginárias do povo preto e pobre. As questões raciais cerceiam os direitos que a eles não se negam, mas se confundem. Confundem, diariamente, guarda-chuva com fuzil na mão de preto, bandido com pai de família de 80 anos alvejado em seu carro, asfixia um jovem negro em ar livre e tantos outros exemplos tais quais são reportados cotidianamente.

A lei existe para todos, mas os modos de funcionamento, em muitos casos, são atravessados pela formação discursiva que estrutura Brasil colônia de 1.500. A seletividade penal de cunho racial dificulta,

ainda mais, os indivíduos negros, pobres e periféricos, esse corpo que é também “diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele uma influência imediata; elas investem contra ele, o marcam, o adestram, o supliciam, o constroem a trabalhos, o obrigam a cerimônias, cobram deles signos” (COURTINE, 2013, p. 16).

Na sociedade capitalista, dividida pelas relações de poder, as formações imaginárias “funcionam na hierarquização em que se praticam as relações de forças e de sentidos, tudo isto constituindo as condições de produção em que se dá a divisão entre sujeitos nessa sociedade, e os processos de constituição de suas identidades”. (ORLANDI, 2014, p. 33). Nesse sentido, a formação discursiva do político que defende a aplicação de leis mais severas nas penitenciárias define o *ethos* do candidato que governa para o cidadão de bem.

A formação discursiva do político corrupto, mobilizada nas sequências discursivas, atualiza a memória discursiva do acontecimento histórico dos processos do Mensalão e Operação Lava Jato, que culminou na prisão de muitas figuras políticas por corrupção no governo, entre elas, o presidente Lula. Pois, como argumenta Orlandi (2014) “o já dito constitui o saber discursivo estruturado pelo esquecimento que habita em nós. E é este imaginário (social) em que vivemos que preside nossa relação com o outro e o Outro, em uma sociedade dividida e estruturada pela divisão” (ORLANDI, 2014, p. 33).

A movimentação de sentido da materialidade instaura a elaboração de uma rede discursiva, convocando sítios de significância que faz retomar os já ditos “Lula ladrão” e “Bandido bom é bandido morto” cujos sentidos apontam um discurso moralista atravessado pelo discurso de ódio que fabrica a retórica do cidadão de bem versus cidadão do mal. Como aponta Foucault (2014), nessa sociedade panóptica, “a prisão é apenas a continuação natural, nada mais que um grau superior dessa hierarquia percorrida passo a passo.

O delinquente é um produto da instituição” (FOUCAULT, 2014a, p. 296). Conforme o autor, o sistema carcerário, tal qual é instituído na sociedade, produz efeito de sentido de tornar natural e legítimo o direito de punir, nessa instância, “tende a apagar o que possa haver de exorbitante no exercício do castigo, fazendo funcionar um em relação ao outro os dois registros, em que se divide: um, legal, da justiça, outro extralegal, da disciplina” (FOUCAULT, 2014a, p. 297).

Ademais, como assinala Foucault (2014b), o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014b, p. 10). Com efeito, conforme Soares (2018), os discursos são espaços conflitantes que se movem segundo determinadas condições de produção e são atravessados por determinadas formações discursivas as quais o sujeito do discurso assume quando enuncia.

Considerações finais

Com base nas discussões propostas, este trabalho apresentou, inicialmente, breves discussões acerca do que compreendemos como Fake News em uma concepção discursiva e os funcionamentos discursivos que atravessam a materialidade e funcionam alhures. Vimos, a partir dos autores que subsidiariam este trabalho, que as fake news que têm sido discursivizada na contemporaneidade estão deveras entrelaçadas em um funcionamento complexo ideológico, simbólico, técnico e político. O ethos de quem compartilha, chancela o recebimento e, posteriormente, os demais compartilhamentos. Dito de outra forma, quando enunciamos o fazemos a partir das posições ideológicas e das formações discursivas que inscrevemos no processo discursivo. E podemos identificar, desidentificar ou contraidentificar com uma ou mais formações discursivas e esse processo é apagado pelas formações ideológicas.

Além disso, discutimos que nem tudo que foi compartilhado nas vias midiáticas intitulado como fake news é de fato uma notícia falsa. Amparados nos pressupostos teóricos de Maingueneau (1997, 2002, 2015), entendemos que a notícia é um gênero discursivo que possui suas características específicas, ela compõe um quadro cênico que define o espaço, tempo da enunciação em que o enunciado adquire sentido. As chamadas fake news que foram disseminadas nas eleições presidenciais brasileiras, algumas delas não se constituem como notícia, mas boatos, montagens, entre outras nomenclaturas. No entanto, no meio social a inscrição desse fenômeno foi materializada como Fake News.

Nas análises apresentadas, identificamos o discurso científico mostrado na materialidade a partir dos dados que são disponibilizados

por meio de símbolos numéricos dentro de uma formação discursiva política, mobilizando efeitos de sentido de confiabilidade do que está sendo levantado no texto que constitui a Fake News. O *ethos* da instituição prisional brasileira, mostrado no corpus analítico, ratifica o lugar social do bandido numa rede interdiscursiva do processo prisional punitivo e seletista e os já ditos dos processos do Mensalão e Operação Lava Jato que culminaram na prisão do ex-presidente Lula atualizam o acontecimento discursivo de quem é bandido e presidiário no Brasil.

Nesse jogo de reconfigurações discursivas, a estrutura intradiscursiva do político corrupto convoca sítios de significância que retoma os já ditos “Lula ladrão” e “bandido bom é bandido morto”. Neles, discurso e memórias são retomados reconfigurando o *ethos* de ladrão atravessado pelo discurso moralista do cidadão de bem e do discurso de ódio e exclusão de pautas da população carcerária brasileira no governo, bem como o lugar e quem são os bandidos que devem permanecer na cadeia sem oportunidade de reabilitação social.

Esses sujeitos que fazem parte dessa parcela carcerária são, portanto, excluídos e deixados para morrer, não se configuram como cidadãos e apresentam ameaça à nação brasileira. Essa rede discursiva se constitui pela memória social construída historicamente do sistema prisional segregador e seletivo e, dentro dessa estrutura, constrói um novo espaço de dizer atualizando o *ethos* de bandido e o *ethos* de político corrupto.

Referências:

ANUÁRIO de segurança pública. *População carcerária volta a aumentar, mas déficit de vagas diminui*: Fórum brasileiro de segurança pública. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-public>>. Acesso em: 01 out. 2022.

FAKE news disseminadas durante o pleito eleitoral brasileiro de 2018. *Apf checamos*, 2018. Disponível em: <<https://checamos.afp.com/nao-nenhuma-pesquisa-demonstrou-que-bolsonaro-tem-100-de-rejeicao-entre-os-presidiarios>>. Acesso em: 30 out. 2022.

COURTINE, J, J. *Análise do discurso político*: Discurso comunista ende-

reçado aos cristãos. São Paulo: Edufscar, 2014.

COURTINE, J, J. *Decifrar o corpo*: pensar como Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERNANDES, E, A. S; SOARES, T, B. Discurso da luta contra a violência: o porte de armas e os seus efeitos de sentido. *Entremeios*, 2020, v. 23. Disponível em: < <http://www.entremeios.inf.br/published/961.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014b.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: vozes, 2014a.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F; MITTMAN, S; FERREIRA, M.C.L. *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

INFOPEN. Levantamento nacional de informações penitenciárias. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ZlZWFM-NzktNjRlZi00MjNiLWZhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViM-DkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 30. out, 2022.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky Possenti, Campinas: Ponte, 1997.

MARIANI, B. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E, P. Ser diferente é ser diferente: a quem interessa as minorias. In: ORLANDI, E, P (Org). *Linguagem, sociedade, políticas*. Campinas: Rg editores, 2014.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: Formação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. *O discurso estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni. p. Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editora, 2015. p. 43-50.

PECHÊUX, M. Semântica e Discurso. *Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni. p. Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

SARGENTINI, V; CARVALHO, P, H, V. A vontade de verdade nos discursos: os contornos das fake News. In: CURCINO, L; SARGETINI, V; PIOVEZANI, C. *Discurso e (pós) verdade*. São Paulo: Parábola, 2021, p. 73-85.

SOARES, T, B. Discurso do sucesso: sentidos e sujeitos de sucesso no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, n 45, v. 3, p. 1082-1091, 2016. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/658>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SOARES, T, B. *Percuso linguístico: conceitos, críticas e apontamentos*. Campinas: Pontes, 2018.

SOARES, T, B. Uma análise dos dizeres sobre a voz de sucesso midiático. *Caderno estudos linguísticos*, v. 62, p. 1-17. Campinas: Unicamp, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8654477>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SOARES, T, B. *Percuso discursivo: Heterogeneidades epistemológicas aplicadas*. Campinas: Pontes, 2022.

PARTE VI

Elizangela Araújo dos Santos Fernandes
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins (UFT/ CNPq)

MÍDIA, DISCURSO E PODER: A ESPETACULARIZAÇÃO DA LEGÍTIMA DEFESA COM ARMAS NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO³⁹

Introdução

Esta é a lei. Mas se há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.

Clarice Lispector

A possibilidade de uma pessoa praticar uma conduta antijurídica, sem que essa seja considerada crime, é entendida como uma excludente de ilicitude presente nos artigos 23 e 25 do Código Penal Brasileiro de 1940. Esse mecanismo permite que, caso alguém pratique uma ação, normalmente, considerada um crime, não seja penalizado por ela. Assim, em situações nas quais há agressão, atual ou iminente, o cidadão pode utilizar os meios necessários para

³⁹ Uma análise dessa natureza foi empreendida na dissertação de mestrado sob o título: *Legítima defesa e violência: uma análise do discurso midiático sobre o armamento civil*, defendida em 2021, desenvolvida no Programa de Mestrado em Letras, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional e transformada em livro de minha autoria. Portanto, foram mantidos os dados e a própria análise.

se defender ou defender outra pessoa, estando resguardado pela legislação brasileira (MASSON, 2012).

Com base nesse dispositivo legal, a pauta sobre a flexibilização da posse de armas ganhou mais estofamento nos últimos anos, principalmente, nas propostas de governo do ex-presidente da república brasileira Jair Messias Bolsonaro, em 2018 (FERNANDES, 2021).

Sob esse prisma, a anuência para a flexibilização do porte e da posse de armas no Brasil obteve aderência de uma considerável parcela da população, tendo como base um contexto de altos índices de violência e ascensão do conservadorismo moral e político (CAVALCANTI, 2017). No entanto, o discurso da legítima defesa com armas transita por outros discursos, tais como o jurídico e o midiático e, assim, os sentidos são deslocados de um lado para outro (ORLANDI, 2015), mobilizando os dizeres da autoproteção com armas de modo a ressignificá-los, "tornando possível, assim, que um novo dizer se instaure no âmbito de um outro discurso" (BRAGA, 2020).

Por esse ângulo, diante do cenário de legalidade e ilegalidade sobre autoproteção e violência, justiça, vingança e morte, encontra-se o discurso midiático, com suas movências, deslocamentos e rupturas. Logo, consideramos, que, o jornal O Estadão, embora procure colocar em prática a objetividade na produção e na difusão da informação, tendo por princípio o pressuposto da neutralidade ou imparcialidade, percebemos que, em seu discurso jornalístico, os sentidos podem estar ocultos ou silenciados por meio de um processo de escolha, seleção e edição, de modo a nortear leitores conforme a visão seletiva dos interesses por trás dos processos de edição.

A partir do que se precede, investigar o discurso midiático é ressaltar "Esse verdadeiro ponto de partida, já se sabe, que não é o homem, o sujeito, a atividade humana etc., mas, ainda uma vez, as condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção" (PÊCHEUX, 2009, p. 168). Dito isso, perscrutar o porte e a posse de armas no Brasil por meio da mídia e essa através daqueles enquanto duas constantes discursivas – uma verso da outra – é necessariamente reconhecer as condições de produção dos sentidos da legítima defesa e, entre outras coisas, entender como o Estadão trabalha as redes de filiação do dizer. Pois, a mídia é uma instância reguladora que gerencia os discursos circulantes (SOARES, 2018a).

Tomando essa reflexão, para efeito de justificativa, a proposta

de investigação do discurso midiático sobre o armamento civil trata-se de considerar a compreensão da linguagem como processo de produção de sentidos capaz de “construir e modificar relações entre interlocutores” (MAINGUENEAU, 1997, p. 20), e, não apenas, como suporte para a transmissão da informação. Assim, este estudo segue um atravessamento teórico que incide sobre a produção e circulação dos discursos. Em outras palavras, objetivamos depreender como é posta em marcha a operação de práticas discursivas oportunizadas pelo trânsito de dizibilidades que, por sua vez, unem vários olhares sob o mesmo vértice: o dizer e os seus efeitos.

Diante disso, para que a nossa investigação alcance seu propósito sobre as construções discursivas produzidas acerca das propostas armamentistas do governo Bolsonaro, na mídia jornalística, apropriamo-nos do dispositivo teórico da análise do discurso francesa, fundado por Pêcheux na França, pois compreendemos a linguagem como processo produtivo, como assevera Orlandi (1988, p. 17), a linguagem é trabalho simbólico, o que corresponde a dizer que “[...] tomar a palavra é um fato social com todas suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc.”.

Assim, inseridos nessa perspectiva discursiva, inicialmente, nosso percurso apresenta como o poder disciplinar da mídia jornalística atua sobre os seus leitores através de algumas ferramentas de manipulação. Logo após, trazemos amostras de análises que compreendem os discursos sobre o armamento civil a partir de enunciados identificados no jornal O Estado de São Paulo, em 2018. Importa-nos esclarecer, que a escolha por esse veículo de comunicação dá-se pela repercussão de suas matérias jornalísticas a nível nacional. Quanto à seleção do ano da publicação da matéria investigada, fundamenta-se no período eleitoral destinado a candidatura à presidência da República e, conseqüentemente, na palavra em movimento; compreendendo a língua, o fazer sentido e a capacidade de significar (ORLANDI, 2015) na/pela mídia sobre a proposta armamentista da campanha de Bolsonaro. Diante dessas alegações, pontuamos que a análise dos trajetos do discurso do jornal, ora mencionado, mostra que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, porém é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas, ou seja,

reproduzidas (PÊCHEUX; FUCHS, 1997).

Diga-se, ainda, que esse estudo é extraído de uma pesquisa de mestrado, transformada em livro sob o título *Legítima defesa e violência: uma análise do discurso midiático sobre o armamento civil*. Desse modo, utilizamos dados do nosso corpus para a produção de um capítulo de livro, tendo em vista dar mais publicidade a pesquisa e para que esses dados obtidos atinjam um maior número de leitores.

O jornalismo: poder disciplinar

As práticas discursivas da mídia se constituem como espaço fortuito de produção de saber (FOUCAULT, 2009), de funcionamento de poder de evidência do discurso político e da fabricação de verdades. Afinal, a mídia, para ganhar adesão, utiliza-se de estratégias argumentativas com o intuito de influenciar o outro, envolvendo o enunciatário/auditório, em uma relação de poder (CHARAUDEAU, 2005). Para tanto, carrega entre muitas de suas marcas a espetacularização, pois "(...) há uma verdadeira "cultura do espetáculo" entranhada na sociedade (pós) moderna, que transforma tudo e todos em objeto de consumo midiático" (GREGOLIN, 2003, p. 14, aspas da autora).

Essa espetacularização atua através de mecanismos sensacionalistas e de sedução, promovendo um encontro entre o imaginário e o real, e, a partir disso, a mídia estipula padrões vigentes nos comportamentos das pessoas (RIBEIRO, 2006, p. 8), com a intenção de convencer à sociedade ao ditar "modelos de compreensão da realidade" (MARIANI, 1999, p. 112). Em outras palavras, "convencer é mais do que persuadir" (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 30), se considerarmos que os efeitos da aceitabilidade discursiva, diferentemente da persuasão, conduzem o enunciatário ao convencimento por meio da razão ou por bons argumentos, conduzindo-o a aceitar uma ideia ou admitir uma representação como realidade. Pois, a mídia é uma máquina ideológica de "mostrar a qualquer preço", do "tornar visível o invisível" e do "selecionar o que é mais surpreendente" (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel (CHARAUDEAU, 2012, p. 20, aspas do autor).

No bojo dessa reflexão, concordamos com Charaudeau (2006,

p. 63), quando afirma “Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro”. Outrossim, o poder da mídia incide sobre a informação, interpretação e opinião/posição de forma simultânea, sobre os modos de subjetivação e padronização do sujeito-leitor por meio de técnicas e estratégias de persuasão (EMEDIATO, 2008). Ela não veicula, apenas, os já-ditos (SOARES, 2015), mas, o seu produto noticioso influencia a forma de pensar e agir em sociedade e, para tanto, constrói e produz sentidos (e não apenas informam ou relatam fatos), como reitera Soares (2019, p. 20) “a mídia conserva a hegemonia ideológica em suas práticas discursiva”.

Em consonância com o exposto, constatamos que a mídia, ao veicular informações sobre a flexibilização do porte e da posse de armas em 2018, dilatou esse acontecimento, discutindo-o, transformando-o, retomando-o, classificando-o e selecionando-o por meio de manobras discursivas capazes de “se tornarem parte integrante das formações discursivas postas em marcha na circulação dos dizeres à incorporação por parte dos sujeitos” (SOARES, 2018a, p. 42). Em vista disso, é válido dizer que a informação, como um ato da linguagem, não possui transparência, mas, sim, apresenta sua opacidade singular “através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo” (CHARAUDEAU, 2012, p. 19), isso é válido para compreender os efeitos de poder que a mídia informativa desempenha na circulação dos discursos (SOUSA, 2012), na disseminação de saberes, de comportamentos e de sua própria utilidade.

Embora aparentemente inofensiva e ingênua, a mídia trabalha para a padronização do sujeito, por meio de técnicas discursivas, a exemplo do Jornal O Estadão, já que essas técnicas, contínuas e ininterruptas, são como um olhar invisível que é incorporado pelos sujeitos, que começam a se autovigiar e a vigiar os outros (FOUCAULT, 2005). Conseqüentemente, ocorre a disciplinarização dos leitores, muitas vezes, de forma imperceptível. São esses mecanismos de dominação que o poder, seja pela instituição midiática, social ou política, reelabora-se e organiza-se, adequando-se às condições em que é produzido. Nessa esteira reflexiva, não se pode olvidar que o poder produtivo é mais eficiente do que o poder repressivo (FOUCAULT, 2005), sendo tal poder positivo construído a partir do discurso. Em suma, o poder disciplinar opera por meio do discurso.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (FOUCAULT, 2005, p. 143).

Tomando essa reflexão sobre o poder disciplinar, ressaltamos a mídia que atua como “orientadora” e “formadora” de comportamentos. Assim, como a sociedade contemporânea necessita, cada vez mais, de informações a respeito dos acontecimentos, a influência da mídia se exerce, constantemente, tornando-se instrumentos de poder ao construir e produzir sentidos. Posto isso, é mister analisarmos algumas sequências discursivas veiculadas na mídia online, do Estado de São Paulo, para mostrarmos o funcionamento discursivo desse jornal, já que a grande mídia também impede/facilita a livre circulação do discurso, cuja produção acaba sendo “controlada, selecionada organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

Em análise: O Estado de São Paulo

Para o procedimento de análise, selecionamos uma matéria veiculada no ambiente virtual em 2018, e, assim, adotamos o critério de regularidade (FOUCAULT, 2008), que consiste em determinar “entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, uma ordem em seu aparecimento sucessivo” (FOUCAULT, 2008, p. 43). O critério de seleção foi, portanto, a discursivização do armamento civil que acabou por nos levar ao campo da política no qual a legítima defesa recebe algum tipo de comentários e/ou de avaliações. Assim, em 2018, localizamos, por meio desse expediente, a matéria de título: *1. Registro de armas cresce 280%; Bolsonaro promete decreto para facilitar posse.*

Dito isso, nas investigações dos enunciados trazidos à análise, observamos, a partir do texto jornalístico analisado, como diferentes sentidos são instaurados de forma a repercutir ideologias ou interesses e intervir nas decisões e nas relações da sociedade.

Figura 1. Manchete: O Estado de São Paulo



Fonte: O Estado de São Paulo (2018)

Veiculada na seção de política que constitui as condições de produção dos dizeres Registro de armas sobe 280%; Bolsonaro promete decreto para facilitar posse, essa é uma matéria emblemática no tocante a porcentagem mostrada a respeito do número de pessoas que compraram armas após a vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais. A construção e a leitura da imagem na matéria, sua produção de sentido de uma maneira geral, implicam em considerarmos as discussões trazidas pelo dito Bolsonaro promete decreto para facilitar posse. O deslizamento de sentidos provocado pela relação entre imagem e texto verbal, que resvala para a necessidade de procurar os serviços de um instrutor de tiro, passa por uma avaliação do sujeito leitor, que procura na imagem o seu reforço, sua confirmação. São os sentidos socialmente estabilizados da ideia de arma, proteção que são sobrepostos aos sentidos do armamento civil.

Ademais, o Estadão identifica-se com as formações discursivas da ideologia positivista, fundada na racionalidade, que remete à memória, ao senso comum: "os números não mentem jamais". Nessa matéria, a formação ideológica do jornal está ligada ao produzir sentidos, ou melhor, a definir concepções acerca do aumento do registro de armas. É via evidências pela ideologia, que o jornal Estadão ao fazer uso do item lexical *registro* carrega o pré-construído de legalidade, referindo-se ao aumento de aquisição de armas de fogo, dissimula outras possibilidades de sentido para o mesmo dado e isso

é chamado por Pêcheux de “caráter material do sentido, das palavras e do enunciado” (1988, p. 160), pois em seu sentido dicionarizado, o termo *registro* significa legalizar, assim, a escolha do título da matéria não é gratuita, mas arregimenta sentidos para ela e marca a posição ideológica da formação discursiva do jornal, posto que “no jogo de espelhos surgem efeitos de sentidos não cerceados pela determinação da leitura dada pelo título” (SOARES, 2018b, p. 43).

Em outros termos, a partir do sintagma nominal *registro*, processos discursivos desdobram-se na medida em que ele é significado. Essa denominação desencadeia um movimento de significação que mostra como “sob ‘o mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva” (PÊCHEUX, 2007, p. 53 – grifos do autor). Nessas condições de produção, *registro* está próximo da ideia convocada pela memória de legalidade, é “a palavra sob a palavra, uma sob a outra” (ORLANDI, 2017, p. 76) e, desse modo, o pré-construído instala-se entre as possibilidades dizíveis *reconhecer*, *legitimar*, *ratificar* (COURTINE, 1984).

No dizer do Estadão em *o aumento de registros está associado ao discurso do governo*, vemos que é preciso jogar com aquilo que não se inscreve linguisticamente no fio desse dito (DUCROT, 1987) pois, a produção enunciativa da mídia Estadão, no interdiscurso, ancora-se no pré-construído *no governo de Bolsonaro o porte de armas aumentará o índice de registros legais e isso fará com que o comércio ilegal de armas diminua*. Decorrente dessa filiação ao discurso armamentista, marcas incidem na matéria dizendo que há uma certeza quanto ao controle de registros de armas de fogo no governo do futuro representante do executivo nacional. Com essa inserção complementar de noções, depreende-se que a formação discursiva do jornal “aparece, então, inseparável do interdiscurso” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 241).

Nasquência *Este ano aumentou muito (a procura), está movimentado mesmo* o Estadão utiliza-se da voz do outro, o entrevistado, um instrutor de tiros, como estratégia de distanciamento, pois quer parecer imparcial e neutro através da heterogeneidade mostrada pelo discurso direto (AUTHIER-REVUZ, 2004). Isso aciona a credibilidade e confiança do leitor sobre a objetividade do jornal. Nas palavras de Hernandes (2006, p. 34), “o jornalista deve convencer o público de que permaneceu neutro [...] Cede-se a palavra a entrevistados, o que cria a

ilusão de situações ‘reais’ de diálogo”. Dito de outro modo, o jornal cria um afastamento entre si e o entrevistado e entre ele e o enunciatório, leitor do jornal, que vai crer no seu discurso de “imparcialidade”. Nessa direção, a não transparência da linguagem é percebida na influência que a informação visa causar através de seus mecanismos de efeitos de sentido consoante à matriz discursiva do armamento civil. Já que, através do “princípio de influência: todo o sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento” (CHARAUDEAU, 2005, p. 15).

Em *Bolsonaro promete decreto para facilitar posse* uma série de efeitos de sentido é alçada por esse dito nos quais se ostenta a promessa da posse como um atributo de Bolsonaro, por extensão do cargo que ele ocupará na sociedade e “produz sentidos de legitimidade de uma política garantista que evoca uma licença para matar, uma receita para diminuir à violência” (FERNANDES; SOARES, 2020, p.53). A promessa de um decreto para facilitar à posse de arma de fogo, do ponto de vista pragmático, já cumpre o que se pretende, pois o verbo em questão é ilocutório, isso, por si, cria o efeito de concretude do enunciado, isto é, sua realização. O discurso sobre o armamento civil na mídia está entrelaçado ao discurso político pelo pré-construído *futuro governo, promete decreto*. Bolsonaro, o *garantidor* da posse, ainda que somente descrito por presidente eleito, é um agente do armamento civil por ter, principalmente, em suas posições políticas sua respectiva autoridade para mudar o Estatuto do Desarmamento por decreto e por “consentir” a mídia dele fazer propaganda.

Mas não é só isso, que nos chama atenção, também, a repetição do nome da personagem do armamento sobre quem a notícia trata, Bolsonaro, uma vez que “A repetição é um procedimento que serve a mais de uma finalidade, mas, sem dúvida, parece servir a esta: a clareza da interpretação” (POSSENTI, 2001, p.101). Como mecanismo textual, a repetição é um dos muitos traços de coesão de um texto capaz de lhe dar clareza. Se no título da matéria o veículo midiático utiliza apenas o sobrenome *Bolsonaro* e, em seguida, o verbo prometer, no corpo da matéria, vemos o cargo que Bolsonaro ocupa em *o presidente eleito Jair Messias Bolsonaro*, seguido da locução verbal *pretende garantir*. Repetir é também, a um só tempo, uma forma de criar lugar de memória no discurso e atualizá-la. Por Jair Messias Bolsonaro ser retomado uma

vez, de maneira completa, e quatro vezes, de maneira parcial, através de seu sobrenome, podemos acreditar que seu lugar na memória do discurso do armamento está consolidado.

Desse modo, apresentar a porcentagem parece ser relevante para o Estadão, sobretudo, pelo fato de esse acontecimento estar ligado a proposta de governo de Bolsonaro. Em outras palavras, é nesse lugar que reside a personagem do candidato a presidente, o aparente mentor do armamento civil. Avançando um pouco mais, garantir a posse de armas para todos os civis é um divisor de águas depois do estatuto do desarmamento, do ponto de vista ideológico, ao expressar implicações como: somente de Bolsonaro que foi um militar e conhece o alto índice de violência e insegurança no país, poderá lutar pela defesa da autoproteção, o que traz para a cena o status de legitimado para combater essa violência através da legítima defesa, isso pode ser comprovado em *o argumento do futuro governo é garantir a legítima defesa ao cidadão*.

Faz-se necessário perceber, ainda, a lógica que se materializa no enunciado *Na prática, todo cidadão pode pedir a posse à Polícia Federal, se cumpridos alguns requisitos, como ficha criminal limpa e exames de aptidão*, esse dito permite-nos formular, através do recurso da paráfrase, os enunciados: “A posse será, apenas, de alguns”. O emprego desse recurso parafrástico sobre a superfície linguística do enunciado produz um significante, a partir do qual se pode tomar o decreto como critério de inclusão- exclusão do sujeito que pretende ter a posse de armas de fogo⁴⁰, já que alguns requisitos são necessários para essa obtenção da posse como ficha criminal limpa e exame de aptidão psicológica. Podemos identificar uma formação discursiva de dependência/obrigação prévia que pode ser mapeada por meio de marcas como se cumpridos, construindo o sentido de restrição.

Vejamos que o encadeamento de efeitos de sentido perpassa o texto todo reconstituindo, dessa maneira, traços do interdiscurso, do qual o texto é um índice material (PÊCHEUX, 1988; ORLANDI, 2003). É por meio da inscrição dos efeitos de sentido no interdiscurso que observamos o desempenho do discurso midiático do armamento

40 *Uma pistola Taurus Cal. 9mm G2C CAFO – Carbono Fosco custa R\$ 4.300. Portanto, a exclusão para a posse de armas não se restringe, apenas, aos requisitos legais a serem cumpridos, todavia verificamos que apesar de poder ser concedida essa posse de armas, a maioria dos brasileiros não tem condições financeiras de obter o artefato arma para a sua “legítima defesa”.*

em se cumpridos alguns requisitos, como ficha criminal limpa e exames de aptidão.

O efeito de possibilidade, instaurado pela partícula condicional se compõe um plano de enunciação em que se transmite um juízo, ao mesmo tempo em que se resguarda de seus prováveis complicadores, já que asseverar, em um veículo midiático, que a posse de armas seria totalmente liberada, sem alguns requisitos, pode ser entendido como um ataque direto ao Estado Democrático de Direito e as suas instituições.

Nesse caso, o comprometimento dos responsáveis pela matéria convoca seus leitores a posicionarem-se a favor do já expresso no título, *Bolsonaro promete decreto para facilitar a posse*. Em outras palavras, o sutil efeito de convocação mobiliza as bases da formação discursiva do jornal, pois Bolsonaro promete facilitar, mas os requisitos de posse dependem da liberação da *Polícia Federal*, ou seja, o expediente retórico-discursivo ao utilizar o verbo *facilitar* e, depois, estender a efetiva consolidação à *Polícia Federal* e aos que apresentarem os requisitos, mostra que o regime de assujeitamento é quase ilimitado a ponto de imputar aos que desejam possuir uma arma a responsabilidade pela entrada em vigor do decreto.

Diante desses elementos, pode-se afirmar que, para o discurso midiático, Bolsonaro realmente faz a diferença no discurso do armamento, porque não fosse a diferença das propostas de governo como em *promete decreto*, a posse de armas não seria permitida, embora com restrições. Os dizeres sobre a mudança no Estatuto do Desarmamento marca o posicionamento ideológico meritocrático da formação discursiva do jornal e, ao mesmo tempo, compõem a encenação do efeito de esclarecimento. No engendramento desse efeito, a contradição perpassa o texto na sua constituição argumentativa, visando a fundação enunciativa de um espaço heterogêneo, posto que "A contradição parece mais próxima das exigências da democracia. Entretanto, ela não está isenta, nesse imaginário midiático, de efeitos perversos, dentre os quais a neutralização e o bloqueio argumentativo" (CHARAUDEAU, 2006, p. 198).

Nesse traçado, uma das consequências discursivas é a projeção do efeito de esclarecimento "mostrando as duas faces da mesma moeda", que é posta em movimento pelo Estadão ao mostrar o ponto de vista de alguns entrevistados como o dizer de Danilo Alves em *Sempre*

tive receio de sofrer alguma invasão residencial. Uma arma traz um conforto psicológico. A discursividade, portanto, produz a passagem da emissão de opinião do veículo midiático à narração, de maneira a engendrar os efeitos de sentido orientados pela formação discursiva do jornal. Contudo, no próprio plano argumentativo, desafia-se a rede sobre a qual o discurso do armamento se mantém o mesmo propagandístico da figura de Bolsonaro como o único, naquele momento, que poderia alterar a lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Algumas considerações

Através dos gestos de leitura, aqui empreendidos, compreendemos a construção dos discursos do armamento civil no jornal O Estadão, que, por sua vez, em certa medida, representa os sentidos do discurso da legítima defesa circulantes no cenário nacional, por meio de mecanismos linguísticos, textuais e discursivos empregados no texto em análise. Ademais, a partir da análise das sequências discursivas, verificamos como o Estadão seleciona e, também, utiliza recursos de apelo para manipular (SOARES, 2018a) seu enunciatário/leitor constituído, que movem e direcionam os leitores a determinadas interpretações, seja a informação transmitida de maneira direta, indireta, parcial ou imparcial.

Outrossim, durante essa investigação, observamos que, desde a escolha da pauta à circulação da matéria, toda a cadeia produtiva do jornal O Estado de São Paulo passa pelo crivo do gesto interpretativo sobre o que deve (ou não) ser textualizado como forma de significação sobre a atualidade (DELA SILVA, 2008).

No funcionamento do discurso, textualizado nesse jornal, pudemos observar que ele traz para o seu discurso, a voz de um especialista em tiros. É a voz da autodefesa/segurança que fala pelo/ no especialista, autorizado/legitimado a dizer sobre. Nessa busca de criar o efeito de verdade, o discurso direto é mobilizado para dar suporte aos argumentos do jornal, e, com isso, fortaleceu o seu discurso de "imparcialidade".

O Estadão, ainda, criou um efeito de distanciamento ao recorrer ao "outro" para dar voz, ter credibilidade e continuar com o "mito" da "neutralidade", o que lhe confere veracidade e, desse modo, não deixou de assumir, portanto, uma aproximação com o

posicionamento autoritário (MARIANI, 1996). Para tanto, teceu seu discurso, ancorado em suas ideologias e nas de seu público-alvo. E, assim, verdades ideológicas foram produzidas, atendendo aos seus interesses, seja interferindo, modificando e questionando o poder dos jogos não transparentes dos enunciados.

Por esse viés, nosso estudo descreveu e interpretou como os modos de discursivizar a legítima defesa constituem-se, estruturam-se e reproduzem sentidos tendo, nas práticas discursivas midiáticas do Estado de São Paulo, em 2018, um espaço constituído de materialização de ideologias. Desse modo, o que é dito, exibido e fotografado pela mídia não surge do acaso, pois a formação de opinião é um dos maiores interesses dela com o intuito de fazer o seu discurso prevalecer.

Referências:

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BRAGA, Sandro. O MEME NA ESCOLA: QUANDO LER E ESCREVER FAZEM SENTIDO. In: BUTTURI, JÚNIOR, Átilio. BRAGA, Sandro; SOARES, Thiago Barbosa (Org.). *No Campo Discursivo: teoria e análise*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Ed.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. (p. 11-27). Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. – 2ª ed. – Trad. Fabiana Komesu et. al. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; autores Helson Flávio da Silva Sobrinho... [et al.]. *Linguagem discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos*. Maceió: EDUFAL, 2017.

COURTINE, J. Définitions d'orientations théoriques et méthodologiques en analyse de discours. *Philosophiques*. v. IX, n. 2. Paris, 1984.

DELA SILVA, Silmara. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Campinas, SP, 2008. 225f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2008.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

EMEDIATO, Wander. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In: PROENÇA, Gláucia Muniz; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (Org.). *Análises dos discursos hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1, p. 71-91.

FERNANDES, Elizangela Araújo dos Santos. *Legítima Defesa e violência: uma análise do discurso midiático sobre o armamento civil*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional - TO, 2021.

FERNANDES, Elizangela Araújo dos Santos; SOARES, T.B. Discurso da luta contra a violência: O porte de armas e os seus efeitos de sentido. *Entremeios*. Volume 23. Ed. Especial, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

GREGOLIN, M. R. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. de Freda Indursky. Campinas: Pontes; Ed. da Unicamp, 1997.

MARIANI, Bethânia. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Campinas, SP, 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1996.

MARIANI, Bethânia. A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MASSON, Cleber. *Direito Penal esquematizado*. Parte Geral. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Leitura*. Campinas, SP: Cortez, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12ª edição. Campinas, SP: Pontes editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. – 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C.A. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Péricles Cunha. 3ª ed. Campinas - SP: Ed. UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. -4ª ed.-, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIBEIRO, Marislei Silveira. *O Discurso Midiático na Construção da Identidade da Mulher: Um olhar sobre a Teoria de Patrick Charaudeau*. Trabalho apresentado ao Seminário de Temas Livres em Comunicação do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília, 2006. Disposto em < <https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1521-1.pdf> >. Acesso em 8 de out. de 2021.

SOARES, Thiago Barbosa. *Discursos do sucesso: a produção de sujeitos e sentidos do sucesso no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2015.

SOARES, Thiago Barbosa. *Vozes do Sucesso: Uma Análise dos Discursos sobre os Vícios e Virtudes da Voz na Mídia Brasileira Contemporânea*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2018a.

SOARES, Thiago Barbosa. *Percursos linguísticos: Conceitos, críticas e apontamentos* – Campinas, SP: Pontes Editores, 2018b.

SOARES, Thiago Barbosa. Teoria crítica e Análise do Discurso: a mídia como objeto comum. *Revista Porto das Letras*. Vol. 05, Nº 01. 2019.

SOUSA, Cristiane Pereira de Moraes. Discurso e mídia: as relações de poder nas/das revistas. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 41 (3): p. 926-935, set-dez 2012.

PARTE

VII

Evandro Paschoalino
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Daniel Perico Graciano
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar / CNPq)

O QUE SE DIZ E COMO SE FALA PARA CALAR A VOZ DOS TRABALHADORES?

DISCURSOS DA IMPRENSA PAULISTA SOBRE A FALA PÚBLICA POPULAR

Introdução

É pouco provável que um membro das classes mais empobrecidas e marginalizadas da sociedade brasileira passe pela vida sem sofrer a dor e a violência de ouvir um “Cala a boca!” ou sem sofrer o pungente constrangimento de escutar algo como “Você não entende nada!”. Dada a frequência e força da circulação de discursos opressivos como esse, não é raro que as próprias que integram essas classes pensem ou digam: “Eu não sei falar direito”, “Eu falo tudo errado” ou “Eu não sei falar português”.

Nos discursos que difamam a linguagem popular, esse estigma relacionado à “expressão” tende a se correlacionar com uma deformidade de “conteúdo”⁴¹.

⁴¹ *Optamos por usar o par “expressão” e “conteúdo” ao invés de “forma” e “conteúdo”, já que há forma de expressão e forma de conteúdo (HJELMSLEV, 2019). Tanto a expressão quanto o conteúdo têm matéria, forma e substância. A matéria da expressão é o contínuo de sons, ainda sem forma, a matéria-prima da palavra. A forma da expressão molda os sons (a matéria), a partir da articulação do trato vocal. A substância da expressão é o resultado da formação da matéria, os sons das palavras já “prontos”. A matéria do conteúdo é um tipo de pensamento ainda sem forma, que,*

Esses discursos reiteradamente afirmam que os sujeitos das classes populares não têm o que dizer nem sabem como falar.

Conforme já fora indicado por uma série de estudiosos do discurso, entre os quais destacamos David (1985 e 2013), Farge (2009) e Piovezani (2020), e conforme pudemos reiterar aqui, os estigmas sobre a voz do povo ultrapassam as barreiras do tempo e as fronteiras do espaço. Da Antiguidade aos dias atuais, em diversos campos discursivos, em gêneros discursivos bastante distintos e mesmo em diferentes posições ideológicas, setores médios e elites tentaram privar o povo de seu direito de fala.

No período que abrange a antiguidade clássica e a Idade Média, essas tentativas tiveram o auxílio de compêndios de retórica e de manuais de oratória. Dos Aristóteles aos aristotélicos⁴², muito foi prescrito e até mesmo condenado no que concerne à fala das camadas mais populares. Entre essas obras, podemos mencionar, por exemplo, a *Arte Retórica* e a *Arte Poética* de Aristóteles (século IV a.C), *Institutio Oratoria* de Quintiliano (século I d.C) e o anônimo *Rhetorica ad Herennium* (80 a.C), como algumas das principais obras que abordam retórica e oratória na antiguidade; já na Idade Média, Tomás de Aquino escreveu a *Summa Theologiae* (1273), que prescreve, em muitas passagens, formas de falar e condena a fala popular.

Mais tarde, a emergência de um certo tipo de imprensa alterou de maneira significativa a história da humanidade, ela permitiu que as pessoas compartilhassem informações e ideias em larga escala. A imprensa não foi inventada no período de transição da Idade Média para a Modernidade, ela é, antes, produto de uma série de desenvolvimentos tecnológicos que começa há milhares de anos, quando as pessoas começaram a escrever em tábuas de argila na Mesopotâmia, no Egito e em outras partes do mundo antigo. Mas a imprensa, como a conhecemos hoje, começou a surgir no século XV,

em cada língua terá um nome diferente. Por exemplo, sabemos como é a cor vermelha, ela está no sangue, na rosa e na cereja. Em português falamos "vermelho", mas os ingleses falam "red" e os franceses "rouge". No entanto, a cor é mais ou menos a mesma, a matéria desse pensamento é a mesma, mas em cada cultura há diferentes pensamentos associados a ela. A matéria do conteúdo é formada quando ganha um sentido, a palavra "vermelho" designa a cor que posso ver no sangue e na cereja. A matéria formada do conteúdo se torna substância.

42 Tomás de Aquino é um dos responsáveis pela redescoberta do pensamento de Aristóteles na Baixa Idade Média, rompendo com o neoplatonismo, de pensadores como Agostinho de Hipona.

na Europa (McLUHAN, 1969). Em 1440, Johannes Gutenberg introduziu a prensa de tipos móveis, que permitia a impressão rápida e barata de livros e folhetos. Isso foi um grande avanço, pois até então os livros eram escritos à mão, o que os tornava muito caros e difíceis de encontrar (McLUHAN, 1969). Com o tempo, a imprensa se tornou cada vez mais sofisticada.

Foram desenvolvidas novas técnicas de impressão, como a litografia e a impressão a cores. E surgiram novos meios de comunicação, como os jornais, revistas e livros.

Com o desenvolvimento da imprensa, as prescrições e julgamentos a respeito da fala popular também estariam impressas nas páginas dos jornais. No Brasil, assim como em várias partes do mundo, os jornais tinham uma postura elitista, que menosprezava a voz do povo. Durante praticamente todo o século XIX e ainda no século XX, a imprensa brasileira reforçou esses estigmas por meio do seu silêncio em relação às vozes populares e de suas recomendações sobre o que seria considerado ou não eloquente, desvalorizando, assim, a expressão dos membros e porta-vozes das camadas mais populares. Isso era, frequentemente, feito por meio da seguinte crença: uma vez que o bem falar, o expressar-se com elegância e com eloquência estariam assentados na moral e nos bons costumes e, ainda, no compromisso com a razão e com a verdade, os distintos oradores alçavam-se como guias, como eleitos, que estariam preocupados com o progresso coletivo (DURAN, 2013).

Considerando esses e outros fenômenos e fatores dessa longa história de discriminações, pretendemos neste capítulo descrever e interpretar discursos sobre práticas dessa fala pública de membros das classes populares materializados em enunciados que circularam pela imprensa paulista nas primeiras décadas do século XX. Com base no exame de alguns elementos das condições de produção do ano de 1917, em que houve grande efervescência política e emergiu a conhecida Greve geral, buscamos identificar o que foi dito por enunciadores de dois jornais paulistas sobre os desempenhos oratórios populares e como foram formulados os enunciados a seu respeito. Para isso, fundamentamos nosso trabalho em postulados da Análise do discurso materialista, assim como em contribuições oriundas da História das ideias linguísticas. Mais precisamente, nos apropriamos de seus postulados, noções e recursos metodológicos,

para responder a questões como as seguintes: o que falam os textos dos jornais *Correio Paulistano* e *A Plebe*, representantes, respectivamente, do campo conservador e do progressista, sobre as performances oratórias dos membros da classe operária? Há ou não distinção entre as coisas ditas a respeito das falas públicas dos operários e o que se diz sobre as intervenções das lideranças sindicais e dos intelectuais dos movimentos trabalhistas? Como são formulados esses enunciados que tematizam os desempenhos oratórios de trabalhadores e de seus representantes? Quais são as memórias retomadas, reformuladas e/ou apagadas na constituição de tais enunciados, quando se trata formulações oriundas de veículos da imprensa paulista? Com vistas a responder a essas e outras indagações, analisamos enunciados extraídos dos referidos jornais, examinando suas edições publicadas entre junho e julho de 1917.

Capital, trabalho e linguagem: pensamentos e práticas do liberalismo e discriminação da fala popular

A intensidade e a extensão, a frequência e a pujança desses discursos que menosprezam e reprimem a fala da maior parte da população indicam um consenso que - ora mais manifesta, ora mais tacitamente - pretende negar aos trabalhadores o direito de se manifestar publicamente para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida. Já em circunstâncias nas quais a resistência proletária consegue romper essa imposição do silêncio, entra em cena outro recurso do poder: diante das falas populares que denunciam as opressões e reivindicam uma vida melhor, os discursos hegemônicos dedicam seu foco à "forma" supostamente deformada do que elas dizem, para enfraquecer ou até mesmo apagar aquilo que é dito. Assim, a voz do povo enfrenta muitas dificuldades para se manifestar e, quando a supera, se depara com outras tantas, que a desvalida e a deslegitima. Tudo se passa como se, de tanto desagradar os ouvidos burgueses e aristocratas e ainda daqueles que se identificam com as práticas e representações desses grupos, a fala operária não merecesse ser ouvida.

O período de ascensão dos ideais liberais, no século XVIII, não alterou a forma de tratamento dado aos membros das classes populares. A transição do capitalismo mercantil para o liberalismo

ocorreu ao longo do século XVIII e XIX, principalmente, no hemisfério Norte. O capitalismo mercantil se baseava no comércio e na acumulação de riquezas através da exploração colonial e do monopólio de comércio com as colônias. Naquele período, os trabalhadores eram escravizados. As atividades econômicas eram reguladas pelo Estado, que impunha tarifas e regulamentações para proteger os interesses dos comerciantes e da elite dominante. Com o tempo, os mercantilistas começaram a perceber que as restrições comerciais e o controle estatal dos mercados limitavam o crescimento econômico e a liberdade individual. Novas ideias surgiram, defendendo a liberdade econômica, a livre concorrência e a propriedade privada, o que impulsionou a transição para o liberalismo. O liberalismo propunha a redução do papel do Estado na economia, a eliminação de barreiras ao comércio e a promoção da livre concorrência entre os produtores. Essas mudanças foram fundamentais para o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento capitalista, que foi caracterizado pela industrialização e pela expansão do mercado.

Com o liberalismo, os indivíduos foram autorizados a buscar seus próprios interesses econômicos sem a interferência do Estado. Isso incluía o direito de comprar e vender livremente, o direito de estabelecer empresas e competir com outras empresas sem restrições governamentais, e a possibilidade de escolher onde trabalhar e em que condições. Embora a transição para o liberalismo tenha levado à abertura de novas oportunidades econômicas para muitos, também criou novas desigualdades e injustiças sociais.

Por exemplo, a desregulação econômica e a ausência de proteção trabalhista e ambiental permitiram a exploração dos trabalhadores e a degradação do meio ambiente. Além disso, a liberdade econômica não era acessível a todos, já que a propriedade e o capital eram concentrados nas mãos de uma elite econômica.

Apesar da significativa mudança de forma de governo, do fim do absolutismo e até mesmo do fim da forma de *acumulação primitiva do capital*⁴³, que passava da escravidão para a forma clássica de exploração

43 O conceito de *acumulação primitiva* é central para a análise de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo. Ele se refere ao processo histórico de expropriação dos camponeses e artesãos das suas terras, meios de produção e recursos naturais, que ocorreu na Europa Ocidental a partir do século XVI. Esse processo foi necessário para criar as condições materiais e sociais para o surgimento do capitalismo industrial. Marx argumenta que a *acumulação primitiva* envolveu a separação dos produtores dos meios de produção e a concentração da propriedade em mãos

da mais-valia⁴⁴,

os preconceitos contra a voz do povo nunca deixaram de se fazer presentes e muito atuantes, fosse pelo veemente repúdio à linguagem popular fosse pelo apagamento de seus dizeres.

De modo geral, os trabalhadores nunca deixaram de ser condenados ao mais absoluto silêncio através dos estigmas que lhes foram atribuídos e das violências que sofreram. Eventuais, importantes, mas insuficientes absolvições dessa condenação não foram feitas pelos elegantes júris burgueses e aristocratas, mas conquistadas com sangue, suor e lágrimas nas lutas e nos levantes das vozes populares.

O menosprezo pelas formas de expressão popular tende a ser assegurado pela posse não apenas dos capitais econômicos, sociais e culturais, mas também dos meios privilegiados de produção e de circulação discursivas que se concentram nas mãos de poderosos e contemplados. Nesse menosprezo, são detratadas a língua, a fala e a voz populares: *grosso modo*, a língua estaria eivada de incorreções, a fala, de agressividade, e a voz, de propriedades desagradáveis. Além da língua, da fala e da voz populares, os corpos das operárias e dos operários também são apontados como fonte e lugar de violência e bestialidade. Assim, discursos e práticas dominantes procuram reduzir e, por vezes, até mesmo negar a condição humana dos sujeitos lançados e mantidos na pobreza. A tentativa consiste em recusar o fato de que “todo ser humano é um corpo falante e esse corpo é um lugar de fala por excelência”.

A presença de um nosso semelhante é pulsão, promessa, projeto e performance da palavra. Já o sustentamos em outro texto

dos capitalistas. Isso foi feito através de diversos meios, tais como a privatização de terras comuns, a expulsão dos camponeses das suas terras e a criação de leis que tornavam a posse de terras e recursos naturais exclusivas de uma classe proprietária. Outro aspecto da acumulação primitiva foi a colonização e a escravização de povos indígenas e africanos, que foram forçados a trabalhar em plantações e minas em condições de trabalho extremamente precárias.

⁴⁴ *Mais-valia (ou mais-valor) é a diferença entre o valor criado pelo trabalho dos trabalhadores e o salário que eles recebem. Na produção de bens e serviços, os trabalhadores utilizam sua força de trabalho para transformar matérias-primas em produtos acabados. Esse processo cria um valor que é maior do que o custo da força de trabalho do trabalhador. Por exemplo, se um trabalhador produz um produto que vale \$10 e recebe um salário de \$2 por hora, então a mais-valia é de \$8 por hora. Para Marx, a mais-valia é a fonte de lucro para os capitalistas. Eles compram a força de trabalho dos trabalhadores por um determinado valor (o salário) e vendem o produto final por um valor maior, o que resulta em lucro. Isso acontece porque o valor do produto final inclui não apenas o custo da força de trabalho do trabalhador, mas também a mais-valia que é extraída do trabalho dos trabalhadores.*

(PIOVEZANI, 2023). Tudo isso se torna ainda mais latente, forte e manifesto com a emissão da voz humana e com a atualização dos atos de fala. Linguistas e filósofos nos ensinam que a voz humana, mesmo quando ainda não articulada sob a forma da fala, já não é mais mero ruído da natureza nem mais rumor bestial. Sua projeção é imediatamente o sinal de um corpo falante, de um ser que pensa, sente e tem algo a dizer.

A emissão vocal humana consiste no signo ontológico e histórico de um ser semelhante, de um outro como o eu, porque esse outro não é somente um corpo, mas, um ser humano, cuja voz indica seu querer, seu saber e seu poder dizer algo. Esse outro como um outro eu é, ao mesmo tempo, um corpo e um espírito, é matéria e linguagem constitutivas de uma mesma entidade. Isso, por sua vez, compromete a divisão metafísica entre natureza e cultura, entre a aparência e a materialidade carnal, de um lado, e a essência e a intangibilidade anímica, de outro.

Sabemos que essa divisão é fundamental para a possibilidade de reduzir o outro humano a elemento da natureza, a pedaço da carne mais barata do mercado ou, ao menos, a ser inscrito em posição inferior de uma hierarquia em cujo topo se situam aqueles que falam com o refinamento de suas almas e espíritos e através de seus corpos brancos, burgueses e bem nutridos.

Disso deriva a obsessão dos poderes opressores pela depreciação e pela interdição dos corpos e dos atos de fala de oprimidos, explorados, perseguidos e marginalizados. Todos os corpos são constituídos por marcas de raça e de classe, de sexo e de gênero, de tempo e de espaço. Com base nessas marcas, os privilégios de uns poucos e o abandono de milhões foram instaurados e continuam a ser reproduzidos. Apesar de muitas e profundas transformações históricas e sociais e das importantes, mas, ainda insuficientes, conquistas igualitárias, obtidas a duríssimas penas, essas marcas persistem a reatualizar o abismo que separa eleitos e rebaixados.

Detratar o corpo, a voz e a fala destes últimos é passo crucial no propósito de não lhes reconhecer devida e integralmente sua própria condição humana (PIOVEZANI, 2023). Uma das principais razões pelas quais os opressores mantêm estigmas sobre o desempenho oratório e outras práticas linguísticas do povo é a recusa em reconhecer a humanidade do outro. Isso pode ocorrer para manter privilégios de

fala ou para menosprezar, silenciar e excluir indivíduos marginalizados. Essa forma discriminatória é ampla e profunda, pois os sujeitos são reduzidos a seus corpos e tratados de forma desrespeitosa e desumanizada.

Discursos sobre a fala popular no Correio Paulistano e em A Plebe

Ao retraçarmos certos fatos e aspectos das condições históricas de produção da greve Geral de 1917, acontecimento a partir do qual surgiram os enunciados formulados e veiculados pelos jornais o *Correio Paulistano* e *A Plebe*, nos deparamos com aquilo que consideramos como um dos alicerces para um agravamento dos menosprezos e preconceitos sobre a voz do povo: a atribuição de sua condição animalésca. Esse preconceito não se manifesta apenas nas coisas ditas sobre a linguagem popular, mas também em práticas de silenciamento e de apagamento, que buscam deslegitimá-la ou calá-la.

A desumanização daqueles que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver é um elemento recorrente no discurso que produz uma prática de distanciamento desses homens e dessas mulheres da condição operária de uma civilização idealizada pelos liberais. De modo análogo ao que vimos acontecer em vários momentos da Antiguidade e da Idade Média, o pensamento liberal já na Modernidade ainda sustenta a ideia de que as pessoas carregam consigo um destino dado pela própria natureza e pela esfera divina.

As condições distintas entre os sujeitos de classes e grupos sociais diversos derivavam de uma determinação natural: "a relação é a que subsiste entre um superior e um inferior perpétuo" (LOSURDO, 2006, p. 139). Assim, a desigualdade social produzida pela política também se sustentava no discurso religioso, que afirmava que as posições sociais ocupadas pelos sujeitos provinham da "condição em que Deus os colocou". Porém, não bastava essa defesa do fundamento divino das terríveis desigualdades, era necessário ainda que os próprios desfavorecidos acreditassem na sua "natural" condição natural de desgraça.

Considerando as especificidades e os agravantes de nossa história e de nossa sociedade, particularmente, em relação a esse aspecto do rebaixamento real e imaginário da linguagem popular, no Brasil esses processos e condições da deslegitimação e do silenciamento da voz do

povo foram, em larga medida, reproduzidos e intensificados. Impostos a condições desumanas, escravizados e mesmo trabalhadores mais ou menos livres sofriam, por aqui, violências atrozes de todo tipo e, evidentemente, censuras à informação e à manifestação. A tardia gênese da imprensa no Brasil não foi uma condição natural e carrega consigo esse terrível lastro da história brasileira.

A estratégia de dominação da metrópole portuguesa compreendia a busca pelo total silenciamento da informação, fosse das notícias relativas a seu próprio território fosse daquelas a propósito dos eventos externos. Essa também era a política sobre qualquer obra que pudesse chegar ao Brasil. Livros e jornais tinham de passar pelo mesmo crivo: o da censura. A produção e a reprodução propositais de certa ignorância da maioria da população figuravam entre as maiores armas da Coroa portuguesa para sua manutenção, cujos usos e efeitos compreenderam sua queda bastante demorada.

Entretanto, foi ainda nos últimos suspiros da monarquia que os princípios da imprensa no Brasil, efetivamente, começaram a se estabelecer, da mesma forma como ocorreu o início das organizações trabalhistas. Não por acaso, foi preciso que o modelo escravocrata, com eventuais presenças de um sistema feudal, fosse substituído pelo republicanismo para que a luta de classes passasse a ser vista com maior clareza. Da senzala para as favelas, da plantação para as fábricas, os trabalhadores cada vez mais se reconheciam como classe explorada.

Aqui, soma-se a chegada de trabalhadores europeus no Brasil, cujas formação, vivência e cultura já se identificavam no Velho Continente com uma luta amparada por ideias emancipatórias, em que pese o fato decisivo da série de importantes e aguerridas lutas e práticas de resistência empreendidas por escravizados negros e indígenas, desde o período colonial.

Particularmente, na segunda metade do século XIX, assistimos a um conjunto significativo de modificações nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais. Muitas dessas modificações derivaram da consolidação mais ou menos tardia dos legados das Revoluções do final do século XIX, como a Francesa e a Norte-Americana. A seu modo e bastante tímida e seletivamente, alguns ecos de certos valores e ideias revolucionárias aportaram no Brasil. Com uma economia industrial em desenvolvimento e um interior repleto de recursos

naturais, a classe burguesa, aos poucos, ascendia ao poder político na sociedade brasileira sem a necessidade de grandes rupturas. Como que em um governo de transição, o Brasil passou a ter um modelo político que se abria à industrialização e aos investimentos privados.

Nesse processo, a imprensa passou a ser mais um desses setores em que a classe burguesa investiu e logo se instalou sem que isso significasse uma ampla e efetiva mudança na liberdade de informação. Tão logo ela fora instalada, a imprensa serviu às classes dominantes, que compreendiam aristocracia antiga e nova burguesia, para perpetuar seus interesses. O domínio econômico e político foi, então, atrelado ao poder, diríamos hoje, midiático.

A acumulação do capital feita às custas da exploração do trabalho escravo se apropriou do poder da informação. Em larga medida, tudo era concentração de poder e monopólio de informação conjugados. O cenário, portanto, era extremamente adverso a quem não pertencia ou não era beneficiado pelos grupos de poder. Ainda assim, nessas condições profundamente desfavoráveis, surgiram movimentos de resistência, que, dentro de seus limites, mas com grande coragem e senso coletivo, conseguiram se apropriar de alguns dos instrumentos da imprensa da época.

O advento da imprensa operária no Brasil se deu, em boa medida, pelas mãos de intelectuais que almejavam melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Inicialmente, sua produção mais representativa *era a de folhetins* que tinham como objetivo conscientizar homens e mulheres sobre a exploração de que eram vítimas. Nomes como Edgard Frederico Leuenroth e Astrojildo Pereira fazem parte da história dessa luta por melhores condições de vida e pelas construções de espaços e de circunstâncias para a organização dos trabalhadores.

Trabalhadoras e trabalhadores puderam se organizar a partir das mudanças econômicas ocorridas no final do século XIX e no começo do século XX. Aos poucos, o país assistia a uma importante transformação demográfica: contingentes cada vez maiores deixavam os campos das zonas rurais e formavam grandes concentrações de pessoas nos recentes centros urbanos. São Paulo se transforma, rapidamente, em um polo industrial com uma diversidade cultural nunca vista em todo o país. Podemos observar que há nesse processo uma conjunção entre a dimensão econômica e as esferas sociais,

políticas e culturais. A esse emaranhado de fatores decisivos para a construção de massas trabalhadoras com crescente consciência de classe e ora mais ora menos organizadas soma-se a conjuntura encontrada em nível mundial.

O continente europeu tinha, então, sua condição de grande polo industrial do mundo ameaçada e bastante limitada em razão da Primeira grande guerra que entrincheirava, principalmente, a parte ocidental da Europa. Naquelas circunstâncias, as potências mundiais tiveram que recorrer às periferias do grande capital. Com isso, o Brasil passava a ser, agora, um exportador importante. O vigor econômico e o crescimento infraestrutural das grandes cidades em nada se assemelhavam com as miseráveis condições em que viviam aqueles que dispendiam sua força de trabalho na produção das riquezas. Essa força de trabalho era subjugada e os trabalhadores encontravam grandes dificuldades para sobreviver e, ainda, maiores impedimentos para viver com dignidade. Entre outros terríveis fenômenos e fatores da condição operária daqueles tempos, relembremos que a classe trabalhadora era submetida a exaustivas jornadas de até 14 horas diárias e, na maior parte dos casos, recebia salários que não eram suficientes nem para alimentar suas famílias.

Conforme o país se industrializava e o processo de urbanização se intensificava, os trabalhadores se identificavam cada vez mais com os seus pares. Condições de vida desumanas eram uma realidade frequente no Brasil republicano e foi nessa conjuntura econômica, política e social que emergiu a primeira grande greve no Brasil, a greve Geral de 1917. Em uma sociedade com grande efervescência política, os jornais conservadores desempenharam um papel importante e injusto na tentativa de formar uma opinião pública favorável à classe dominante. Com grande tradição, devido a seu tempo de circulação e a seus preços atrativos, o *Correio Paulistano* se destacou no desempenho desse papel, uma vez que se tratava de um veículo da imprensa que tinha grande alcance. Durante toda a sua existência, o CP nunca teve posição favorável às classes desfavorecidas, sendo sua principal função a de veicular as ideias provenientes das posições políticas das oligarquias paulistas. Ou seja, posições totalmente contrárias aos movimentos grevistas em 1917.

Em meio a inúmeras notícias sobre a Primeira Guerra Mundial, o CP ignorou completamente, por mais de um mês, as movimentações dos trabalhadores que já ameaçavam cruzar os braços. Com a clara

e deliberada estratégia de omitir qualquer notícia que pudesse dar destaque às ações da classe trabalhadora, o *CP* estendeu ao máximo possível esse silêncio sobre a efervescência operária, sem veicular nenhuma notícia referente ao que acontecia na cidade de São Paulo naquele segmento social. Essa estratégia foi conservada e desdobrada durante alguns meses até dar provas de seu esgotamento e relativa ineficácia, pois a greve, ao contrário do que a classe dominante esperava, se alastrou por toda a cidade, além de ter tido ecos no interior paulista e em outros estados do Brasil.

Quando não foi mais possível ignorar todo aquele grande movimento operário, o *CP* abriu uma seção especial para tratar do acontecimento, mas sem o devido destaque que a dimensão da greve impunha a uma cobertura da imprensa. A seção denominada pelo próprio veículo como “Agitação Operária” se encontrava na segunda página do diário, enquanto a primeira continua a ser destinada, exclusivamente, ao noticiário europeu. O silêncio sobre o movimento operário é um aspecto fundamental do discurso conservador sobre a voz de trabalhadoras e trabalhadores precarizados⁴⁵. Esse aspecto se conjuga com uma série de procedimentos por meio dos quais se visa deslegitimar, condenar e calar a manifestação pública operária. Por essa razão, os protestos foram escondidos até o ponto em que esse silêncio não mais podia se estender. O processo de apagamento e deslegitimação da greve somente foi interrompido pela grande e incontornável dimensão do acontecimento grevista e seu sucedâneo foi a intensificação de um discurso reproduzido há séculos e em diversos quadrantes: o discurso da estigmatização da voz do povo. Esse discurso se materializa em enunciados que atualizam com maiores ou menores variações essa espécie de lugar-comum elitista e excludente: “O povo não sabe falar nem tem o que dizer”.

Os textos do *Correio Paulistano* apagam durante muito tempo e, depois, detratam o movimento operário e o acontecimento grevista. Os homens e as mulheres, cuja sobrevivência dependia do trabalho braçal, eram considerados como seres rebaixados por burgueses, por aristocratas e por sujeitos que não pertenciam às camadas dirigentes e às classes dominantes, mas que se identificavam com elas.

⁴⁵ O precarizado é um trabalhador que se encontra em uma situação de trabalho precário, sem garantias trabalhistas e em condições de vulnerabilidade econômica. Esse tipo de trabalhador geralmente é contratado por períodos curtos, não possui estabilidade no emprego e não tem acesso a benefícios como plano de saúde, férias remuneradas, entre outros direitos trabalhistas.

Para a construção desse rebaixamento, era importante ressaltar as supostas grosserias e bestialidades proletárias, por meio de comparações diretas ou indiretas com a racionalidade e com a elegância das elites. *Grosso modo*, os homens das “elites” eram considerados muito bem-educados, gentis e eloquentes, enquanto as mulheres eram consideradas muito delicadas e discretas. Eles e elas teriam corpos e, sobretudo, espíritos dotados de alta sofisticação. Em contrapartida, a língua e a fala, a voz e o corpo de trabalhadoras e trabalhadores eram signos de sua “proximidade com o estado de natureza”. Por isso, as formas de suas expressões e, ainda mais, as de seus desempenhos oratórios estariam desinvestidas dos finos e distintos traços da condição humana.

Seus corpos se reduziram a gestos agressivos e sua linguagem, a gritos bestiais. Cabe lembrar que o contexto histórico ainda sofria fortíssimas influências do darwinismo social, tendência a partir da qual surgiriam os terríveis ideais de “processos civilizatórios”, como ocorrerá, por exemplo, no famigerado episódio da Partilha da África.

A “falta de compostura” de seus corpos e as “vaias e gritos subversivos” de suas vozes eram frequentemente referidos pelo jornal, nas relativamente raras circunstâncias em que seus textos tratavam quase sempre indiretamente dos pronunciamentos e manifestações dos membros da classe trabalhadora ou mesmo de seus porta-vozes. Seus corpos populares não seriam adequados ao modo civilizado de se comportar, assim como suas vozes não são agradáveis aos ouvidos; ao contrário, suas posturas e ruídos aterrorizariam a sensibilidade das elites, pois não estariam de acordo com a “desejada ordem” e com o igualmente desejado “comportamento aceitável”.

Ao longo de mais de 60 páginas entre os meses de junho e julho daquele ano de 1917, a produção discursiva do *Correio Paulistano* relativa à cobertura da greve geral foi constantemente marcada pela construção de sentidos que imputavam agressividade e falta de civilidade ao movimento operário. A pretensamente inaceitável posição “hostil” ao patronato é a posição daquelas e daqueles que só poderiam demonstrar sua animalidade agressiva e violenta. Assim, as miseráveis condições de vida e de trabalho dos sujeitos das classes populares, bem como suas denúncias e reivindicações, eram contornadas e em boa medida apagadas dos pronunciamentos e manifestações das trabalhadoras e dos trabalhadores e, ainda, de seus porta-vozes.

O que Rancière (1988) denomina como a “força do número” aparece em muitos enunciados que nunca individualizam os sujeitos marginalizados e que sempre os trata como um “bando”, um “grupo”, “muitos” etc. Nas relações de equivalência e encadeamento discursivos que se processam nos textos e enunciados do *CP*, decorrem desse tratamento que despersonaliza e desumaniza operárias e operários os efeitos de medo e de ódio que parte da sociedade deveria nutrir pelas multidões proletárias.

As manifestações populares de linguagem não são respeitadas nem em suas formas coletivas, tampouco em suas formas individuais. Os estigmas e o asco pela voz do povo nem sempre se encontram formulados de modo explícito, mas, nem por isso, deixam de ser uma constante no discurso do *CP*. Na ideologia conservadora e dominante, a desumanização de trabalhadoras e trabalhadores é um ponto fundamental, uma vez que ali há a tendência de se pensar que essas pessoas da condição operária só têm valor como apêndice de um maquinário. A ferocidade e a agressividade imputadas à voz e às ações dos grevistas, sempre referidos como grupo de desordem, desrazão e violência e nunca em suas formas razoáveis e individuais, são traços constantes que marginalizam, oprimem e, em última instância, excluem a potência de vida daqueles que lutam contra injustiças e desigualdades.

Já o surgimento e a circulação do jornal *A Plebe*, na contramão da linha editorial do *CP*, representaram para os trabalhadores a possibilidade de poder contar com um veículo de valores libertários e populares. A difusão desses valores dava maiores chances de algum sucesso à condição operária nas disputas das consciências de classe, na medida em que concorria para inscrever cada vez mais pessoas no “combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país”. A ideologia progressista de seu enunciador o coloca em uma relação de desidentificação com o discurso conservador do *CP*. Suas diferenças são marcadas, logo de início, na estratégia de anunciar seus objetivos diante da negação dos ideais conservadores.

A Plebe, como um instrumento de propaganda política, usa o discurso dominante para abrir caminhos para alavancar sua posição ideológica. Apesar dessa contraposição, nem sempre os textos e enunciados desse veículo representam o trabalhador de forma despojada dos preconceitos encontrados nas ideologias conservadoras

e dominantes. Mais ou menos eventualmente, a forma inferiorizada da condição operária aparece nas páginas do jornal anarquista, que considera certos setores do povo como “analfabeto e ignorante”.

A capacidade cognitiva dos membros da classe trabalhadora é enfraquecida em um discurso capacitista. A condição materialmente simples do povo é, por vezes, confundida com sua falta de condição para demandar devidamente suas próprias reivindicações. Porém, diferentemente da posição conservadora, é possível ver na posição anarquista dos enunciadores do *A Plebe* que o trabalhador é dotado de atributos humanos como sua retidão moral e como sua relativa competência de linguagem, apesar de suas limitações. Além disso, algumas passagens das edições do *A Plebe* faziam referências diretas e explícitas às manifestações e a desempenhos oratórios daqueles que eram considerados como antagonistas de seus ideais. No caso, membros da burguesia tiveram seus nomes e pronunciamentos destacados, mesmo que esse destaque servisse para criticá-los.

Em que pesem importantes diferenças entre o *CP* e o *A Plebe*, identificamos um aspecto que aproxima as posições discursivas distintas dos dois jornais. Ambos, cada um a seu modo, dispensam tratamentos diferentes aos membros das elites econômicas, políticas ou sociais e a seus pronunciamentos, por um lado, e aos sujeitos das classes operárias e às suas manifestações e, ainda, às intervenções de parte de seus porta-vozes, por outro. De modo análogo ao que fazia o *CP*, o *A Plebe* também tende a não reconhecer a individualidade dos sujeitos e das práticas de linguagem do mundo do trabalho. Se, de um lado, não são raros os relatos de manifestações trabalhistas, de outro, esses relatos não compreendem apontamentos específicos sobre quem realiza o desempenho oratório, sobre as propriedades de linguagem dessas manifestações e sobre quem constituía pessoalmente seus públicos.

Posto isso, é preciso acrescentar que, ainda que o jornal anarquista não tratasse de forma específica de quem falava, do que e do como se dizia e de quem ouvia as intervenções de operárias, operários e porta-vozes nos eventos das organizações trabalhistas, *A Plebe*, diferentemente do que ocorria nas páginas do *CP*, se refere não raras vezes às recorrentes práticas de linguagem dos trabalhadores que se reuniam em assembleias, comícios e afins, nos quais havia falas e escutas, que não destoavam, tal como se costumava supor nas

ideologias elitistas, daquelas feitas por burgueses e aristocratas e que estavam investidas de razão, clareza e civilidade.

Se indicamos as relativamente frequentes referências às “práticas de linguagem dos trabalhadores”, isso se deve ao fato de que o papel importantíssimo desempenhado pelas mulheres operárias foi, via de regra, diminuído, quando não, não visto ou ocultado mesmo por sujeitos das classes trabalhadoras e por outros que se identificam com ideologias igualitárias. Nesse sentido, a fala pública continua a ser atravessada pela sexualização, de que tratam Courtine e Piovezani (2015). Nessa percepção sexuada da fala pública,

contrapõem-se a força viril do orador que fala e vence o tumulto dos auditórios e a passividade feminina sob a forma cômoda do silêncio; contrastam-se a virtude masculina da coragem exigida pela parrêsia e o vício feminino da bajulação e do eufemismo; demarcam-se, finalmente, o ideal masculino da voz, que se assentaria na harmonia firme e viril da fala e que remonta à força dos gritos de guerra e caça, e a feminidade sedutora do canto, no qual ecoariam a melodia de ninfas e sereias (COURTINE; PIOVEZANI, 2015, p. 17).

No que diz respeito ao *A Plebe*, particularmente quanto aos enunciados mais manifestamente dedicados à organização operária, ao movimento grevista e às intervenções de seus participantes, ressaltamos que ali foram materializadas certas ideias a propósito da fala pública popular. Com essa produção discursiva, alguns efeitos podem ter sido produzidos.

De modo geral, os enunciados do jornal anarquista afirmaram a pluralidade das falas, porque expressões como “vários companheiros”, “alguns camaradas” e outras semelhantes foram reiteradamente empregadas; afirmaram também a ebulição política operária, sob a forma de adesões consistentes e presenças numerosas aos seus eventos, tal como indicam termos como “numerosos comícios”, “numerosas reuniões”, “numeroso é o operariado” e “reunião bastante concorrida”; afirmaram igualmente a predominância de relações relativamente mais horizontais e mais, digamos, dialógicas, entre os porta-vozes e operários oradores e os operários que compunham os auditórios, conforme podemos observar em expressões como “nossos camaradas” e “companheiros nossos”; afirmam importância dos temas abordados nas manifestações públicas, indicada com o uso

destes termos: “questões sociais” e “questões cruciais à luta operária”; afirmam, ainda, uma certa familiaridade operária com a linguagem, uma vez que são as atividades de fala e de escuta, de escrita e de leitura são indicadas com alguma frequência; e afirmam, finalmente, certas propriedades positivas dos desempenhos oratórios populares, entre os quais, o desprendimento, que contrasta com as vaidades burguesas e aristocráticas, o compromisso social de quem fala e ainda o ânimo das falas e entusiasmo das escutas, que não se confundem com as alegadas agressividades e irracionalidades, conforme apontam estas expressões: “discutem com interesse e calor”, “fartas demonstrações do seu apoio” e “entusiásticas demonstrações de simpatia”.

Considerações finais

Já era de se supor que o povo e sua voz fossem detratados nos enunciados que materializam discursos dominantes e excludentes, tais como os que se encontram no *Correio Paulistano*, conforme vimos aqui, mas identificar certas reproduções de dizeres que tomam os membros das classes populares como inferiores em enunciados do *A Plebe* não deixa de nos surpreender. Nossa surpresa ocorre, mesmo que conheçamos a força das ideologias dominantes e as relações desiguais e contraditórias entre as diversas ideologias de uma sociedade. Consideradas e estando bem estabelecidas as importantes diferenças nas posições discursivas em que se inscrevem os enunciadores dos dois jornais aqui examinados, talvez pudéssemos supor a existência de um discurso transversal, cuja força e cujo alcance parecem abarcar posições ideológicas e formações discursivas antagonistas, na medida em que nesse discurso as operárias e os operários são rebaixados seja com base em sua distância da elegância e da eloquência refinada e em sua proximidade com o estado de natureza e com o mundo bestial seja com base na sua necessidade de tutela, em razão das supostas falhas em suas práticas de linguagem. Nesse discurso, há graus e formas bem distintas, mas há, também, certa constância no silenciamento da voz do povo.

“Os ricos farão de tudo pelos pobres, menos descer de suas costas”. Mais ou menos frequentemente, em espaços e gêneros diversos, nos deparamos com essa terrível e precisa fórmula atribuída a Leon Tolstoi. Nós a encontramos novamente numa certa passagem

de uma das obras a que aqui nos referimos algumas vezes. Em *A voz do povo*, Piovezani (2020, p. 241-242) menciona essa sentença e acrescenta estas palavras, que subscrevemos e com as quais gostaríamos de encerrar este nosso trabalho:

Os ricos farão de tudo pelos pobres, menos tratá-los respeitosamente como iguais, menos reconhecer que eles possuem não só coração, mas também cérebro, não só força bruta nos braços, mas também bom-senso, inteligência e sagacidade em suas cabeças e em seus espíritos. Os ricos farão de tudo pelos pobres, menos admitir, enfim, que eles sabem ouvir muito bem e que igualmente têm muito a dizer. (PIOVEZANI, 2020, p. 241-242)

Referências:

COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. Por uma arqueologia dos poderes e perigos da fala pública. In: COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. *História da fala pública*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 7-24.

DAVID, Jean-Michel. Eloquentia popularis et conduites symboliques des orateurs à la fin de la République. *Quaderni Storici*, Bologna: Il Mulino, n°12, 1985, p.171-211.

DAVID, Jean-Michel. Les règles de la violence dans les assemblées populaires de la République romaine. *Politica antica*, Edipuglia, 2013, p. 48-74.

DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica à moda brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

FARGE, Arlette. *Essai pour une histoire des voix au XVIIIème siècle*. Paris: Bayard, 2009.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LOSSURDO, Domenico. *A contra história do liberalismo*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

PIOVEZANI, Carlos. *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. Petrópolis: Vozes, 2020.

PIOVEZANI, Carlos. Os signos e os sentidos, as sensações e os sentimentos: discurso e sensibilidades no pensamento de Jean-Jacques Courtine. *In: COURTINE, Jean-Jacques. Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PARTE VIII

Damião Francisco Boucher
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins (UFT/ CNPq)

ESTÉTICA DA VOZ DE SUCESSO: MEMÓRIA E INTERVOCALIDADE NOS DIZERES DE VEJA

Considerações iniciais

Em suas atividades cotidianas, a mídia é a maior responsável no que tange ao contingenciamento de sujeitos investidos de sucesso, uma vez que os dizeres legitimados e autorizados sobre o poder e a fama são restritos ao campo midiático. A mídia “gerencia os discursos circulantes ao ponto de se tornar uma espécie de reguladora dos discursos” (SOARES, 2022, p. 37). Como mediadora das relações sociais, as plataformas do sucesso como livros, revistas e jornais ou “os mais modernos como o rádio, a tv e a internet são utilizados para propagar e propagandear o sucesso” (SOARES, 2018a, p. 169).

Na criação de diversificadas redes de sentidos sobre o sucesso, a voz de sucesso se desponta como uma rede capaz de reestruturar o discurso do capital e perfazer o caminho hegemônico dos discursos midiáticos, sustentando seus sujeitos pelo retorno das memórias (PÊCHEUX, 2015) da “boa voz”. Assim, ao se posicionar como mediadora dessas relações interdiscursivas, a mídia se coloca no lugar, ou melhor, na posição do (único) espaço, da (única) fonte apropriada para detectar a voz de sucesso. Como Soares (2018a) salienta:

Nem no trabalho, nem no Estado, mas em uma instância mediadora das relações sociais se assenta o sucesso. Sobre os desavisados buscadores do sucesso reina a falta de esclarecimento e o assujeitamento ao complexo com dominante do sucesso cujo panorama interdiscursivo remete a uma atenuação do jogo ideológico: dominante X dominado (SOARES, 2018a, p. 179).

Com relação aos jogos ideológicos que sustentam a instância das relações sociais, Adorno e Horkheimer (1985, p. 24) afirmam que “A distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista através do dominado”. Dessa mesma perspectiva, ao observar a dinâmica das relações sociais, bem como a relação dominante vs. dominado, Soares (2018a) conclui que

“[...] não se pode em absoluto, dizer que o sucesso não exista como uma materialidade, pode-se, isto sim, afirmar que o sucesso tal como arregimentado pelo discurso do sucesso da literatura e de autoajuda não existe para seu público, sendo, assim, um desiderato dos discursos de controle social” (SOARES, 2018a, p. 179).

Partindo tanto da percepção adorniana e horkheimeriana quanto da conclusão de Soares (2018a) sobre a influência e afetação do sucesso nas relações sociais, podemos constatar duas máximas: a) a preciosidade do discurso do sucesso, por este estabelecer, as posições, ou melhor, o distanciamento entre aqueles que se encontram revestidos de poder e fama, adjuntos escassos e de restrito acesso que poucos obtêm e; b) a força de atração pela “embriaguez dos efeitos” desse discurso, uma vez que seu funcionamento é análogo ao canto das sereias de Homero (2015, canto XII, p. 136-137), pois “todos os homens que se aproximam dali, com encantos prender têm por hábito”.

Essas duas máximas tornam-se arcações essenciais nos discursos midiáticos retroalimentando aqueles que detêm o “poder-dizer” sobre o sucesso, ou melhor, a autoridade, a legitimidade e a potência para instalarem os sujeitos na posição do sucesso; e o “fazer parecer” como mecanismo de acobertamento, de revestimento da realidade (SOARES, 2018a, p. 180).

A partir dessas considerações, acreditamos que observar e compreender o funcionamento do discurso do sucesso é como ser orientado pela visão de Circe da Odisseia de Homero (2015, canto XII, p. 136) que indica a rota, esclarece todas as minúcias, a fim de “apontar o caminho a seguir” [...] para que não caia em “enganos nocivos”, isto é, para que os efeitos de sucesso não possam ludibriar a quem escuta

seus encantamentos. De outro modo, é preciso depreender de forma precisa que “O sucesso não é um mero item lexical, não é apenas um posicionamento, não é somente um texto, sucesso é a expressão das forças contrastivas nos discursos circulantes na sociedade” (SOARES, 2018a, p. 178) e, desse modo, é necessário um ferramental teórico-metodológico capaz de vislumbrar as nuances do sucesso que se constituem de uma natureza rastreável, mas sutil “aos olhos” despercebidos.

A partir das condições de produção que imprimem os dizeres acerca da estética da voz de sucesso, analisamos como é posto em manutenção a estética da recepção do sucesso. Em razão da veiculação das materialidades sobre a voz cujos efeitos produzem sujeitos e sentidos do sucesso, buscamos ainda depreender o funcionamento das memórias acerca da voz prestigiada, valorizada e peculiar no entrelaçamento dessa com a tessitura discursiva sobre a voz/sujeito em ascensão. Para tal observação, sustentada especificamente pela noção de interdiscurso, lançamos mão sobre o ferramental teórico-metodológico da Análise do Discurso.

Abordaremos a interdiscursividade na perspectiva da “intervocalidade”, mas, diferentemente de Mendes (2021) que concebe tal adaptação pelos pressupostos teórico-metodológicos de Maingueneau, apoiamos nossa abordagem pela concepção do “pré-construído de sucesso” (SOARES, 2018a, 2018b) enquanto marcador semântico da fama e do prestígio, ressignificando seu funcionamento a partir do sucesso como memória constitutiva da estética vocal.

Como corpus, analisamos a matéria da revista *Veja*, “Quem é Aurora, a cantora norueguesa citada pela Fuvest”, publicada no ano de 2019. Após nosso percurso analítico, sopesamos a relevância dos conceitos supracitados para compreendermos melhor a manutenção da estética da escuta. Com o referido percurso, refletimos acerca dos funcionamentos discursivos midiáticos e de sua formação discursiva do sucesso (SOARES, 2018c) os quais, juntos, viabilizam a compreensão de que a manutenção da estética da recepção, em boa medida, é a continuidade das condições de produção (ALTHUSSER, 1992) as quais possibilitam à mídia forjar os sujeitos de sucesso comercializados e comercializáveis.

Considerações teóricas: intervocalidade e sucesso

Em sua caminhada epistemológica, Pêcheux (1997) propôs diversas noções as quais contribuíram para a compreensão de que os efeitos semânticos que se consolidam e que estabelecem regiões específicas de sentido no campo da formulação enunciativa, nada mais são que reflexos, reverberações de um espaço constituído por memórias, por conjuntos de já-ditos e já esquecidos (ORLANDI, 2015) e que retornam sob a forma de pré-construídos (HENRY, 1990).

Segundo Courtine (2014, p. 74), o pré-construído designa “uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação” (COURTINE, 2014, p. 74), marcando a existência de uma ruptura/atualização entre o campo vertical da constituição como o espaço estruturador do pré-construído e o campo horizontal das formulações enunciativas de um sujeito.

Dessa forma, a interdiscursividade pode ser compreendida metaforicamente como a reguladora da continuidade dos sentidos, já que o sujeito só pode interpretar o mundo através das memórias, dos já-ditos (PÊCHEUX, 2015). Isso nos leva a compreender o funcionamento do pré-construído como um portal que se abre e que faz emergir sentidos já conhecidos pelos sujeitos.

Mergulhado na ilusão da evidência, submersos nas projeções imaginárias que sustentam as posições e regulam as relações de força em sociedade, esses sujeitos são levados a contribuir com a manutenção de dado imaginário, a partir da difusão de conceitos, estilos, regras sociais, preconceitos, estereótipos, entre outros saberes e comportamentos que permeiam o convívio social e o desejo pelo prestígio e pela fama. De outro modo, “o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação” (COURTINE, 2014, p. 74, aspas do autor) é o efeito relativo e derivativo dos pré-construídos.

Por esse motivo, concordamos com Soares (2020, p. 18) ao afirmar que “o pré-construído manifesta-se em certas particularidades linguísticas e/ou sintáticas de encadeamento gramatical, ou seja, o que pode ser linguisticamente analisável, tal como orações relativas, que recuperam fragmentos de discursos anteriores”. Dessa maneira, pensar a manutenção do sucesso é investigar, sobretudo, os elementos linguísticos; rastrear suas possíveis interdiscursividades e

suas prováveis regularidades no (des)contínuo histórico.

Pensando a recorrência dos pré-construídos na esfera musical, podemos vislumbrar seu alto potencial heurístico na manutenção dos sujeitos de sucesso. Ao descrever essa recorrência, Soares (2018b, p. 60, *itálico nosso*) nos permite compreender que o efeito de sucesso “já se encontra no nível do pré-construído, ou seja, os dizeres segundo os quais se assentam sua fama estão no estado de já-ditos sempre sendo retomados quando se enuncia ‘X’ *cantor*”. Sobre o sucesso como um efeito e como um produto comercializável pelo discurso midiático, Soares assevera que:

Sucesso é uma tradução dos novos valores presentes na sociedade brasileira contemporânea. Valores como o consumismo, a competição, o destaque em relação aos demais, a sobreposição de uma moda que vai desde como se vestir até como usar a língua. O sucesso é uma forma de cindir a sociedade entre os que têm sucesso e aqueles que não o possuem. Numa palavra, sucesso é formação social da qual se necessita compreender a ideologia reproduzida no discurso, que, por sua vez, se imprime na prática da língua (SOARES, 2016, p. 1082).

Por essa razão, afirmamos que os pré-construídos de sucesso são o próprio sucesso encarnado na verticalidade histórica, porquanto trazem à tona, quase que instantaneamente, a percepção e os sentidos do “já-conhecido”, estabelecendo uma ligação imediata do sujeito com dada voz de sucesso.

Consoante a isso, o caminho para o sucesso musical, geralmente, exige de seus aspirantes a cantores de sucesso, traços das vocalizações que se estabeleceram como “a voz melancólica de Leonard Cohen” (DINHEIRO VIVO, 2016), “a incrível voz de David Bowie” (VIANNA, 2014) ou mesmo “a voz de barítono de Johnny Cash” (O GLOBO, 2018).

Esses são alguns sintagmas que fazem parte da formação discursiva midiática (SOARES, 2018c) a qual regula e determina a voz de sucesso. Predominantemente nos discursos midiáticos, os dizeres sobre a voz de sucesso restitui, através das memórias, os traços distintivos que podem compor o sujeito da voz de sucesso (SOARES, 2018a, 2018b).

Essas vocalizações de sucesso, ao serem acionadas no campo interdiscursivo, fazem emergir as memórias da “boa voz” (melancólica, incrível, barítônica, etc.) no campo intradiscursivo, no qual a materialidade linguística alinhava os sentidos de sucesso. Por essa

razão, observamos a construção da intervocalidade. Sobre essa noção, Mendes ressalta que:

As qualidades vocais legitimadas pelos outros posicionamentos da prática discursiva literomusical e pelo interdiscurso têm primazia sobre a qualidade vocal de um cantor, a qual não pode ser considerada, conforme o ponto de vista da teoria que adotamos, como uma produção puramente individual, mas como forma de marcação posicional em um campo discursivo (MENDES, 2021, p. 61).

Desse trecho, ressaltamos que a articulação entre os elementos constitutivos dos sentidos da voz de sucesso (memórias) e a atualização destes através dos pré-construídos trazem os efeitos da intervocalidade (MENDES, 2021) como primazia e requisito para o alcance do sucesso. Em outros termos, “os efeitos do sucesso da voz já ouvida, o prestígio da voz já consolidada e já consagrada por essas mesmas redes que determinam a qualidade daquilo que se canta ou daquilo que se ouviu” (SOARES; BOUCHER, 2020) também pode possibilitar ao sujeito comum investido desses traços vocais já consagrados, a abertura para o hall de sucesso.

A partir desse entendimento, constatamos que a tensão entre os campos interdiscursivo e intradiscursivo (COURTINE, 2014) não só promovem a continuidade histórica daquilo que compreendemos como a “boa voz”, mas também provocam a ruptura, a descontinuidade desses dizeres e dessa compreensão através da ilusão do novo. Ilusão, porque, como Foucault (2015, p. 25, aspas nossa), acreditamos que “o novo não está no que é dito *ou cantado*, mas no acontecimento de sua volta”. Consequentemente é desse retorno de traços distintivos da voz que a estética da escuta se retroalimenta, é posta em manutenção (SOARES; BOUCHER, 2020).

Por essa razão, ao fazerem essa interconexão entre conjunturas distintas, isto é, entre a consolidação do que foi sucesso e os dizeres atualizados acerca do aspirante a sujeito de sucesso, a estética da escuta já consolidada engendra, nesse sujeito da voz comum, os efeitos de prestígio, de fama, de poder e, por fim, o legitima, o autoriza e o potencializa como sujeito detentor da voz de sucesso.

Após esse percurso teórico-metodológico acerca da intervocalidade, do papel das memórias sobre a voz e do discurso do sucesso como o regulador de sentidos e de sujeitos de grande prestígio vocal e social, passamos à análise.

Análise: Quem é Aurora, a cantora norueguesa citada pela Fuvest

Para um melhor processamento didático, dividimos o corpus em três Sequências Discursivas (doravante SD). Esse processo torna mais inteligível a compreensão do percurso temático empreendido pelo sujeito revista ao se utilizar de pré-construídos de sucesso (HENRY, 1990; COURTINE, 2014; SOARES, 2018a, 2018b) e dos funcionamentos discursivos que estes exercem. Dessa maneira, podemos depreender que o percurso temático do enunciador da revista perpassa pelo menos 3 efeitos de sentido cujos processamentos parafrásticos se exprimem em: SD1) “no meio de sujeitos de prestígios”; SD2) “legitimidade para inserção do espaço de sucesso”; e SD3) os “pré-construídos de sucesso como paráfrase de experiência”. Após essa explicação, descrevemos e interpretamos a primeira SD1:

SD1: Quem é Aurora, a cantora norueguesa citada pela Fuvest.

Entre os textos de base usados pela Fuvest 2019 neste domingo, primeiro dia da segunda fase da prova, estavam nomes conhecidos de testes do tipo, caso de Aluísio de Azevedo, Machado de Assis e João Guimarães Rosa (CARNEIRO, 2019).

Inicialmente, na SD1 acima, observamos os dizeres do sujeito revista Veja trazendo um questionamento “Quem é Aurora”. Após apresentar seu nome, especifica sua ocupação, “cantora” e sua origem “norueguesa”. Notamos desse enunciado os efeitos de vaguesa e de surpresa que são postos em relevo por uma oposição semântica de desconhecimento vs. conhecimento, causado, em boa medida, pelo contraste sintático entre o sintagma “Aurora” e Fuvest”.

Este último sintagma, representa um pré-construído de sucesso no campo educacional. Se retrocedermos um pouco no contexto sócio-histórico, observaremos que desde 1976, data de sua criação, A Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) cresceu consideravelmente e hoje é “a instituição responsável pela elaboração do vestibular da Universidade de São Paulo (USP), considerado o segundo maior processo de seleção universitária do Brasil” (GIORDAN, 2020).

Dessa interdiscursividade, podemos compreender como a revista põe em funcionamento a relevância do pré-construído “Aurora”. Ora, não é qualquer pessoa que está autorizada a despontar nos “textos de base usados pela Fuvest”. Como o sujeito enunciador Veja mesmo coloca, o sintagma “Aurora” se encontra dentre “os nomes conhecidos de testes do tipo, caso de Aluísio de Azevedo, Machado de Assis e João Guimarães Rosa (CARNEIRO, 2019)”. Desse enunciado, pressupomos, pelos valores semânticos de relevância engendrados no sintagma “Aurora”, a lógica do sucesso (SOARES, 2018a, 2018b) a qual não permite que sujeitos comuns apareçam em testes de prova reconhecidamente relevantes; muito menos ao lado de Aluísio de Azevedo ou de Machado de Assis, ícones da literatura.

Produzem-se, desse ponto, os sentidos que afluem na metáfora de “Diga com quem ela anda que eu te direi quem ela é”. De outro modo, considerando as condições de emergência do nome da cantora Aurora na renomada prova da Fuvest, ao lado de nomes famosos, reverbera-se os sentidos de que ela não é uma pessoa comum, porquanto é apresentada em prova de grande autoridade e junto de sujeitos de enorme prestígio no mundo literário. Abaixo, na SD2, podemos observar o desenvolvimento argumentativo de Veja ao produzir o prestígio da cantora.

SD2: “Mas a personalidade citada pelo tradicional vestibular, que levou estudantes às redes sociais para ‘gritar’ de alegria, foi a jovem cantora norueguesa Aurora” (CARNEIRO, 2019, aspas da autora).

Ao examinar os elementos constitutivos da SD2 acima, destacamos que verbo, corpo e voz (PIOVEZANI, 2009) são intrinsecamente enunciados por Veja no intrincado processo de produção midiática acerca da voz do sucesso, orientando seu leitor a perceber a relevância da aparição de Aurora. Primeiramente, não é qualquer vestibular. Aurora é citada “pelo tradicional vestibular” da Fuvest. Nesse enunciado, o sintagma “tradicional” traz os sentidos de reconhecimento, de prestígio, imprimindo a motivação “que levou estudantes às redes sociais para gritar de alegria”.

Este estado de exaltação violenta marcado pelo sintagma “gritar” evoca as memórias da tietagem, orientando e conduzindo o leitor de

Veja para a região de sentido da *phrenēsis* (do delírio), comportamento tipicamente comum para os campos musical, cinematográfico ou outro na qual o prestígio, o sucesso e a fama fazem parte. Nesse sentido, o verbo gritar se apresenta como um pré-construído de sucesso (SOARES, 2018a, 2018b). Diferentemente de “gritar de dor”, “gritar de medo” ou “gritar nas ruas” em forma de protesto, o verbo enunciado por Veja reverbera sentidos de “uma construção anterior, exterior” (COURTINE, 2014, p. 74) ao campo intradiscursivo que retoma, em parte, acontecimentos, memórias da *phrenēsis* artística. E ao perfazer o ritual, o cerimonial do sucesso, a revista desloca a posição dos “estudantes” a outra na qual estes figuram como “fãs” no momento de aparição de seu ídolo.

Como pré-construído de sucesso, o sintagma verbal “gritar” recursivamente reaparece nas “construções textuais cujas condições específicas de emergência e de produção se fazem sentir na relação do interdiscurso com o intradiscurso” (SOARES, 2018a, p. 181), estando sucessivamente vinculado ao sujeito de sucesso. Nos trechos a seguir, podemos perceber os efeitos de sucesso vinculando a prática da tietagem à posição ocupada pelos sujeitos comuns (fãs) sempre que o verbo supracitado emerge em enunciados desse campo de prestígio:

“**Serj Tankian** não aguenta mais sustos de **fãs que gritam** “WAKE UP” para ele na rua” (MIRANDA, 2023).

“**Fãs gritam** nome de ex de **Wesley Safadão** em show e prometem **gritaço**” (PASIN, 2016).

“**Fãs gritam** por **New Order** enquanto **Mixhell** aquece público no UMF” (BOLLOUSSIÉ, 2011).

Ao observarmos a configuração dos três enunciados e da disposição sintática dos sintagmas “fãs” e “gritam”, na tessitura enunciativa, o grito marca a posição discursiva de quem o emite (não um revolucionário, não alguém que sofre, mas um sujeito que auxilia com esse ato a produção do prestígio e da relevância de seu ídolo) ao passo que aponta ainda um pré-construído de sucesso, a saber, Serj Tankian, Wesley Safadão, New Order e Mixhell.

O que esses sujeitos têm em comum? Na concepção de Soares (2018a p. 181), “são os sujeitos fabricados no interior do discurso do sucesso midiático”; atravessados por memórias constitutivas da notoriedade, da popularidade cujos efeitos fazem emergir, nos

enunciados em que eles aparecem, a razão pela qual os fãs gritam e, conseqüentemente, estabelecem a “assimetria da fama” que separa sujeitos comuns de sujeitos de sucesso.

Nesse diapasão, a revista *Veja*, ao selecionar como léxico de identificação do sujeito o sintagma “personalidade”, aproxima Aurora da “Calçada da Fama”, ou melhor, a posiciona como celebridade, acabando por deslocar os sentidos de “estudantes que gritam de alegria” para outra região de sentido na qual é possível outro processamento parafrástico, a saber, “fãs que gritam de alegria”. Por essa razão, com dada configuração sintático-semântica, *Veja* constrói a legitimidade de Aurora em estar no meio de pré-construídos de sucesso (como Aluísio de Azevedo, Machado de Assis e João Guimarães Rosa, citados na SD1), consolidando o funcionamento de seu arranjo enunciativo com a inserção da cantora no espaço educacional de prestígio, o “tradicional vestibular” (da Fuvest), e estabelecendo a relação de sucesso de Aurora pela configuração sintática verbo (gritar), corpo (jovem) e voz (cantora).

Na SD3, abaixo, focamos nossa análise na relação semântica produzida pela configuração verbo/corpo/voz (PIOVEZANI, 2009) e sua intrínseca relação com a intervocalidade (MENDES, 2021), descrevendo, ainda, como os pré-construídos de sucesso (SOARES, 2018a) põem em manutenção a estética da recepção do sucesso (SOARES; BOUCHER, 2020) através dos discursos midiáticos os quais veiculam materialidades acerca da voz. Desse último percurso analítico, buscamos depreender como os efeitos dessas substâncias discursivas podem produzir sujeitos e sentidos do sucesso. Desse ponto, examinamos o funcionamento e o papel das memórias sobre a voz de sucesso no entrelaçamento dessas com a tessitura discursiva sobre a voz/sujeito em ascensão. Desse batimento inter e intradiscursivo, buscamos observar os pré-construídos de sucesso como paráfrase de experiência ao exercer função relativa (HENRY, 1990).

SD3: Apesar da carinha de adolescente e de seus 20 e poucos anos nas costas, Aurora é fã de grandes nomes da música do passado. Caso de Leonard Cohen, David Bowie, Bob Dylan, Björk e Johnny Cash. Deles, ela herdou a sonoridade do soul e do rock melódico, e a habilidade de contar histórias em suas letras. Além de compor e cantar, Aurora também é bailarina, talento usado por ela em videoclipes e shows (CARNEIRO, 2019).

Para uma melhor compreensão da configuração sintático-semântica do recorte enunciativo acima, descrevemos sua estruturação em três percursos temáticos que emergem os efeitos de: a) identidade e referência; b) herança e criatividade; e c) voz e corporalidade. O primeiro percurso traz ao leitor a formação da identidade de Aurora apesar de sua pouca idade e de sua voz como legado de seu sucesso. O segundo trajeto temático faz ressoar as memórias da voz de sucesso, isto é, a herança intervocal e a habilidade de criação que Veja atribui a Aurora. Por último, no terceiro trajeto, a revista procura ecoar os sentidos da “boa voz” que é complementada com outros talentos que ela carrega como, por exemplo, “dançar”.

Sobre a identidade vocal de Aurora, Veja procura demarcar a intervocalidade como a corresponsável pelos traços de sua voz de sucesso. Seguindo uma das noções fulcrais de Soares (2018a, p. 193) sobre a constituição das imagens de prestígio, concordamos que “sujeitos e sentidos são produzidos ao mesmo tempo em que o discurso é posto em marcha, de tal modo a não ser possível dizer de um sem dizer do outro”. Nesse sentido, o fato de a cantora “ter carinha de adolescente” e ter “20 e poucos anos nas costas”, sua curta caminhada na estrada de sucesso é pavimentada por grandes nomes da música como “*Leonard Cohen, David Bowie, Bob Dylan, Björk e Johnny Cash*”.

A oposição semântica de inexperiência vs. experiência cria um processamento metafórico que desencadeia a projeção da “balança equilibrada”. De um lado, sua curta carreira, conduzindo para os sentidos da possível inexperiência. Do outro lado, seu fanatismo por cantores de sucesso que a levou a reproduzir “a sonoridade do soul e do rock melódico”. Ora, o equilíbrio entre essa oposição semântica se desfaz pelo “fiel da balança linguística”, o advérbio “Apesar de” que indica, nesse enunciado, a ideia oposta do primeiro sintagma “carinha de adolescente e de seus 20 e poucos anos nas costas” e orienta o leitor a compreender que sua herança vocal supera sua curta caminhada no mundo da música.

Pela intervocalidade (MENDES, 2021), observamos que os pré-construídos de sucesso “*Leonard Cohen, David Bowie, Bob Dylan, Björk e Johnny Cash*” é que fazem de Aurora uma referência na música.

Nessa lógica trazida pelo discurso do sucesso, nem a criatividade, nem os traços vocais de Aurora são natos, mas herdados, reproduzidos por uma referência externa e anterior à de sua experiência vocal, como Veja procura estabelecer ao enunciar que “ela herdou a sonoridade do soul e do rock melódico, e a habilidade de contar histórias em suas letras”. Sobre essa intervocalidade trazida pelos pré-construídos de sucesso, Mendes (2021) afirma que

Há um processo circular na constituição de qualquer qualidade vocal que incorpora valores já adquiridos por outras no campo discursivo no qual tomam parte e no interdiscurso, ao mesmo tempo em que, ao se constituir, reatualiza esses valores, retroalimentando-os com novas imagens e reforçando e difundindo aquelas já estabelecidas na memória coletiva: (MENDES, 2021, p. 61).

Ao observar o trecho em que Mendes (2021) descreve a atualização de valores do campo interdiscurso sobre a qualidade vocal, chegamos à compreensão, assim como Soares (2018a, p. 183, *itálico nosso*), de que “o sucesso é homogêneo, *mas* a voz é heterogênea. De outro modo, a revista ao discursivizar uma cantora não tão conhecida por seus leitores (e pela maioria dos ouvintes no contexto em que Aurora aparece), precisa vincular a aspirante da voz de sucesso às celebridades já consagradas no mundo da música. Por essa razão, concordamos com a máxima de que “uma notícia cuja voz é um dos centros de seu dizer tem uma celebridade como alvo segundo a qual orbita estratégias de construção de efeitos de sucesso sobre a voz” (SOARES, 2018a, p. 182).

Considerações finais

Após nosso percurso analítico, é possível sopesar e tecer algumas reflexões sobre a intervocalidade, o potencial heurístico dos pré-construídos de sucesso e sobre a estética da escuta. Assim, pelo funcionamento da intervocalidade, pudemos compreender que os pré-construídos de sucesso tais como “Leonard Cohen”, “David Bowie”, “Bob Dylan”, “Björk” e “Johnny Cash” funcionam como elementos constitutivos dos traços distintivos vocais de “Aurora” cuja reprodução vocal remonta e põe em manutenção o padrão estético de escuta (SOARES; BOUCHER, 2020). Além disso, é este padrão

estético já consolidado como “vozes de sucesso” pelas extensas e contínuas redes de dizeres sobre a voz que permite dizer que a voz “Y”, na atualidade, ocupa um espaço privilegiado, porquanto retoma os mesmos traços de “X” do passado.

Contudo, se observarmos de forma minuciosa a dinâmica da intervocalidade, a sua natureza constitutiva, como um recurso midiático na fabricação das vozes de sucesso, perceberemos que a estética de sucesso se constitui não só através de um saber discursivo o qual viabiliza todo dizer (ORLANDI, 2015), mas também pelo retorno às vocalizações consagradas e associadas a pré-construídos de sucesso como os supracitados.

Por essa razão, podemos afirmar que o sucesso não emana e se perfaz somente por aquilo que se diz ou por aquilo que se canta, mas por uma grandeza maior que determina os dois, a saber, as memórias sobre a “boa voz” engendradas num “consenso coletivo”, numa formação imaginária que projeta enunciados-verdades sobre a voz de alta qualidade, ou seja, sobre o conjunto de traços distintivos vocais estabilizados e já consolidados como determinada estética vocal de sucesso.

Ora, assim como Pêcheux (1997) não deixa de considerar a ideologia como constitutiva da linguagem ao contemplar a noção de formação discursiva; e assim como Soares (2019, p.43) bem sustenta a consolidação pecheuxtiana ao afirmar que tal ideologia “não existe *per se*, mas, isto sim, materializada no nível global das relações sociais”, podemos também constatar que a voz de sucesso engloba uma prática discursiva que, materializada nos dizeres sobre a “boa voz”, “tem um vínculo estreito com o entrecruzamento do discursivo e do não discursivo” (SOARES, 2019, p. 42), ou melhor, da relação entre continuidade e descontinuidade histórica.

Por essa razão, assim como pensa Pêcheux (1997), respeitando, é claro, o distanciamento entre o objeto discursivo analisado, constatamos que se trata de observar as relações dos efeitos de sentido sobre a voz de sucesso que outrora marcaram posições, estabeleceram distanciamento entre qualificação e desqualificação vocal, com aqueles discursos latentes na atualidade musical que engendram em sujeitos cantores os atributos do sucesso.

Ademais, ao investigarmos os funcionamentos discursivos no escopo da revista *Veja*, pudemos constatar que a construção da recepção da voz de sucesso passa pelos dizeres midiáticos

que determinam a estética vocal de sucesso e, em grande parte, constituem, pela intervocalidade, pela busca de um empréstimo dos traços vocais da voz consagrada, a “escuta’ ligada aos holofotes e microfones midiáticos” (SOARES e BOUCHER, 2020, p. 106, aspas do autor). Assim como Mendes (2021), é possível afirmar que “pela ótica da AD, podemos pensar que um determinado modo de cantar surge com origem de uma espécie de intervocalidade que lhe é constitutiva e lhe precede” (MENDES, 2021, p. 60).

Dessa percepção de Mendes (2021), constatamos também que essas vocalizações de sucesso ao serem acionadas no campo interdiscursivo, fazendo emergir as memórias da “boa voz” no campo intradiscursivo, no qual a materialidade linguística alinhava os sentidos de sucesso, nos permite ainda a afirmação de que o potencial heurístico do pré-construído de sucesso (SOARES, 2018a, 2018b) é um estudo que cabe ser priorizado, pois esse, como configuração sintático-semântica e como dinamizador de transferências e de deslocamentos de regiões de sentidos sobre a fama, tem a potência de ressignificar o funcionamento a partir do sucesso como memória constitutiva da estética vocal.

Por todas essas considerações teórico-metodológicas e pelo caminho percorrido até aqui, chegamos a uma (in)conclusão de que os funcionamentos discursivos midiáticos viabilizam a manutenção da estética da recepção, em boa medida, parte dos pré-construídos de sucesso, engendrados nas redes de dizeres sobre a fama. Por essa razão, acreditamos no poder da voz como uma materialidade discursiva capaz de permitir a constituição de sentidos e de sujeitos de sucesso contemporâneos.

Referências:

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado: Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BOLLOUSSIÉ, Anna Virginia. Fãs gritam por New Order enquanto Mixhell aquece público no UMF. *UOL/Ilustrada*: São Paulo, 2011. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2011/12/1016240-fas-gritam-por-new-order-enquanto-mixhell-aquece-publico-no-umf.shtml>. Acesso em 11 mar. 2023.

CARNEIRO, Raquel. Quem é Aurora, a cantora norueguesa citada pela Fuvest. *Veja, Cultura*, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/quem-e-aurora-a-cantora-norueguesa-citada-pela-fuvest/>. Acesso em 21/11/2022.

DINHEIRO VIVO. Leonard Cohen: A voz melancólica de uma geração. *Marketing & Pub*, 2016. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/marketing-pub/leonard-cohen-a-voz-melancolica-de-uma-geracao-12851313.html>. Acesso em 07 mar. 2023.

GIORDAN, Isabela. Fuvest: o que é, vestibulares e USP. *Quero Bolsa, Vestibular e Enem*, 2020. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/o-que-a-fuvest-usp>. Acesso em 07 de mar. 2023.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas/ Paul Henry; tradução: João Wanderley Geraldo e Celene Margarida Cruz. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, SP (19): 43-64, jul./dez. 1990.

HOMERO, *Odisseia* / Homero; tradução e prefácio Carlos Alberto Nunes. - [25. ed.] - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

MENDES, Maria das Dores Nogueira. O investimento vocal do Pessoal do Ceará: um canto torto feito faca. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 15, n. 30, 2021. p. 57-77.

MIRANDA, Igor. Serj Tankian não aguenta mais sustos de fãs que gritam “WAKE UP” para ele na rua. *Rolling Stone/Música*, 2023. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/musica/serj-tankian-nao-aguenta-mais-sustos-de-fas-que-gritam-wake-up-para-ele-na-rua/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

O GLOBO. Com voz de barítono e visual soturno, Johnny Cash se tornou ícone da música. *Cultura*, 2018. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/com-voz-de-baritono-visual-soturno-johnny-cash-se-tornou-icone-da-musica-23056237>. Acesso em 07 mar. 2023.

ORLANDI, P. Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015.

PASIN, Lucas. Fãs gritam nome de ex de Wesley Safadão em show e prometem ‘gritaco’. *G1.com*, 2016. Disponível em: <http://ego.globo.com/sertanejo/noticia/2016/05/fas-gritam-nome-de-ex-de-wesley-safadao-em-show-e-prometem-gritaco.html>. Acesso em: 11 mar. 2023.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. Jean Davallon, Jean-Louis Durand, Michel Pêcheux, Eni P. Orlandi. *Papel da memória*; tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PIOVEZANI, C. *Verbo, Corpo e Voz: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SOARES, Thiago Barbosa. Discurso do Sucesso: sentidos e sujeitos de sucesso no Brasil Contemporâneo; Universidade Federal de São Carlos UFSCar, *Estudos Linguísticos*, 45 (3): p. 1082-1091, São Carlos. São Paulo, 2016.

SOARES, Thiago Barbosa. Sucesso: discursos contemporâneos de capitalização dos sujeitos. In: SOARES, Thiago Barbosa (org.). *Múltiplas*

perspectivas em Análise do Discurso: objetos variados. São Carlos – SP: Pedro & João Editores, 2018a.

SOARES, Thiago Barbosa. Vozes do sucesso: uma análise dos discursos sobre os vícios e virtudes da voz na mídia brasileira contemporânea (Tese) Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, *Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL*, Câmpus São Carlos, 2018b. p. 312. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10489/TESE%20Thiago%20Final%202.pdf?sequence=1&i-sAllowed=y>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SOARES, Thiago Barbosa. *Percorso Linguístico*: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018c.

SOARES, Thiago Barbosa. Formação discursiva: uma noção com dois fundadores. In: PESSOA, Osalda Maria (org). *Leitura, discurso e produção dos sentidos*: múltiplas abordagens. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019b. p. 37-51.

SOARES, Thiago Barbosa. *Composição discursiva do sucesso*: efeitos materiais no uso da língua. – Brasília: EDUFT, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/9170>. Acesso em: 26/08/2021.

SOARES, Thiago Barbosa. *Percorso Discursivo*: heterogeneidades epistemológicas aplicadas. 1. ed. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

VIANNA, Letícia. Escute a incrível voz de David Bowie na gravação isolada de 'ziggy Stardust'. *Ultraverso*, 2014. Disponível em: <https://ultraverso.com.br/escute-a-incrivel-voz-de-david-bowie-na-gravacao-isolada-de-ziggy-stardust/>. Acesso em 07 mar. 2023.

PARTE IX

Paula Ramos Ghiraldelli
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins (UFT/ CNPq)

O VERBO 'MILITAR' NO DICIONÁRIO *AULETE DIGITAL*: UMA ANÁLISE

DISCURSIVA DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE INSTRUMENTALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

Introdução: o estudo de instrumentos linguísticos enquanto objetos discursivos

O presente estudo se debruça sobre as diferenças terminológicas contidas em dicionários brasileiros de tempos distintos, através da análise discursiva da segunda entrada para a palavra 'militar' (verbo) e seu significado, dispostos por duas versões do dicionário Caldas Aulete (1980 e 2007) – ambas inclusas no *Aulete Digital* (LEXICON, 2007).

Objetiva-se, assim, verificar, por meio de mecanismos discursivos, os processos ideológicos presentes nas condições de produção desses dois objetos. Os dicionários são compreendidos dentro do conceito de instrumento linguístico – ferramentas cuja elaboração envolve uma técnica e que permitem a (e são permitidos pela) reflexão sobre a língua através de si mesma (AUROUX, 1992) –, mas não só. Uma vez que são formulados em determinadas conjunturas históricas políticas e sociais – aspectos que determinam sua produção – são aqui pensados a partir da concepção de discurso, ou seja, tratados como objetos de caráter linguístico-histórico e ideológico”, indissociáveis dos efeitos políticos e sociais que produzem (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2011).

No caso específico do tratamento discursivo dos dicionários enquanto ferramentas tecnológicas que proporcionam a reflexão

acerca do uso da língua, Collinot e Mazière (1997) afirmam que a “palavra enquanto forma discursiva pertencente ao discurso do dicionário [...] [conduz] a uma interpretação historicizada das formas de significação [...] [que a coloca como] segmento de discurso” (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 101). De modo geral, a estrutura dos dicionários atuais envolve um compêndio com o máximo de palavras (existentes em uma língua) e explicações construídas em um determinado tempo e lugar, com seus devidos exemplos de utilização. Parte, portanto, da nomenclatura existente na língua para estabelecer sua aplicação (a regra e os exemplos). Sobre tal estrutura, Arguelhes e Rosa (2018) apontam:

Ao reunir em suas páginas milhares de vocábulos, com a tarefa de apontar os principais significados de cada palavra, os dicionários influenciam e delimitam o uso das línguas. [...] Os dicionários refletem e, ao mesmo tempo, contribuem para moldar visões de mundo, valores e ideologias. Não é desprezível o papel que exercem na disseminação de normas e conceitos. Por conseguinte, nas disputas de poder [...].

[...]

Quem abre as páginas de um dicionário espera encontrar a maior objetividade possível. Isenção e exatidão são características mais do que desejáveis. Eis o que faz dessas publicações espaço privilegiado para se analisar como a ideologia dominante alcança as estruturas mais profundas de representação do real (ARGUELHES; ROSA, 2018, p. 2).

Considerando o caráter institucional e normativo dos dicionários, infere-se que as descrições neles contidas estão vinculadas aos discursos institucionais e sua compreensão sobre a língua, ou seja, estão diretamente ligados a aspectos ideológicos dominantes. Atuam, portanto, Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1980). Outra questão concernente ao funcionamento discursivo dos dicionários reside no fato que esses são publicados e republicados ao longo do tempo, buscando se adaptar às mudanças da língua e da sociedade.

A cada publicação, as alterações nos verbetes, por mínimas que sejam, expressam as novas condições de produção (PÊCHEUX, 1993) nas quais esses objetos são discursivamente produzidos, através do entendimento que se tem acerca do vocabulário de uma língua – as percepções institucionais do que deve existir e se constitui como forma

padrão de um idioma⁴⁶. A justificativa desta investigação permeia, portanto, a relevância que esse tipo de estudo proporciona para a compreensão da ideologia institucional vigente em um determinado momento social.

O estudo de ferramentas linguísticas como o dicionário permite que sejam desveladas estruturas ideológicas impressas por meio da materialidade da língua, possibilitando a compreensão dos sentidos que ‘militar’ (enquanto ação) alcançam institucionalmente. Para a investigação aqui proposta, serão utilizadas as ferramentas da Análise do Discurso Francesa (AD) – especificamente: as noções de interdiscurso (ORLANDI, 2009), de Formação ideológica e Formação discursiva (PÊCHEUX, 1993; 2011) – cujo emprego permite que sejam estabelecidas as condições de produção *corpus* e, dessa forma, os posicionamentos ideológicos vigentes no interior de seus processos discursivos.

A próxima seção, de Aparato Teórico-metodológico, trará os devidos desmembramento acerca dessas noções e, logo na sequência, será realizada a análise do *corpus*. Na seção de Considerações finais, será feito o cotejo, a comparação entre as condições de produção dessas descrições e a verificação das alterações sofridas pelas tecnologias de reflexão linguística.

Aparato Teórico-metodológico: as ferramentas da Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) é uma teoria voltada para a descrição e interpretação da atividade discursiva – ou seja, o discurso como “prática de linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 15). A fim de compreender tais processos, a AD mobiliza diferentes conceitos e categorias de análise. Além do conhecimento desses dispositivos de interpretação, é primordial, para a análise, a delimitação de um *corpus* que compreenda a constituição discursiva que possam demonstrar como o discurso atua na produção de significações (ORLANDI, 2009).

O objeto que aqui se pretende analisar, é constituído por duas descrições da palavra ‘militar’ inscritas, respectivamente, na versão publicada em 1980 do dicionário Aulete, e na versão atualizada de 2007. Para o estudo das condições de produção dessas descrições,

46 Uma discussão paralela a essa encontrada na construção da história das ideias linguísticas refere-se, guardadas as devidas diferenças conceituais, à diferenciação entre o dictum/modus elaborada Charles Bally (SOARES, 2020, p. 31).

buscou-se algumas ferramentas estipuladas pela AD, sendo elas: o interdiscurso ou memória discursiva (ORLANDI, 2009), Formação ideológica e Formação discursiva (PÊCHEUX, 1993; 2011).

O primeiro conceito a ser aqui especificado é o de interdiscurso. A AD considera que os enunciados possuem existência histórica, de modo a serem produzidos e reproduzidos a partir de lembranças, esquecimentos ou silenciamentos de discursos anteriores (ORLANDI, 2009). Ao enunciar, o sujeito discursivo não cria, acessa redes de memória, e as atualiza em suas produções (SOARES, 2018), de modo que o discurso envolve uma relação entre o já dito e o que se está dizendo. Assim, toda a produção enunciativa se encontra no cruzamento entre dois eixos: o da memória e o da atualização do já-dito (ORLANDI, 2009). O eixo da possibilidade do dizer é chamado de interdiscurso, e é horizontal, uma vez que se manifesta na linearidade do discurso; o eixo vertical, que atravessa o discurso, é o da formulação, da atualização do que está na memória, também chamado de intradiscurso, “isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (ORLANDI, 2009, p. 33).

A existência desses eixos torna necessário distinguir os processos de esquecimento que ocorrem na produção discursiva. O esquecimento é involuntário e necessário à produção de sentido, e compreende duas formas: o esquecimento de que o dizer poderia ser outro; e o esquecimento de que o sujeito que enuncia não é de fato a origem do sentido (PÊCHEUX, 2009). Dessa maneira, todo dito pode se realizar a partir de outras palavras (a formulação implica na escolha) e é, simultaneamente, afetado pela memória discursiva, numa reformulação de dizeres e sentidos anteriores (ORLANDI, 2009). Nesse movimento, o sujeito formula e reformula o dizer, identificando-se com o que está dizendo sem perceber que não está propriamente criando (SOARES, 2018; ORLANDI, 2009). Por isso, o esquecimento se relaciona à noção de assujeitamento segundo a qual todos os sujeitos reproduzem a ideologia dominante de modo inconsciente (ALTHUSSER, 1980).

No discurso não é diferente: os sujeitos, em suas práticas enunciativas estão presos inconscientemente a um complexo ideológico dominante (PÊCHEUX, 2009) reproduzido discursivamente por meio do esquecimento. Eis como o processo de assujeitamento é transportado para o discurso e relaciona-se a memória discursiva: é “no

interdiscurso [que] reside o complexo ideológico dominante de cujo assujeitamento o sujeito sofre" (PÊCHEUX, 2009 *apud* SOARES, 2018, p. 119). Diante do exposto, é possível dizer que os sujeitos discursivos se posicionam no interdiscurso através da manifestação discursiva da ideologia (SOARES, 2018). O interdiscurso é, portanto, o lugar em que os diversos discursos (de diferentes momentos e lugares) se encontram por meio da ideologia (ORLANDI, 2009). Sendo o local em que reside a ideologia, é no interdiscurso em que diversas Formações Ideológicas se manifestam, caracterizando uma Formação discursiva (PÊCHEUX, 2011).

Formação Ideológica e Formação discursiva (PÊCHEUX, 2011) são às duas próximas noções a serem tratadas, e que serão utilizadas para fins analíticos nesta pesquisa. A partir da influência do materialismo histórico-dialético, a AD promoveu a mudança de paradigma linguístico (de língua para discurso). Isso significa que o conceito de "língua como realidade autônoma [estruturalista] não desapareceu", mas se resignificou, partindo do princípio de que as "relações sociais [...] resultam de relações de classe características de uma dada formação social (por meio do modo de produção que a domina [...])" (PÊCHEUX, 2011, p. 72). Tendo em vista que nas formações sociais estão contidas as relações de classes entre dominantes e dominados, e que a ideologia (nos moldes do materialismo histórico-dialético) é um elemento que se materializa na linguagem, o discurso está inserido e é produzido pelos sujeitos a partir da ideologia, ligando-a ao inconsciente pela materialidade língua (ORLANDI, 2009).

"Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de Formações Ideológicas (referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado), intervindo na conjuntura ideológica de uma formação social" (PÊCHEUX, 2011, p. 72), e operando "como mecanismo discursivo de produzir sentido" (SOARES, 2018, p. 111). "Cada formação ideológica constitui [...] um conjunto complexo que comporta atitudes e representações [...] [referentes] a 'posições de classe' em conflito umas com as outras" (PÊCHEUX, 2011, p. 73). No discurso, a Formação ideológica se manifesta por meio de Formações discursivas, comportando-as. Dessa forma, o conceito de Formação discursiva é definido a partir da noção de Formação ideológica, como aquilo "que pode ser dito [sob um formato enunciativo] [...] a partir de uma dada posição em um dado lugar" (PÊCHEUX, 2011, p. 73). Como

“as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, elas “mudam de sentido ao passar de uma FD para outra” (PÊCHEUX, 2011, p. 73).

A noção de Formação discursiva insere, de modo efetivo, a história e a ideologia no discurso, ao especificar que as circunstâncias das condições de produção do discurso e a troca de impressões projetivas entre os sujeitos discursivos ocorrem a partir de um conjunto de regras que delimita o dizer. Além disso, é correto afirmar que os sentidos que uma Formação discursiva permite gerar dependem do interdiscurso, já que é nele que a ideologia está posta, e é por ele que os sujeitos falantes constroem seus enunciados. As Formações discursivas regionalizam o interdiscurso, estabelecem recortes, de modo que os conceitos aqui explanados se encontram, na prática discursiva, vinculados, como será possível verificar, na próxima seção, na qual ocorrerá a análise discursiva da segunda entrada do termo ‘militar’ (a que se refere ao termo enquanto verbo), nas versões de 1980 e 2007 do dicionário Aulete, visando estabelecer as condições de produção em que esses objetos discursivos se dão. Logo na sequência, nas Considerações finais, será realizada a comparação entre esses aspectos.

O verbo ‘militar’ no Aulete digital: análise da versão de 1980

O *Aulete digital* (LEXICON, 2007) é constituído por dois dicionários integrados: a versão brasileira digital integral do *Caldas Aulete*, publicado em 1980 e, a versão de 2007. Para cada termo localizado pelo dicionário, é possível verificar, em uma aba, o significado atualizado e, em outra, o significado ‘original’. Segundo o *Aulete digital* (LEXICON, 2007), o significado para o verbo ‘militar’ em sua versão mais antiga (1980) é dessa precisa maneira descrito:

militar ² v. intr. || seguir a profissão das armas, servir no exército. || Fazer guerra, combater: Era este inglês potente e *militara* com os portugueses já contra Castela. (Camões.) || Pugnar, lutar, opor-se: Quando contra os nossos *militavam* todas as circunstâncias contrárias... (R. da Silva.) || Estar filiado num partido, seguir e defender as ideias de um grupo político; professar uma doutrina ou seita: Era aquele que mais tarde na câmara dos pares, *militando* na oposição, se penitenciava num discurso memorável por ter proposto a momentânea ditadura. (Lat. Coelho.) F. lat. *Militare* (LEXICON, 2007, [s.p], grifos e itálicos do autor).

Os aspectos morfológicos e sintáticos são os primeiros a se destacar, na apresentação. Tais características permitem que se observe questões relativas ao interdiscurso em que esse objeto se inscreve, uma vez que se remetem a uma classificação, um recorte linguístico e esses recortes são sempre feitos de acordo com aspectos históricos e ideológicos que permeiam sua ocorrência (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017), ou seja, por si, já demonstram o contexto ideológico residente no interdiscurso (ORLANDI, 2009). Pela descrição, 'militar' é classificado enquanto verbo intransitivo, isto é, uma ação que não pede complemento (objeto). Os exemplos de uso que compõem o verbete em questão explicitam o interdiscurso: correspondem a ditos anteriores em que 'militar' ocorre e permitem a reformulação a cada dizer (ORLANDI, 2009). A reformulação do que está no interdiscurso é feita a partir da seleção de exemplos de uso, demonstrando (ou, proporcionando o efeito) que a descrição do dicionário não cria significados, mas se baseia na língua em circulação.

O anunciador (a ser entendido como um conjunto que envolve o autor em si, a editora que publica e os órgãos que avaliam e reconhecem esse dicionário) 'retira' a si próprio da autoria. Eis como o dicionário gera o efeito discursivo da neutralidade, baseando-se em enunciados dispostos socialmente, por meio do interdiscurso, e posicionando-se no papel discursivo de mero descritor da língua. Pelas vestes da neutralidade, através da qual o enunciador se exime, se exclui, o sentido promovido é de que a composição do dicionário é unicamente material, isento de ideologias e impressões individuais: é como se a língua fosse diretamente retirada da sociedade e automaticamente categorizada, no dicionário, e esse instrumento se torna uma espécie de materialização física da língua – uma entidade normativa que carrega em si todas as possibilidades lexicais. O efeito de neutralidade, portanto, confere autoridade e caracteriza o documento como relevante, uma listagem plausível de formas linguísticas, isento das individualidades e, por fim, um instrumento neutro e, por isso, didático.

Apesar disso, é importante frisar que não existe discurso neutro, já que a ideologia permeia a língua, está nela impressa e é dada através dela (ORLANDI, 2009). A neutralidade é, assim, um efeito disposto pelo próprio discurso (ORLANDI, 2009), "envolvendo uma

intenção do enunciador, dentro de um quadro de posicionamento ideológicos” (GHIRALDELLI, 2022, p. 42). Para mostrar-se neutro e na posição de descritor, diante da diversidade de utilizações da língua, o enunciador opta por alguns significados na composição do dicionário, promovendo um recorte que silencia sentidos outros, marginalizados pela seleção. O silêncio, de acordo com a perspectiva do discurso, constitui-se como um lugar de significação (ORLANDI, 2007), e o silenciamento ocorre na medida em que “se diz x para não dizer y, este sendo o sentido a se excluir do dito [...]. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar” (ORLANDI, 2007, p. 73). Essas escolhas e silenciamentos se devem, por um lado, porque é impossível descrever todos os significados contidos em um único verbete.

Por outro lado, por serem efetuadas por indivíduos interpelados pela ideologia, constituindo-se em sujeitos (ORLANDI, 2009), revelam os posicionamentos ideológicos com os quais esses indivíduos comungam. Não são, portanto, escolhas aleatórias, mas movidas pela Formação ideológica em que o enunciador emerge. É no interdiscurso que se observa as Formações ideológicas, no interior das quais estão as Formações discursivas (PÊCHEUX, 2011).

Ao se concretizar discursivamente, por meio de descrições e exemplos, o dicionário se insere em uma prática social discursiva – uma Formação discursiva – decorrente de Formações Ideológicas (dispostas pelo interdiscurso) as quais ele se filia e que, no dicionário, irão revelar o seu caráter institucional e normativo. Para verificar como ocorre esse movimento e como essas expressões ideológicas se manifestam, é interessante investigar os exemplos mais a fundo, apontando como eles estão dispostos no interdiscurso e são atualizados, (ORLANDI, 2009), inserindo-se em uma Formação discursiva institucional.

Basicamente, pela exposição do trecho citado, verifica-se que ‘militar’, enquanto verbo, apresenta um conjunto de ações que cerceiam a atividade social, caracterizando, inicialmente, uma profissão – a profissão das armas e da guerra, guerrear. Nessa perspectiva, o exemplo utilizado é um fragmento do clássico literário *Os Lusíadas* (CAMÕES, [1572] 2012), texto produzido pelo Cânone Luís de Camões, em 1572, e cujo contexto de produção emerge das Grandes Navegações – as quais a obra serve como grande elogio e heroicização dos portugueses mediante o cenário de descobertas.

A exemplificação a partir de tal contexto conduz à antiguidade

e glória da expressão 'militar', como algo presente na língua desde os tempos mais remotos, sendo, inclusive herança dos momentos gloriosos em que Portugal se configurava como uma potência enquanto país. O vocábulo ganha, então, caráter de 'originário' – espécie de saldo positivo da colonização –, tradicional, garantindo-se a autoridade e consagração da existência do termo.

Além disso, ao trazer um escritor português do sec. XIV para ilustrar a língua, o exemplo diz a respeito da autoridade de falar sobre a língua. A utilização do texto literário português como exemplo fornece subsídio do que se pode considerar o 'bom uso' (correto, da perspectiva normativa) do termo. A concepção de que o português de Portugal representa a língua em sua origem e (portanto) exatidão está aí impressa. Reitera-se, desse modo, a existência do vocabulário, e a literatura (portuguesa) é colocada como um lugar em que a língua se dá de forma correta. Sobre isso, é relevante destacar o conceito de esquecimento (PÊCHEUX, 2009) dado pela teoria do discurso.

Quando o dicionário estabelece como uso padrão o escrito de nomes da literatura considera, implica que o português adequado é aquele utilizado por um extrato da sociedade – o letrado. Simultaneamente, retoma a concepção de que o português dos textos portugueses representa a essência e fidelidade da língua, o modo correto de se dizer as coisas.

Esquece, portanto, que o mesmo conteúdo poderia ser dito de outra forma (PÊCHEUX, 2009), como através da variante não padrão/oralizada da língua, pela literatura brasileira ou, até mesmo, pelo português de Portugal em sua atualidade. O exemplo promove um recorte normativo (associado à língua portuguesa de Portugal e, simultaneamente, suprime outras variantes da língua; também inscreve 'militar' enquanto profissão como fator tradicional da sociedade, consagrando-a e dispondo-a como elemento positivo e pertencente ao uso padrão idiomático (contido pelo dicionário).

Para além de ato de guerra, o termo 'militar', enquanto verbo, aborda duas outras proposituras de significações interligadas pelo aspecto ideológico: uma como forma de oposição, de se colocar contra (uma circunstância) e; outra, como forma de professar um posicionamento político e ideológico. A primeira delas refere-se às circunstâncias que se colocam contra outras; a segunda caracteriza o indivíduo que atua como militante – político ou, como está descrito, de uma seita.

No primeiro caso, as conjunturas militantes se opõem ao sujeito em primeira pessoa do plural – o ‘nós’ –, de maneira que o exemplo sugere a inclusão de enunciador e enunciatário. O efeito de sentido gerado é que os fatos militantes são contrários às crenças e ações dos sujeitos sociais, e buscam se contrapor ou, até mesmo, atrapalhar as ações desses sujeitos. Dessa forma, tudo o que milita pode ser visto como subversivo, opositor da ordem na qual o sujeito se insere. No segundo caso, os indivíduos militantes são literalmente descritos como opositores. O termo ‘câmara dos pares’ confere uma esfera política ao cenário proposto pelo exemplo, de modo que se pode pensar em oposição governamental. Nessas duas situações, o sentido de ‘militar’ como verbo caracteriza uma ação contrária a ordem vigente que pode ser movida, inclusive por forças e desejos ditatoriais (conforme o exemplo). Este sentido refere-se, portanto, ao opositor da ideologia vigente e, assim, negativo, de modo que ‘militar’ caracteriza uma ação contrária aos moldes sociais ideais expressos pelo dicionário.

Pelo exposto, é possível caracterizar a Formação discursiva em que o dicionário Aulete de 1980 se inscreve, dada a partir de uma formação ideológica exposta pelo interdiscurso. Nos exemplos, o verbo ‘militar’ só é tratado positivamente quando se refere às atividades de guerra, revelando um posicionamento que define uma Formação ideológica em que as ações militares são valores que devem pertencer à sociedade, enquanto os sentidos que abarcam ‘oposição ideológica’ são valores socialmente negativos.

O dicionário, por meio de mecanismos de neutralidade, se constitui como descritivo-normativo e como parte do discurso institucional, revelando o posicionamento ideológico das instituições brasileiras. Nessa mesma perspectiva, as descrições se apresentam, no dicionário, de forma concisa, revelando a busca pelo didatismo e neutralidade que, através dos processos de esquecimento e silenciamento mobilizados pelo discurso operam para delimitar o que pode ou não ser dito (PÊCHEUX, 2011) dentro da Formação Discursiva institucional.

A Formação discursiva institucional, a qual o texto se vincula, privilegia as formas utilizadas pelas elites e valoriza os aspectos relacionados ao exército e a guerra; além de ser marcada pela neutralidade intencional que promove a concisão e o didatismo da apresentação descritiva. O dicionário atua como descritivo, mas

também normativo, na medida em que se configura como uma entidade linguística – que carrega a língua em seu aspecto institucional –, detentora dos dizeres em sua forma oficial.

A Formação discursiva do dicionário, além de delimitar os dizeres nele contido, busca delimitar as formas consideradas como o bom uso da língua, promovendo um recorte que exclui as demais e as categoriza como não institucionais, não oficiais. Concluída essa parte da análise, será verificado, agora, como as ferramentas da AD podem oferecer a reflexão acerca dos aspectos ideológicos que circundam a descrição do verbo ‘militar’ na versão de 2007 do dicionário Aulete, disposta também no *Aulete Digital* (LEXICON, 2007). Sobre isso, o dicionário apresenta a seguinte exposição:

militar² (mi.li.tar)

v.

1. Guerrear ou lutar [tr. + com, contra, por: *Militar contra o invasor*: *Militar por uma causa*] [int.: *Eles militaram bravamente nas trincheiras*]

2. Seguir uma carreira, ou atuar (em partido, organização etc.) [ta.: *Militara no partido comunista*: *Milita na advocacia*]

3. Prevaler, vigorar [int.: *Ali ainda milita a lei do mais forte.*]

[F.: Do lat. *militare*. Hom./Par.: *militares* (2ªp.s.), *militares* (a2g.sm. [pl.]); *milite* (1ª e 3ªp.s.), *milites* (2ªp.s.), *milite* (sm. [pl.]). (LEXICON, 2007, [s.pl], grifos, itálicos e sublinhados do autor)

Nesse grupo de significações, assim como no dicionário de 1980, os exemplos representam utilizações da língua sobre atividades sociais. Essas atividades estão divididas em três tipos: (1) relativa à embate, combate físico ou não; (2) referente à atuação em organização e; (3) no sentido de ‘prevaler’. Os exemplos, nesse caso, se destacam com relação às explicações, são eles os procedimentos discursivos que permitem o acesso à memória discursiva e à instância ideológica (que, na prática, são as Formações ideológicas). Em sua primeira descrição enquanto forma verbal, apesar de ‘militar’ englobar o combate (corporal ou argumentativo), os exemplos utilizados remetem à situação de guerra. O cenário da guerra é dado pelos termos ‘invasor’ e ‘trincheira’. Um exemplo trata de militância ideológica – “Militar por uma causa” (LEXICON, 2007, [s.p]) –, mas também pode ser entendido como uma situação de batalha física, já que qualquer instância de

guerra envolve posicionamentos ideológicos em conflito (e que irão predominar por meio da vitória física).

Essas possibilidades se estabelecem pela ausência de maiores explicações acerca de cada exemplo, o que caracteriza discursivamente a concisão da descrição oferecida como parte da constituição do dicionário, e promove efeitos de sentido de didatismo e neutralidade. O significado número (2) apresenta o verbo 'militar' como atuação profissional, sendo seguir carreira ou atuar em partido/organização. Confere, ao sentido de militância ideológica, um caráter profissional e, portanto, relativo a uma posição social. Os exemplos aproximam 'militar' na advocacia e no partido comunista, o que se remete a momentos históricos da sociedade brasileira. A memória discursiva ativada volta-se às movimentações pró democracia no período da ditadura militar, em que o partido comunista e grupos de advogados se contrapunham ao governo. O que se verifica, com isso, é uma interpelação de sentidos para 'militar', sentidos esses que, em um determinado momento histórico se opunham: os militantes (comunistas e advogados, como no exemplo) se colocavam contra os militares (do governo).

Ainda sobre referências históricas resgatadas pelo interdiscurso, é possível fazer considerações sobre o significado de número (3). Nele, o verbo ganha sentido de prevalecer, e o exemplo a 'lei do mais forte' como o sujeito que vigora: "Ali ainda milita a lei do mais forte". O destaque, aqui, é a expressão 'ainda' que confere à 'lei do mais forte' o aspecto fora de uso, algo antiquado ou atrasado, que deve ser abandonado. O interdiscurso ativado, nesse caso, para os aspectos legislativos e democráticos da sociedade atual brasileira, que se configura como uma democracia, e que deve buscar a igualdade (em oposição à prevalência do mais forte) – pelo menos, em tese. Nessa perspectiva, a 'lei do mais forte', em uma república democrática (no caso, o Brasil), é algo que não deve prevalecer. O exemplo é tratado, portanto, como negativo.

Pela exposição do dicionário, o verbo 'militar' pode ter efeitos de sentido tão distintos que, colocados juntos em um dado momento, representam forças ideológicas contrárias, compondo um quadro histórico-político da sociedade brasileira.

Considerando que os exemplos do significado do verbo militar em (1) envolve exatamente os pertencentes às carreiras militares e que

a memória discursiva em (2) é remetida ao período do governo militar no Brasil (especificamente, pelo exemplo que considera os opositores diretos do governo, o partido comunista), o efeito de sentido gerado é o da oposição ideológica, dado por tais sentidos que se colocam como valores historicamente opostos. Quando se associa os exemplos (1) (2) ao (3), contidos no Aulete de 2007, constrói-se um quadro histórico social e ideológico brasileiro, que remonta a uma linha do tempo: em (1) verbo 'militar' caracterizando a ação de pessoas que fazem parte das Forças Armadas; em (2), a ação de pessoas e movimentos contra um governo militar e, em (3), a reafirmação da democracia. Não se vê tal contraposição nos exemplos de 1980, de modo que tal diferença, não significa que o dicionário de 1980 é mais ideológico no sentido pró militar e que, portanto, o dicionário de 2007 seja mais democrático ou, até mesmo, mais neutro.

De modo nenhum é possível considerá-lo neutro ou imparcial, já que a ideologia é constituinte do discurso (ORLANDI, 2009), mas que o efeito de neutralidade do dicionário de 2007 ocorre de modo mais eficaz, uma vez que seus mecanismos discursivos mascaram um pouco mais o teor ideológico. No limite, o que ocorre é que o imaginário de uma sociedade atravessado por um governo militar e, posteriormente, pelo fortalecimento da democracia tenha sido consolidado com o tempo, ao ponto de que, em 2007, esses momentos estejam cristalizados enquanto histórico, passando a constar no dicionário. Através do acesso ao interdiscurso, com exemplos de uso da língua que se relacionem à história do país, o Aulete de 2007 busca reafirmar seu caráter neutro. Entretanto, mesmo consagrando discursivamente tais eventos históricos – o que pode ser considerado um aspecto progressista –, o dicionário de 2007 ainda se filia, discursivamente, as concepções ideológicas conservadoras e normativas. Para tal conclusão, basta verificar a ausência de maiores explicações sobre os exemplos.

Os recortes concisos de uso da língua suprimem a crítica, silencia concepções que podem ser vistas como mentirosas ou equivocadas (ou inconvenientes de serem levantadas) por um grupo de enunciatórios. O objetivo é de atender a todos, conservadores e progressistas, promovendo uma espécie de movimento inclusivo, neutro e democrático da língua. Nesse movimento, a língua que se estabelece no dicionário se torna um lugar comum a todos os cidadãos,

compreendendo todo tipo de enunciatário e se caracterizando como um estatuto da igualdade e, portanto, da verdade. Por mais que o dicionário busque se manter conciso e neutro, o *corpus* de exemplo se refere a uma memória discursiva, na qual a ideologia se manifesta. O fato de as descrições permearem a impressão de neutralidade também pode ser visto como um aspecto conservador: uma descrição, enquanto discurso, jamais é neutra, e a ausência de crítica ou contraposição a certos aspectos opera em prol de privilegiar o conservadorismo enquanto conservação de ideias.

O dicionário, enquanto tecnologia da linguagem, recorta e coloca a língua a serviço de concepções ideológicas, dentro de normas que determinam o dito. A Formação discursiva do dicionário Aulete de 2007 se constitui como a manifestação discursiva de uma Formação ideológica conservadora, caracterizando-se como a forma institucional, oficial da língua, e trazendo em si a ideologia das instituições.

Nessa perspectiva, o que está compreendido por essa Formação discursiva é a valorização das formas positivas acerca do que é qualificado como militar e das atividades militares, além da omissão de sentidos verbais críticos à prática militante contrária às instituições. A valorização democrática, também, ocorre, pelo interdiscurso, estabelecendo-se como um valor institucional. A omissão de sentidos ditatoriais e antidemocráticos para 'militar', nessa Formação discursiva também se faz presente, de modo que é colocada como um aspecto da institucionalidade da língua.

Considerações Finais

A análise discursiva do verbo 'militar' nas versões de 1980 e 2007 do dicionário Aulete, ambas contidas no Aulete Digital (LEXICON, 2007) proporciona algumas reflexões a respeito de como essas descrições trazem aspectos ideológicos (apresentadas, principalmente, pelo *corpus* de exemplo) imbuídos no discurso de instrumentos linguísticos. Os dicionários analisados apresentam diversas semelhanças nesses quesitos. Pela análise dos recortes linguísticos feitos a partir de classificações morfológica e sintática (que constituem o *corpus* de exemplo e delimitam o interdiscurso), constatou-se que enquanto verbo, a palavra em questão só é

tratada positivamente quando se refere às atividades de guerra, e os sentidos que abarcam ‘oposição ideológica’ são dados como valores socialmente negativos. Nessa perspectiva, verifica-se a omissão de (que silencia) sentidos verbais críticos à prática militante contrária às instituições, por meio da concisão que gera efeito de neutralidade intencional.

Assim, ambos os textos se constituem como a manifestação discursiva de uma Formação ideológica que privilegia as formas positivas acerca do que é qualificado como militar e das atividades militares. Em sua produção, a memória discursiva é atualizada, e por meio de mecanismos de silenciamento e omissão, o dicionário se caracteriza como a forma institucional, oficial da língua, e trazendo em si a ideologia das instituições. De tal forma, todos os aspectos trazidos acerca do interdiscurso, ao serem dicionarizados, ao mesmo tempo que revelam posicionamentos ideológicos, cristalizam-se como valor institucional.

Considerando que esses valores se dão em prol da conservação da instituição militar (a valorização das práticas de guerra e o silenciamento dos entremeios das práticas de oposição, por meio da concisão explicativa), é possível classificar a Formação ideológica como conservadora, ou seja, ocorre em oposição às manifestações discursivas progressistas – ou, pelo menos, revolucionárias ou rebeldes dos valores institucionais.

Além disso, a partir da verificação das Formação ideológica em que esses significados se filiam, é possível delimitar a Formação discursiva em que os dicionários se inserem. A Formação discursiva que os dicionários analisados compartilham é marcada pela neutralidade intencional que promove a concisão e o didatismo da apresentação descritiva e permite que o dicionário possa atuar como descritivo e normativo, colocando-se como o detentor dos dizeres em sua forma oficial. Pode ser classificada, portanto, como uma Formação discursiva institucional.

Apesar de todas essas semelhanças, os dicionários apresentam algumas diferenças quanto ao teor dos exemplos, e que podem fornecer subsídio para que se estabeleçam comparações que muito dizem sobre a mudança (ou continuidade) de perspectiva sobre língua abarcada por instrumentos (como o dicionário) que se colocam na posição de entidade linguística oficial. Essas diferenças permitem,

inclusive, que o teor desses instrumentos se classifique como mais (ou menos) expressivamente (ou escancaradamente) ideológicos.

Comparando tais verbetes, verifica-se que, no Aulete de 1980 ocorre o privilégio às formas linguísticas elitizadas (coloniais e da camada social letrada), com a presença de exemplos retirados de uma obra da literatura portuguesa. Tal tipo de exemplo não ocorre na versão de 2007, e a principal diferença ocorre pela presença das Forças Armadas enquanto instituição, conferindo à versão de 2007 o efeito de um caráter mais técnico, menos romantizado (pela supressão de exemplos literários), intensificando o aspecto da neutralidade. Isso não significa que o segundo dicionário tratado é menos ideológico – a ideologia é inerente ao processo de produção discursiva –, mas que são utilizados mecanismos discursivos (como a atualização da expressão 'Forças Armadas' na memória, a inserção dos exemplos em um espaço discursivo da democracia) que tornam os mecanismos de silenciamento mais fortes e o detalhamento dos valores positivos é maior. Aliás, a presença da esfera democrática nos exemplos de 2007 é um fator muito marcante para a caracterização do contexto histórico desse objeto.

Ela se opõe à ambientação relativa às Grandes Navegações, no exemplo do Aulete de 1980, que pode ser atribuída não por ter sido produzido nesse contexto (até porque o dicionário foi publicado em 1980), mas por significar um momento político e social em que os valores democráticos e republicanos ainda estavam sendo restaurados no país (1980 foi a década de reabertura política no Brasil) e, portanto, não haviam sido consagrados, incorporados ao discurso institucional. Já em 2007, a restauração democrática já havia ocorrido, e esses valores são apresentados pelo discurso dicionário enquanto instrumento institucional. Ademais, a forma discursiva encontrada para a valorização democrática ocorre pelas vias da concisão que promove, sob o invólucro da neutralidade, a omissão de detalhes antidemocráticos acerca dos valores militares. Tal detalhamento poderia ter ocorrido (afinal, ele aparece, de certa forma, quando se trata dos valores positivos), mas, convenientemente, é suprimido. A neutralidade intencional torna-se, assim, parte da estruturação da formação discursiva do dicionário.

A mudança de ambientação nos exemplos do dicionário, relacionada às transformações políticas, também implica em uma

alteração na concepção de língua e norma. Enquanto no significado expresso em 1980, a língua e a norma estão atreladas à uma noção de língua originária (aquela falada pelas elites portuguesas), no significado de 2007, a norma linguística se relaciona com a consolidação de valores institucionais, republicanos e democráticos, e compreende as formas que manifestem esses aspectos. Mesmo apresentando diferenças significativas que expressam o contexto histórico em que cada um desses instrumentos foi construído e a alteração de concepções políticas acerca da língua impressas pelas materialidades discursivas dos dicionários, a Formação Ideológica que possibilita a Formação Discursiva de ambos objetos do *corpus* permeia o conservadorismo e a valorização militar enquanto valor institucional, demonstrando que a concepção de língua promovida por ferramentas linguísticas que corroboram a perspectiva do Estado (como o dicionário) ainda está atrelada à valores muito similares, em que o militarismo ainda é uma tônica.

Referências:

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ARGUELHES, D. O.; ROSA, D. P. W. C. *Hegemonia*, Brasília, n. 24, p. 24-43, jul./dez. 2018. Disponível em: < [http://www.unieuro.edu.br/siteno-vo/revistas/revista_hegemonia_24/Delmo%20Arguelhes%20e%20Dem%C3%A9trio%20Weber%20\(3\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/siteno-vo/revistas/revista_hegemonia_24/Delmo%20Arguelhes%20e%20Dem%C3%A9trio%20Weber%20(3).pdf) >. Acesso em: 06 dez. 2022.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CAMÕES, L [1572]. *Os Lusíadas*. 3ª ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2012.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. Trad. Jacqueline León, Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

GHIRALDELLI, P. R. *Discurso militar: uma análise de propagandas do serviço militar Brasileiro e Russo na atualidade*. 2022. 63 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022. Disponível em: < <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/4449> >. Acesso em: 08 dez. 2022.

LEXICON Editora Digital. *Aulete Digital [website]*, 2007. Disponível em: < <http://www.aulete.com.br> >. Acesso em: 05 dez. 2022.

MOTA, N. A.; CERQUEIRA, I. B.; AZEVEDO, I. C. M. Gramatização do português brasileiro nos séculos XIX e XX e início do século XXI. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 552-567, ago./dez. 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982> >. Acesso em: 08 dez. 2022.

NUNES, J. H. C. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/886> >. Acesso em: 08 dez. 2022

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. Língua, Linguagens e Discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: Inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-75.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, C. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: A cidade na história das línguas e das ideias linguísticas.

Cad. Est. Ling., Campinas, 53(2), p. 197-217, jul./dez. 2011. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636988> >. Acesso em: 08 dez. 2022.

SOARES, T. B. *Percurso linguístico*: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas, SP: Pontes, 2018.

SOARES, T. B. *Concisa apresentação da linguística*: um panorama da gramática comparada à pragmática. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

SOBRE OS AUTORES

ANDREI CEZAR DA SILVA

Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos e graduado em Letras (Português e Inglês), por esta mesma instituição. Realizou, durante a graduação estágio na Universidade de Aveiro (Portugal), pelo Programa de Licenciaturas Internacionais, com apoio CAPES. Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e realizou pesquisas de Iniciação Científica (2016-2018) voltadas para análise de discursos sobre a leitura. Nas pesquisas de mestrado e doutorado contou com bolsa FAPESP (respectivamente processo 2020/03183-2 e processo), cujo objetivo em comum tem sido levantar, descrever e analisar enunciados em que emerge a expressão de “orgulho” de ser leitor e de ler em conformidade com as formas mais valorizadas de exercício dessa prática junto a diferentes grupos (social, cultural e etário) no Brasil. É membro do grupo de pesquisa *LIRE – Laboratório de Estudos da Leitura*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7913540199555836>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8350-0961>

E-mail: andrei.cezar29@gmail.com

ANDRÉIA MUNIZ LISBOA

Graduada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e especialista em Literatura Brasileira pela mesma universidade. Durante a graduação foi bolsista no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), na Fundação de Amparo ao pesquisador da Bahia (FAPESB) e no Programa de Iniciação Científica (PICIN). Neles, realizou pesquisas voltadas à Análise do Discurso e Literatura. Foi membro do Grupo de pesquisa Audiscurso (UNEB) que atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária. Atualmente é mestranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino superior (CAPES) e membro do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEStADI-UFT -UFT).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1559499447475577>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4237-3273>
E-mail: andrea.lisboa@mail.uft.edu.br

CARLOS PIOVEZANI

Professor associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador do CNPq. Foi coordenador do PPGL/UFSCar e coordena o Laboratório de Estudos do Discurso (*LABOR / UFSCar*) e Grupo de estudos em Análise do discurso e História das ideias linguísticas (*VOX / UFSCar*). Entre suas publicações, se destacam: *A voz do povo: uma longa história de discriminações* (Vozes), *A linguagem fascista* (Hedra), *Discurso e (pós)verdade* (Parábola), *História da fala pública* (Vozes), *Le discours et le texte: Saussure en héritage* (L'Harmattan/Academia), *Legados de Michel Pêcheux* (Contexto), *Presenças de Foucault na Análise do discurso* (EdUFSCar) e *Verbo, Corpo e Voz* (Editora UNESP). Foi professor convidado da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris) e professor visitante na Universidad de Buenos Aires (UBA).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1677609008094603>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3612-983X>
E-mail: cpiovezani@uol.com.br

DAMIÃO FRANCISCO BOUCHER

Mestre em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Porto Nacional e graduação em Letras (Português e Inglês e suas respectivas literaturas) por essa mesma instituição; especializado em Análise do Discurso Político e Jurídico e Psicologia Analítica Junguiana - Perspectiva Multidisciplinar, ambas especializações pela Faculdade Unyleya (FU), Rio de Janeiro; parecerista da Revista Porto das Letras, Porto Nacional e da Revista Leitura, Alagoas. *É membro do Grupo de Estudo de Análise do Discurso* (GEstADI-UFT). Em seu percurso pelo mestrado, dentre as diversas atividades exercidas, contribuiu com o projeto de pesquisa intitulado "O sucesso midiático como ponte para o sucesso político" sob o número de registro 3536 junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFT, sob a responsabilidade

do professor Dr. Thiago Barbosa Soares, cujo objetivo é descrever e interpretar as diversas manifestações discursivas na interseção do campo político com o midiático.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4815591282019412>

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8325-1603>

E-mail: boucherplace@gmail.com

DANIEL PERICO GRACIANO

Graduado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Realizou estágio de docência no curso de Linguística, sob a supervisão da professora Mariana Luz Pessoa de Barros. Foi bolsista de Mestrado da CAPES com a pesquisa *Os Dentes Elétricos dos Canibais: uma cartografia dos fluxos semióticos na canção de resistência da década de 1960*. É membro dos grupos LABOR – Laboratório de Estudos do Discurso e VOX – Grupo de Pesquisa em Análise do discurso e História das ideias linguísticas. Desenvolve sua tese de doutorado intitulada: *A língua como mercadoria: uma análise de discursos sobre as relações entre a linguagem e o mercado no capitalismo contemporâneo*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1342578592995153>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5269-0213>

E-mail: danielgraciano@estudante.ufscar.br

DANILO VIZIBELI

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2019). Mestre em Linguística pela Universidade de Franca - UNIFRAN (2013), bacharel em Comunicação Social habilitação Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social de Passos (Facomp), unidade da Fundação de Ensino Superior de Passos - Universidade do Estado de Minas Gerais (FESP/UEMG) (2008), e licenciado em Letras-Português/Inglês pela Universidade de Franca - UNIFRAN (2017). Atua como servidor público técnico-administrativo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Campus Passos, no cargo de Auxiliar de Biblioteca.

Tem se dedicado em suas pesquisas à análise discursiva das novas tecnologias e seu papel na produção e circulação de discursos. É membro do LIRE – Laboratório de Estudos da Leitura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8142560156817712>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4456-0216>

E-mail: danilovizibeli@gmail.com

EDSON SANTOS DE LIMA

Doutorando em Linguística no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. Mestre em Linguística pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN com bolsa CAPES. Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Membro dos grupos LABOR – Laboratório de Estudos do Discurso e VOX – Grupo de Pesquisa em Análise do discurso e História das ideias linguísticas. Atualmente realiza estudos na área da Análise do Discurso de linha francesa desenvolvendo trabalhos sobre o discurso da educação inclusiva, práticas e representações dos sujeitos com deficiência nas redes sociais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6206587228699628>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2089-7666>

E-mail: edsonsantosln@hotmail.com

EVANDRO JOSÉ PASCHOALINO

Graduado e mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Durante a graduação, com bolsa do CNPq, desenvolveu em sua Iniciação Científica a pesquisa intitulada *O discurso purista/nacionalista sobre a língua portuguesa: uma análise do Projeto de Lei 1676/1999*. Uma segunda Iniciação Científica e sua monografia de conclusão de curso (TCC) foram dedicadas a uma de discursos sobre desempenhos oratórios das classes populares na imprensa paulista. Já em seu mestrado, com bolsa da FAPESP, continuou a desenvolver essas pesquisas, levando à defesa a dissertação intitulada *A voz do povo na imprensa paulista: uma análise de discursos sobre desempenhos oratórios das classes populares em A Plebe e no Correio Paulistano*, sob

orientação de Carlos Piovezani. É membro do LABOR – Laboratório de Estudos do Discurso e do VOX – Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8597797740484579>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2883-3170>

Email: evandrojpas@gmail.com

LUZMARA CURCINO

É professora no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos e pesquisadora do CNPq. Graduada em Letras (2001) pela UFU, Mestre (2003) e Doutora (2006) em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP – FCLAr. Realizou estágio de doutoramento na EHESS-Paris (2005) e de pós-doutoramento na UNICAMP (2016) e na UVSQY-Versalhes (2017-2018). É coordenadora do Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar). Dedicase, em suas pesquisas, à análise de discursos acerca da leitura e dos leitores. Tem pesquisado a expressão das emoções do ‘orgulho’, da ‘vergonha’ e da ‘nostalgia’ relativas à leitura. Entre outras suas publicações, organizou *Discurso e (pós)verdade* (Parábola, 2021), *(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos* (EdUFSCar, 2016), *Presenças de Foucault na Análise do discurso* (EdUFSCar, 2014) e *Discurso, Semiologia e História* (Claraluz, 2011). Traduziu *Inscrever e apagar: Cultura escrita e Literatura (séculos XI-XVIII)* (EdUNESP, 2006) e *O que é um autor? Revisão de uma Genealogia* (EdUFSCar, 2012) ambas de Roger Chartier; *A linguagem: objeto de conhecimento* (Parábola, 2020) de Jurgen Trabant; *A sociedade como veredito* (Âyiné, 2022) de Didier Eribon.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4849994635754652>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3555-1446>

E-mail: luzcf@ufscar.br

MANOEL SEBASTIÃO ALVES FILHO

Graduado em Letras Português-Inglês pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos e Doutorando em Linguística na mesma instituição. Foi bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e é bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP [Processo nº 2019/17099-6]. É membro dos grupos LABOR – Laboratório de Estudos do Discurso e VOX – Grupo de Pesquisa em Análise do discurso e História das ideias linguísticas. Defendeu a dissertação *Homem, Animal, Indústria: uma análise discursiva do agronegócio brasileiro*. Em sua tese estuda discursos sobre a sensibilidade humana aos animais no Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7789094287886685>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4798-7581>

E-mail: manoel.filho2@hotmail.com

PAULA RAMOS GHIRALDELLI

É mestranda em Letras na Universidade Federal do Tocantins, com ênfase em Estudos Linguísticos – na linha de pesquisa Texto, Discurso e História –; bolsista (Capes). Pesquisadora na área de Análise do Discurso. Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Tocantins (2020-2022). Durante a graduação foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É integrante do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEStADI), da Universidade Federal do Tocantins.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9923924150698243>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5904-1603>

E-MAIL: prghiraldelli@mail.uft.edu.br

THIAGO BAR BOSA SOARES

Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pesquisador do CNPq. Possui graduação em Letras, português/inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí (2009), em Psicologia pela Universidade Paulista (2014) e em Filosofia pela Universidade de Franca (2014), especialização em Estudos Literários pela Faculdade

Comunitária de Campinas (2013), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2015) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018). É membro fundador do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEsTADI-UFT), é colíder do Núcleo de Estudos da Linguagem (NEL-UFT) e membro do Grupo de Estudos em Análise do discurso e História das ideias linguísticas (VOX-UFSCar). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso francesa, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, sucesso, teoria e análise do texto. Dedicar-se, em suas pesquisas, à análise de discursos sobre o sucesso midiático. Atualmente, tem pesquisado sobre “a estética da voz de sucesso” e como, a priori, tais efeitos de sentido denuncia uma escuta da voz de sucesso. Escreveu *Percurso Discursivo: heterogeneidades epistemológicas aplicadas* (Pontes, 2022), *Composição discursiva do sucesso: efeitos materiais no uso da língua* (EDUFT, 2020), *Percurso linguístico: conceitos, críticas e apontamentos* (Pontes, 2018) entre outros. Organizou mais recentemente, entre outros livros, *Espaços Discursivos: políticas de vida na atualidade* (Pontes, 2022) *Novas fronteiras em Análises do Discurso: objetos outros* (Pontes, 2021), *Mídia, Linguagem e Sociedade: espaços, corpos e vozes na atualização da resistência* (Pontes, 2020) e *No campo discursivo: teoria e análise* (Pontes, 2020).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>

E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br

ISBN: 978-65-5390-073-8

CBL



9 786553 900738

